

INDICADORES ECONÔMICOS DO CEARÁ 2017



Alexandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Daniel Cirilo Suliano
Nicolino Trompieri Neto
Rogério Barbosa Soares
Witalo de Lima Paiva

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Carlos Mauro Benevides Filho – Secretário

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Gestão

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE**Diretor Geral**

João Mário Santos de França

Diretor de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretor de Estudos Sociais – DISOC**Diretora de Estudos de Gestão Pública – DIGEP**

Marília Rodrigues Firmiano

Gerente de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Diretoria Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Organização:

Alexsandre Lira Cavalcante

Autores:

Rogério Barbosa Soares – Panorama Econômico Nacional

Nicolino Trompieri Neto – Contas Regionais

Ana Cristina Lima Maia – Agronegócio e Comércio Exterior

Witalo de Lima Paiva – Desempenho da Indústria

Daniel Cirilo Suliano – Estrutura Produtiva do Setor de Serviços

Evolução do Setor de Serviços

Mercado de Trabalho e Efeitos no Crescimento Potencial na

Economia do Ceará

Alexsandre Lira Cavalcante – Análise da Estrutura Produtiva do Setor de Comércio

Desempenho das Vendas do Comércio Varejista

Dinâmica do Emprego Celetista

Colaboração:

Heitor Gabriel Silva Monteiro (Estagiário – IPECE)

Lilian de Sousa Pereira (Estagiário – IPECE)

Indicadores Econômicos do Ceará 2017

IPECE, 2017 - Fortaleza - CE

Autores: Alexsandre Lira Cavalcante, Daniel Suliano, Witalo de Lima Paiva, Nicolino Trompieri Neto, Cristina Lima, Rogério Soares.

ISBN:

1 – Ceará. 2 – Economia. 3 – Indicadores Econômicos. 4 – Agricultura, indústria e serviços. 5 – Comércio Exterior. 6 – Mercado de Trabalho.

Tiragem: 1.000 exemplares. 109 páginas.: graf. tabs.

Copyright © 2019 - IPECE

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta a sexta edição do Livro Indicadores Econômicos do Ceará. Esta nova publicação aborda o desempenho da economia cearense entre os anos de 2013 a 2017, ampliando o leque de produtos e a disponibilidade de informações oferecidas à sociedade.

Como na edição anterior, o livro traz uma avaliação de indicadores selecionados para os grandes setores econômicos, Agricultura, Indústria e Serviços, além de análises sobre as contas regionais, o mercado de trabalho e o comércio exterior.

O Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2017 permite uma avaliação de curto e médio prazo para a economia cearense a partir dos indicadores selecionados. Análises detalhadas são realizadas para cada um dos setores e áreas abordadas, respeitando a seguinte ordem: Panorama Econômico Nacional, Contas Regionais, Agronegócio, Desempenho da Indústria, Estrutura Produtiva do Setor de Serviços, Evolução do Setor de Serviços, Estrutura Produtiva da Atividade de Comércio, Desempenho das Vendas do Comércio Varejista, Comércio Exterior e Mercado de Trabalho. Por fim, têm-se as considerações finais.

Os dados utilizados são em sua maior parte originários de fontes oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Ministério do Trabalho (MTb), dentre outras que serão apresentadas ao longo do texto.

Com mais esta obra, dedicada à sociedade cearense, o IPECE cumpre sua missão contribuindo para uma correta leitura da realidade estadual e para um melhor conhecimento dos avanços conquistados nos últimos anos e dos obstáculos que ainda desafiam o Ceará em sua trajetória de desenvolvimento. Boa leitura!

João Mário Santos de França
Diretor Geral do IPECE

Sumário

1 PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL	5
1.1 Introdução	5
1.2 Desempenho da Atividade Econômica Nacional.....	6
1.3 Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica de Despesa	7
1.4 Dinâmica dos Preços ao Consumidor	10
1.5 Taxa Básica de Juros	11
1.6 Evolução da Taxa de Câmbio.....	12
1.7 Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários	13
2 CONTAS REGIONAIS.....	15
2.1 O Produto Interno Bruto	15
3 AGROPECUÁRIA.....	21
3.1 Introdução	21
3.2 Produção Agropecuária – Brasil, Nordeste e Ceará	21
3.3 Produção Agrícola	22
3.3.1 Principais Produtos Agrícolas do Ceará.....	26
3.4 Produção Pecuária.....	33
3.5 Produção Pesca e Aquicultura.....	35
4 DESEMPENHO DA INDÚSTRIA	37
4.1 Introdução	37
4.2 Indústria Geral e seus Segmentos	37
4.3 Indústria de Transformação	39
5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS.....	45
5.1 Introdução	45
5.2 Comportamento dos Segmentos de Serviços Não Financeiros	46
5.3 Mercado de Trabalho e Serviços Empresariais Não Financeiros	48
6 EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS	54
6.1 Introdução	54
6.2 Evolução Geral da Pesquisa Mensal dos Serviços	55
6.3 Análise dos Grupos do Setor de Serviços	56
7 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO.....	59
7.1 Introdução	59
7.2 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País.....	59
7.2.1 Número de Unidades Locais com Receita de Revenda	62
7.2.2 Receita Bruta de Revenda de Mercadorias	63
7.2.3 Margem de Comercialização em Empresas Comerciais.....	64
7.2.4 Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais	65
7.2.5 Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais	66
7.3 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará.....	68
7.4 Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense	69

8 DESEMPENHO DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA	71
8.1 Introdução	71
8.2 Volume de Vendas do Varejo Comum e Ampliado	71
8.3 Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional	72
8.4 Análise do Comércio Varejista por Atividades	74
9 COMÉRCIO EXTERIOR	75
9.1 Balança Comercial	75
9.2 Exportações por Produtos	77
9.3 Exportações por Países de Destino	78
9.4 Exportações por Fator Agregado	79
9.5 Exportações por Setores de Contas Nacionais	79
9.6 Importações por Produtos	80
9.7 Importações por Países de Origem	81
9.8 Importações por Fator Agregado	82
9.9 Importações por Setores de Contas Nacionais	82
10 MERCADO DE TRABALHO	83
10.1 Introdução	83
10.2 Aspectos Conjunturais do Mercado de Trabalho Nacional	83
10.3 Movimento da Dinâmica Demográfica e da Oferta de Trabalho	84
10.4 Evolução da Oferta Efetiva do Trabalho e da Força de Trabalho	85
10.5 Ciclo de Negócios e Impacto no Desemprego	87
10.6 Evolução do Desemprego	89
11 DINÂMICA DOS EMPREGOS FORMAIS	91
11.1 Introdução	91
11.2 Análise dos Empregos Formais no Contexto Nacional	91
11.3 Análise dos Empregos Formais por Setores na Economia Cearense	93
11.4 Análise Regional dos Empregos Formais Cearenses	94
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	103
ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo	106

1 PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL

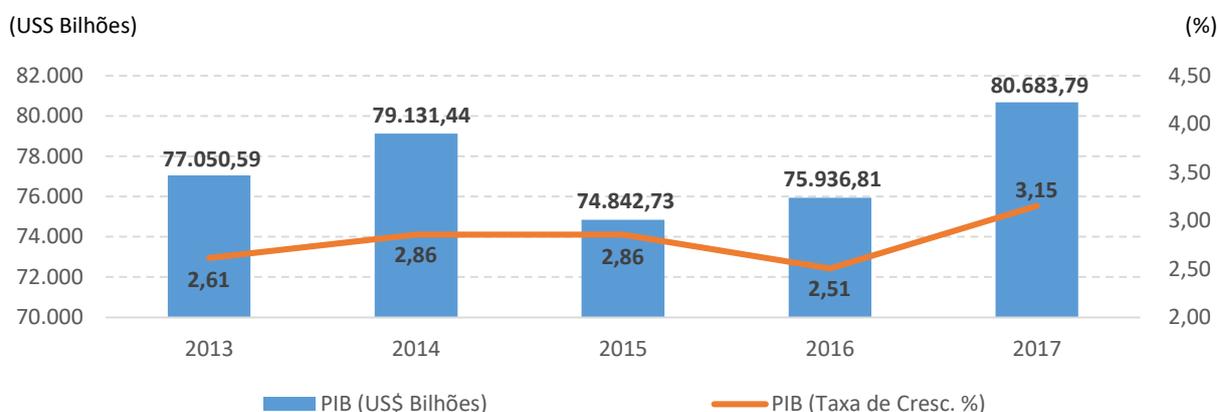
Rogério Barbosa Soares¹

1.1 Introdução

Analisando a trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) gerado por todos os países do mundo, entre 2013 a 2017, verifica-se que a taxa de crescimento variou em torno de 2,8%, alcançando seu máximo em 2017 quando obteve um resultado de 3,1%, somando US\$ 80.683,7 bilhões.

Analisando a conjuntura da economia mundial no ano de 2017, verifica-se que esta mostra sinais de que está conseguindo implementar soluções de longo prazo para o enfrentamento da crise financeira mundial que vem restringindo o mercado internacional desde 2008, afetando a economia global com a escassez de investimentos, vulnerabilidades comerciais e menor produtividade do trabalho (Gráfico 1.1) (FMI, 2018).

Gráfico 1.1: Produto Interno Bruto (PIB) mundo, 2013 a 2017.



Fonte: FMI: World Economic Outlook (October 2018).

Tabela 1.1: Produto Interno Bruto (PIB) mundo, 2013 a 2017.

Região / País	Média 2013-2015	2016	2017
Mundo	3,53	3,30	3,70
Economias desenvolvidas	1,93	1,70	2,30
Países emergentes e em desenvolvimento	4,70	4,40	4,70
América Latina e Caribe	1,50	-0,60	1,30
Oriente Médio e Norte da África	2,67	5,10	2,20
Argentina	0,87	-1,80	2,90
Brasil	0,00	-3,50	1,00
China	7,33	6,70	6,90
Estados Unidos	2,40	1,60	2,20
Índia	7,33	7,10	6,70
Nigéria	4,80	-1,60	0,80
Japão	1,27	1,00	1,70
Reino Unido	2,40	1,80	1,70
Federação Russa	0,00	-0,20	1,50

Fonte: FMI: World Economic Outlook (October 2018).

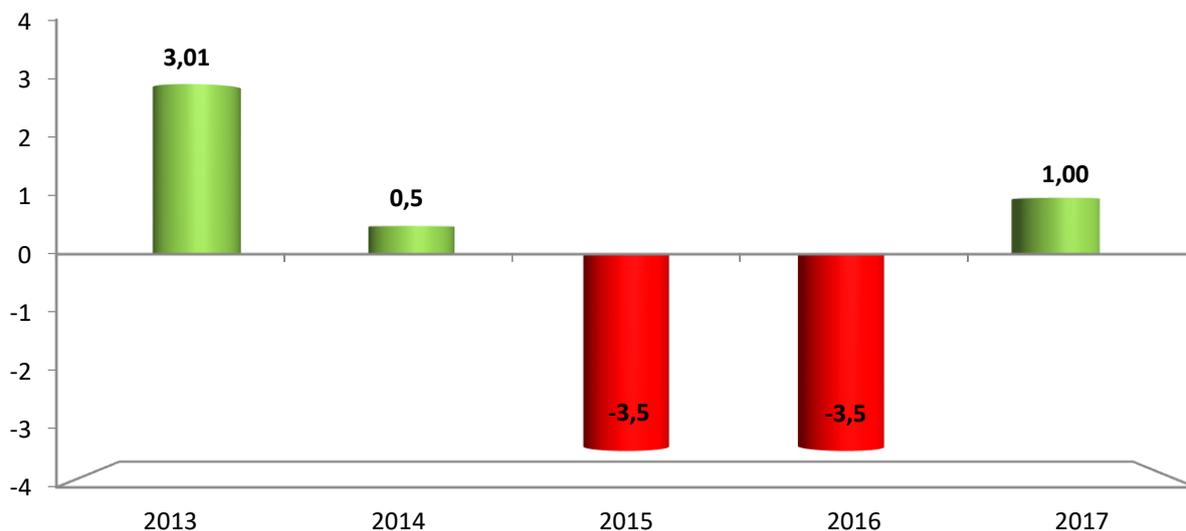
¹ Mestre em Economia Rural (MAER) e Doutorando em Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Ceará e Técnico da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

O bom desempenho da economia mundial, em 2017, está associado a recuperação da economia de países emergentes e em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, Argentina, Nigéria e Federação Russa, com crescimentos do PIB em 2017, na ordem de 1,0%, 2,9% e 1,5%, respectivamente. E ao fato de que as maiores economias do globo vêm apresentando taxas de crescimento constantes, como é o caso da China, Japão e Estados Unidos, que permanecem como as economias mais dinâmicas do mundo. Este cenário de crescimento está sendo impulsionado por um maior nível de investimentos, aumento do consumo e menores pressões inflacionárias (Tabela 1.1).

1.2 Desempenho da Atividade Econômica Nacional

O desempenho da economia brasileira de 2013 a 2017 reflete a conjuntura que o país atravessou neste período, apresentando sinais de desaceleração de 2014 a 2016 (Gráfico 1.2), em função de choques de oferta e de demanda, que provocaram agravamento nos prêmios de risco, desvalorização cambial, deterioração fiscal em função da queda das receitas tributárias e do impacto dos juros sobre dívida pública, aumento da taxa de juros Selic, aumento da inflação, queda da formação bruta de capital fixo, redução da produtividade e da renda real dos trabalhadores, contração dos gastos de consumo das famílias e aumento das incertezas para o investidores quanto ao retorno do capital gerado por seus projetos de investimento (FILHO, 2017).

Gráfico 1.2: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil, 2013-2017 (%)



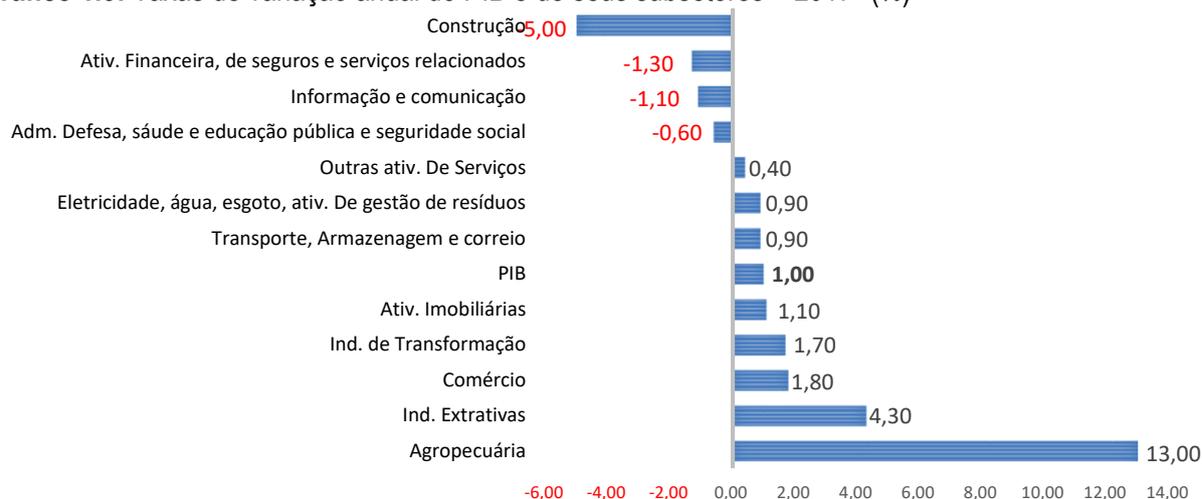
Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Para o ano de 2016 e 2017, os dados são preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

Em 2017, a economia brasileira mostrou um movimento de recuperação com uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,0% em relação ao ano de 2016. Esse desempenho positivo foi puxado pelo bom desempenho do setor Agropecuário (13,0%), Indústria Extrativa (4,3%), Indústria de Transformação (1,7%), Comércio (1,8%) e Atividades Imobiliárias (1,1%) (Gráfico 1.3.) (IBGE, 2018).

De acordo com o IBGE (2018), entre os fatores que contribuíram para o crescimento positivo da economia nacional em 2017, destacam-se a expansão do Valor Adicionado a preços básicos de 0,9%, bem como o crescimento dos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios de 1,3%. Sendo que o crescimento da arrecadação de impostos foi resultado do crescimento em volume da arrecadação com o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 1,5% e do Imposto de importação de 7,9%, este último acompanhando o crescimento das importações, tendo como reforço o aumento da arrecadação, em volume, com o IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) de 4,1% e de Outros Impostos Líquidos de Subsídios de 0,3%.

Gráfico 1.3: Taxas de variação anual do PIB e de seus subsetores – 2017* (%)



Fonte: IBGE.

* Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

1.3 Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica de Despesa

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais de outubro a dezembro de 2017, o resultado das Contas Anuais do PIB pela Ótica da Despesa para o ano de 2017 indica que houve uma redução na Formação Bruta de Capital Fixo de 1,8%, provocada pela diminuição do ritmo da atividade da Construção Civil (-5,6%), sendo que essa redução na Formação Bruta de Capital Fixo foi amenizada por um aumento na produção interna de bens de capital (Máquinas e equipamentos: 3,0%), nas importações de máquinas e equipamentos (5,0%) e no item Outros Ativos Fixos (1,2%) que incorpora atividades relacionadas à silvicultura (florestamento), formação de culturas permanentes e a formação de rebanhos de animais de corte, reprodução, tração e gado de leite (Tabela 1.2) (IBGE, 2018; IPEA, 2018).

Tabela 1.2: Componentes da Formação Bruta de Capital Fixo a Preços Correntes - 2013-2017

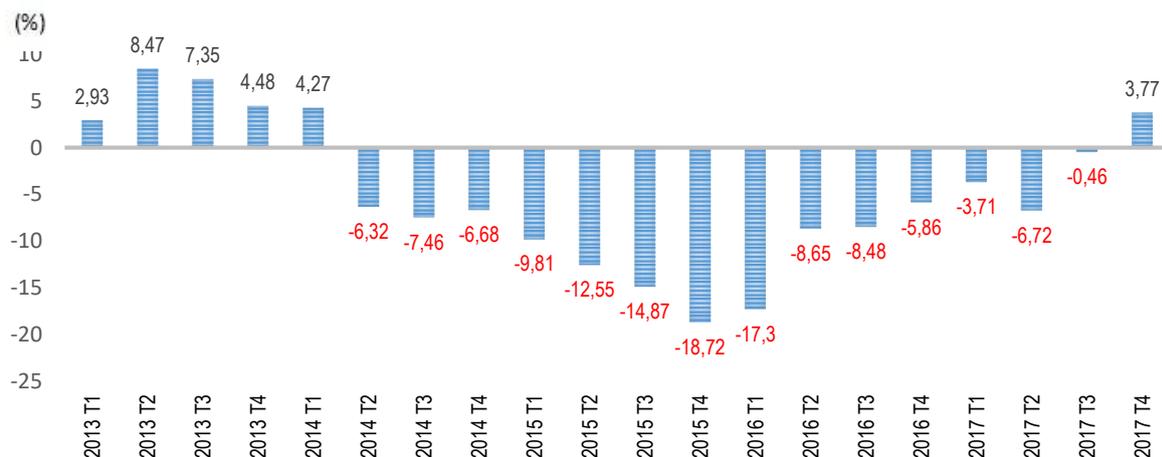
	Especificação	Formação Bruta de Capital Fixo	Construção	Máquinas e equipamentos	Outros Ativos Fixos
2013	Variação em volume (%)	5,8	4,2	9,5	1,6
	Valores correntes (R\$ milhões)	1.114.944	568.616	421.649	124.679
2014	Variação em volume (%)	-4,2	-3,2	-7,0	0,5
	Valores correntes (R\$ milhões)	1148453	597352	420240	130.861
2015	Variação em volume (%)	-13,9	-10,1	-22,3	-4,7
	Valores correntes (R\$ milhões)	1069397	566408	365623	137.366
2016*	Variação em volume (%)	-10,3	-9,4	-15,6	0,2
	Valores correntes (R\$ milhões)	1.009.176	540.423	324.032	144.720
2017*	Variação em volume (%)	-1,8	-5,6	3,0	1,2
	Valores correntes (R\$ milhões)	1.025.615	535.775	337.405	152.435
Participação no Total (%)		100,00	52,2	32,9	14,9

Fonte: IBGE

* Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Ressalta-se que apesar do registro de quedas ocorridas na Formação Bruta de Capital Fixo desde o 2º Trimestre de 2014 ao 3º Trimestre de 2017, verifica-se que o ano de 2017 apresentou queda na Formação Bruta de Capital Fixo em menor proporção quando comparada aos anos de 2015 e 2016, reflexos de uma retomada da capacidade de realização de investimentos destinados à produção de bens, ocorrida principalmente no 4º trimestre de 2017, além do aumento das importações de bens de capital no 3º e 4º trimestres de 2017, amenizando os resultados negativos da construção civil acumulados desde 2014 (Gráfico 1.4) (IBGE, 2018).

Gráfico 1.4: Variação percentual de Investimento real por trimestre (%), Brasil, 2013 – 2017.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2018).

Analisando a Despesa de Consumo das Famílias em 2017, observa-se que houve um crescimento de 1,0% em relação ao ano de 2016. Este resultado mostra sinais que a economia nacional está aos poucos retomando seu fôlego, dando, portanto, seus primeiros passos na direção de uma retomada de crescimento, tendo em vista que 63% do que é produzido no país é demandado pelas famílias. Entre os fatores que contribuíram para este resultado positivo, estão: a redução do processo inflacionário, aumento da massa salarial estimulada por um crescimento do nível de emprego e a redução da taxa básica de juros que permite a oferta de crédito mais barato, melhorando o poder de compra dos consumidores. No que se refere à Despesa de Consumo do Governo, esta conta apresentou uma queda de 0,6% em relação a 2016 (Quadro 1.1) (IBGE, 2018).

Quadro 1.1: Principais resultados para o PIB segundo as óticas da produção e da despesa, 4º Trim./2016 – 4º Trim./2017.

Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (%)		2016 IV	2017 I	2017 II	2017 III	2017 IV
PIB a preços de mercado		- 3,50	0,00	0,20	0,60	1,00
Ótica da Produção	Valor Adicionado bruto da agropecuária	- 4,30	18,50	16,70	14,50	13,00
	Valor Adicionado bruto da indústria	- 4,00	- 1,00	- 1,50	- 0,90	-
	Valor Adicionado bruto dos serviços	- 2,60	- 1,60	- 0,90	- 0,20	0,30
Ótica da Despesa	Despesa de consumo das famílias	- 4,30	- 1,70	- 0,50	0,40	1,00
	Despesas de consumo do governo	- 0,10	- 0,50	- 0,60	- 0,60	- 0,60
	Formação bruta de capital fixo	- 10,30	- 3,70	- 5,20	- 3,60	- 1,80
	Exportação de bens e serviços	- 1,90	1,80	2,10	4,00	5,20
	Importação de bens e serviços	- 10,20	9,80	3,00	3,90	5,00

Fonte: IBGE.

* Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Observando as relações com o setor externo, as exportações brasileiras de Bens e Serviços alcançaram em 2017, um crescimento de 5,2%, crescimento que também foi acompanhado pelas importações de bens e serviços, que aumentaram 5,0%, em relação ao ano de 2016 (IBGE, 2018).

Entre os destaques da pauta de exportação brasileira, estão os seguintes bens que obtiveram uma maior participação em 2017: Sementes e frutos oleaginosos, Minérios metálicos e sucata, Petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados, Carne e preparações de carne, Veículos rodoviários, Açúcares, preparações de açúcar e mel, Ferro e aço, Celulose e resíduos de papel, Máquinas e equipamentos de geração de energia, Café, chá, cacau, especiarias, e respectivos produtos, Alimentos para animais (não

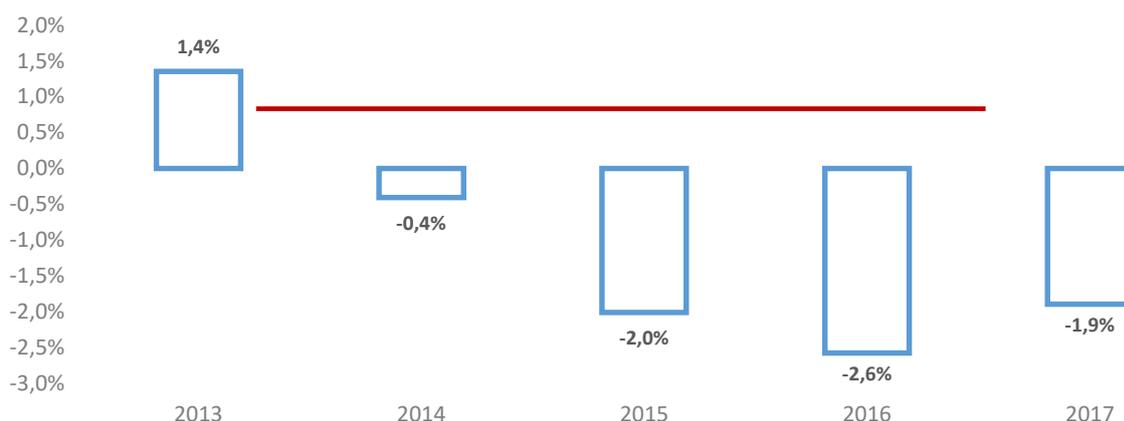
incluindo cereais não moídos), Cereais e preparações de cereais, os quais responderam por 71,9% do valor total exportado pelo Brasil no mesmo período. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil apenas os itens: Café, chá, cacau, especiarias, e respectivos produtos; Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos), e Outro material de transporte, apresentaram variação negativa em relação ao ano de 2016 (MDIC, 2018).

Quanto às importações, entre os principais produtos importados pelo Brasil em 2017, estão: Produtos petrolíferos e materiais relacionados; Máquinas e equipamentos; Veículos rodoviários; Materiais e produtos químicos; Produtos farmacêuticos e medicinais; Aduos; Plásticos; Carvão; Fios Têxteis, tecidos, artigos confeccionados; Metais não-ferrosos, Artigos manufaturados diversos; os quais responderam por 71,2% do valor total importado. Entre estes, apenas Máquinas em geral e equipamentos industriais, n.e.p., e peças de máquinas, n.e.p. e Máquinas e equipamentos de geração de energia apresentaram variação negativa em relação a 2016 (MDIC, 2018).

Esse crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da Formação Bruta de Capital Fixo e das exportações brasileira em 2017, são indicadores de que a economia do país está reagindo, embora de forma moderada, aos efeitos da forte recessão ocorrida entre 2014 e 2016. Mas para que a economia nacional volte a crescer de forma mais vigorosa, existem diversos desafios que precisam ser enfrentados para essa retomada, sendo os principais: a reversão do déficit nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil, redução da Carga Tributária Bruta, retomada dos investimentos públicos e privados, tarifas elevadas (preços administrados: energia, telefonia, água, combustível, transporte), altos tributos pagos pelos consumidores e trabalhadores, controle da inflação, redução do número de pessoas desempregadas no mercado de trabalho, melhoria da Formação Bruta de Capital Fixo, desequilíbrio fiscal.

Assim, no que diz respeito ao déficit nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil, verifica-se que o Brasil, em 2017, conseguiu reduzir o déficit em relação ao ano de 2016, saindo de um patamar de R\$ 161,3 bilhões, em 2016, para R\$ 124,4 bilhões, em 2017. Essa redução foi resultado de uma postura de redução de gastos públicos por parte do governo federal, e do aumento da receita líquida em relação a 2016. Mas apesar dos resultados primários do Governo Central terem apresentado redução no déficit, passando de -2,6% para -1,9% do PIB, o Brasil ainda enfrenta uma grave crise fiscal (Gráfico 1.5) (Tesouro Nacional, 2018; Banco Central, 2018).

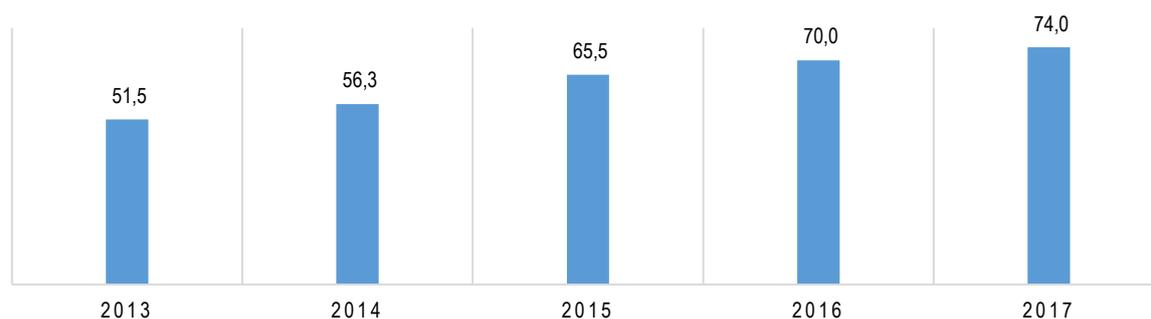
Gráfico 1.5: Resultados Primários do Governo Central do Brasil, 2013 - 2017 (% PIB)



Fonte: STN.

Ressalta-se que o resultado primário do Governo Central do Brasil é um importante indicador de solvência da administração pública, e que esse resultado de -1,9% do PIB é elevado, impactando diretamente tanto sobre a Dívida Bruta do Governo Geral, que conforme o Gráfico 1.6, vem crescendo ano a ano, passando de 51,5% do PIB em 2013 para 74,0% em 2017 (Tesouro Nacional, 2018).

Gráfico 1.6: Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), Brasil, 2013 - 2017 (% PIB)

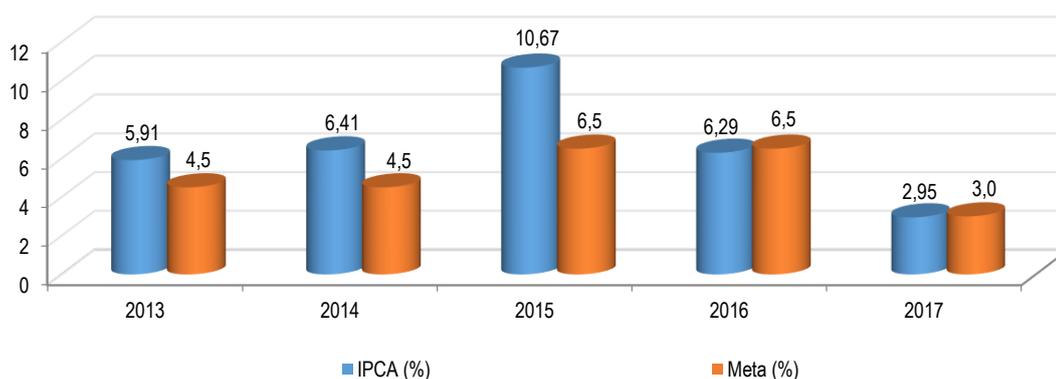


Fonte: STN, Banco Central, 2018.

1.4 Dinâmica dos Preços ao Consumidor

No campo inflacionário, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou em 2017 uma inflação de 2,95%, um patamar menor do que o ocorrido em 2016, que foi de 6,29%, ficando, portanto, abaixo da meta inflacionária estabelecida pelo Governo para o referido ano (3,0%), indicando um caminho de desaceleração dos preços ao consumidor (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7: Inflação Anual pelo IPCA (% a.a.) e meta da inflação.



Fonte: IBGE.

Este menor nível da inflação foi influenciado por uma leve queda nos preços do setor de alimentos e bebidas (-1,87%), os quais tem grande influência no cálculo do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor medido pelo IBGE. Sendo também influenciado pela redução de preços nos Artigos de residência (-1,48%) (Tabela 1.3.).

Tabela 1.3: IPCA - Variação acumulada no ano, segundo o índice geral e os grupos de produtos e serviços.

Índice geral e grupos de produtos e serviços	Variação Acumulada 2016 (%)	Variação Acumulada 2017 (%)
Índice geral	6,29	2,95
1.Alimentação e bebidas	8,62	-1,87
2.Habitação	2,85	6,26
3.Artigos de residência	3,41	-1,48
4.Vestuário	3,55	2,88
5.Transportes	4,22	4,1
6.Saúde e cuidados pessoais	11,04	6,52
7.Despesas pessoais	8,0	4,39
8.Educação	8,86	7,11
9.Comunicação	1,27	1,76

Fonte: IBGE.

Com relação a variação de preços dentro do setor de Alimentos e bebidas, destaca-se a influência da boa safra de cereais, leguminosas e oleaginosas obtida em 2017, que foi 29,5% maior do que em 2016, o que

aumentou a oferta de alimentos, gerando pressão para a redução dos preços de Cereais, leguminosas e oleaginosas na ordem de -24,55%. Outro importante grupo que contribuiu para a redução dos preços de alimentos e bebidas foi a queda nos preços das frutas, em -16,52% (tabela 1.4).

Tabela 1.4: IPCA - Variação acumulada no ano, segundo o índice geral e os grupos de produtos e serviços.

Produto	IPCA (%)
1101. Cereais, leguminosas e oleaginosas	-24,55
1102. Farinhas, féculas e massas	-4,11
1103. Tubérculos, raízes e legumes	-4,43
1104. Açúcares e derivados	-12,79
1105. Hortaliças e verduras	0,88
1106. Frutas	-16,52
1107. Carnes	-2,5
1108. Pescados	2,67
1109. Carnes e peixes industrializados	-0,53
1110. Aves e ovos	-5,08
1111. Leites e derivados	-5,85
1112. Panificados	1,92
1113. Óleos e gorduras	-2,4
1114. Bebidas e infusões	3,3
1115. Enlatados e conservas	2,98
1116. Sal e condimentos	-4,25
1201. Alimentação fora do domicílio	3,83

Fonte: IBGE.

A inflação de 2017, só não foi menor em função da alta de preços no setor de educação (7,11%), Saúde e cuidados pessoais (6,52%), Habitação (6,26%), Despesas pessoais (4,39%) e Vestuário (2,88%), que impediram uma desaceleração mais expressiva dos preços ao consumidor (Tabela 1.3) (IBGE, 2018).

1.5 Taxa Básica de Juros

A taxa básica de juros da economia - Selic é a principal ferramenta do Banco Central para o controle das pressões inflacionárias, dadas as defasagens entre as decisões das políticas e seus respectivos efeitos no produto e nos preços. Assim, com base neste princípio, a postura do COPOM no controle da inflação se manteve conservadora, ajustando a taxa Selic sempre de forma moderada, de forma que de janeiro de 2013 a taxa Selic foi sendo reajustada para cima até chegar a 14,15% em julho de 2015, mantendo-se neste patamar até agosto de 2016, quando então iniciou um período de redução gradual até alcançar 6,9% em dezembro de 2017 (Gráfico 1.8.) (Banco Central, 2018).

Gráfico 1.8: Taxa SELIC* (% a.a.), Janeiro/2013 – Dezembro/2017.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2018.

OBS.: Esta é a taxa SELIC definida nas reuniões do Conselho de Política Monetária – COPOM.

A taxa Selic é considerada a taxa juros básicos do mercado brasileiro. Quando ela é fixada em níveis elevados, tem como objetivo controlar a pressão inflacionária por meio de uma política monetária que restringe a demanda interna por bens e serviços, visando convergir a inflação para a meta estabelecida pelo

Banco Central. No entanto, há efeitos positivos e negativos causados pela alta taxa de juros. Entre os efeitos positivos, têm-se: controle da inflação, melhoria da renda real dos trabalhadores e melhora da estabilidade econômica. Já entre os efeitos negativos despontam: acesso ao crédito fica mais caro, redução dos níveis de investimento, desaceleração do crescimento econômico e diminuição da arrecadação tributária. Já a imposição de taxa de juros SELIC mais baixas, visa estimular o crescimento econômico impactando o mercado com: crédito mais barato, aumento do consumo das famílias, expansão dos investimentos e menores níveis de inadimplência (MAGALHÃES & COSTA, 2018).

1.6 Evolução da Taxa de Câmbio

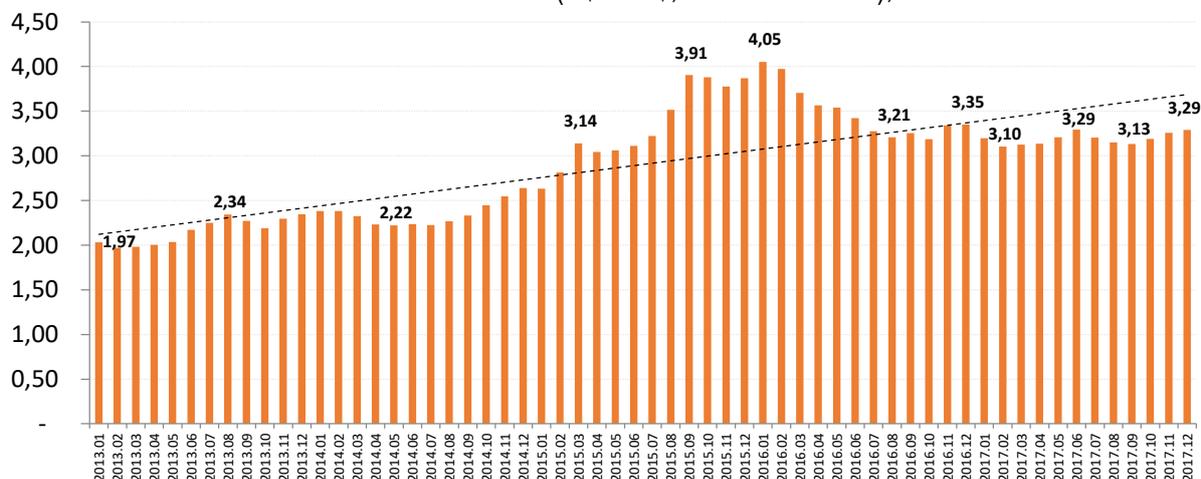
A política cambial do Brasil vem utilizando o regime de taxas de câmbio flutuantes reguladas pelo mercado, sendo um regime consistente com as políticas fiscal e monetária, dando suporte ao regime de metas inflacionárias, propiciando uma maior estabilidade de preços no país (Luporini & Souza, 2016).

A taxa de câmbio praticada no mercado brasileiro em 2017, conduziu o dólar-americano a ficar flutuando em torno de R\$ 3,19, apresentando pequena variação entre os valores máximos e mínimos (6,04%). A maior alta foi registrada durante os meses de junho e dezembro com um valor de R\$ 3,29 e a menor cotação foi verificada no mês de fevereiro, quando chegou a R\$ 3,10 (Gráfico 1.9) (Banco Central, 2018).

Desde 2013, a moeda brasileira vem sofrendo desvalorização frente ao dólar americano, perdendo 68% de seu valor, com a cotação do dólar-americano passando de R\$ 1,97 em fevereiro de 2013 para R\$ 3,29 em dezembro de 2017 (Gráfico 1.9) (Banco Central, 2018).

Essa valorização do dólar-americano em relação ao real desde o primeiro trimestre de 2013 é explicada em parte pela crise econômica vivenciada pelo Brasil, a qual gerou instabilidade no mercado financeiro nacional, aumentando o risco de investimento estrangeiro no país, tendo como consequência uma migração do capital estrangeiro e uma redução na oferta do dólar-americano no mercado interno, elevando desta forma o valor do dólar-americano em relação ao real.

Gráfico 1.9: Média mensal da Taxa de Câmbio (R\$ / US\$, comercial/venda), Janeiro/2013-Dezembro/2017



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (Bacen / Boletim / BP).

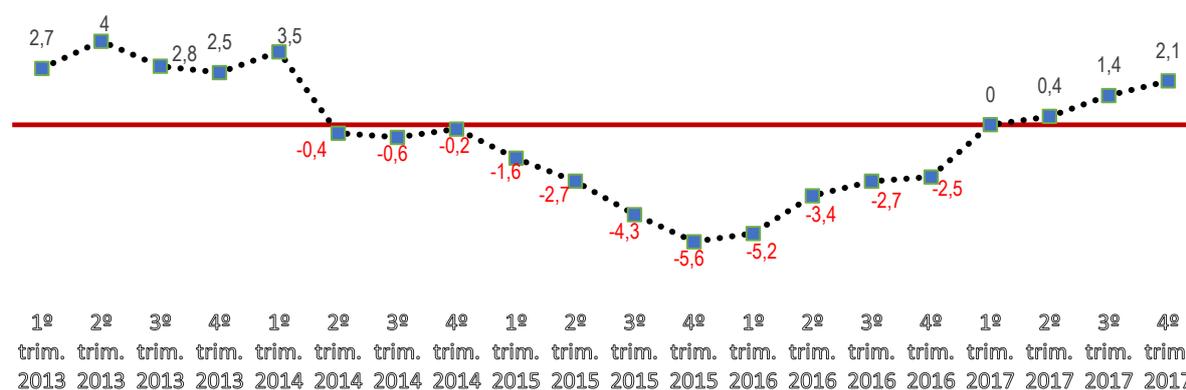
Com a desvalorização do Real frente ao Dólar-americano em 2017, o saldo da Balança Comercial brasileira cresceu 40,5% em relação a 2016. Esse comportamento do câmbio em 2017 favoreceu o desempenho das exportações brasileiras, que cresceram 17,6% em relação a 2016, com destaque para os seguintes produtos: Sementes e frutos oleaginosos; Minérios metálicos e sucata; Petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados; Carne e preparações de carne; Veículos rodoviários (incluindo veículos de almofada de ar); Açúcares, preparações de açúcar e mel; Ferro e aço; Celulose e resíduos de papel; Máquinas e equipamentos de geração de energia; Café, chá, cacau, especiarias, e respectivos produtos; Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos); Cereais e preparações de cereais; Outro material de transporte; Máquinas e aparelhos especializados para determinadas indústrias. Quanto às importações, estas também foram impactadas positivamente, crescendo 9,6% em relação ao ano de 2016, mostrando sinais de

recuperação nos investimentos públicos e privados, ampliando o consumo de insumos, máquinas e equipamentos (Banco Central, 2018; MDIC, 2018).

1.7 Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários

Diante de um cenário, em que a economia nacional voltou a dar sinais de retomada do crescimento a partir do 2º trimestre de 2017, tendo passado por um ciclo de desaceleração da economia de 11 semestres com resultados negativos (Gráfico 1.10), verifica-se que em 2017 houve uma melhora do Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários, resultado de uma evolução da produtividade da capacidade produtiva instalada, menor taxa de juros, redução da inflação, redução do nível de desemprego, aumento da massa salarial e da renda real do trabalhador e redução da dívida pública e aumento do nível de ocupação (Gráfico 1.11) (IBGE, 2018).

Gráfico 1.10: Taxa de crescimento do PIB Trimestral, Brasil, 1º trim./2013 - 4º Trim./2017.

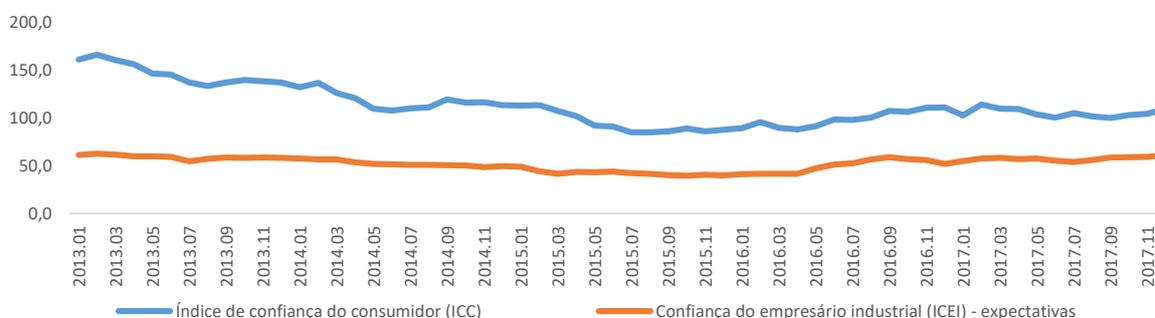


Fonte: IBGE.

Analisando o nível de confiança do consumidor durante o período de janeiro de 2014 a abril de 2016, verifica-se que neste período houve uma queda acentuada, pois este foi o período de crise vivenciado pela economia brasileira, envolta por uma conjuntura com elevada taxa de desemprego e maiores níveis de inflação que corroeram o poder de compra dos brasileiros, desmotivando, portanto, o nível de consumo (CERQUEIRA, 2017).

Outro fator que também afetou a demanda de janeiro de 2014 a junho de 2016, foram os efeitos de uma política monetária e fiscal restritiva com a aplicação de altas taxas de juros SELIC e elevação da carga tributária, que tornaram o acesso ao crédito mais caro, reduzindo assim, os níveis de financiamento para a aquisição de bens e serviços, além de corroerem a massa salarial e a renda real dos trabalhadores (Gráfico 1.11) (CERQUEIRA, 2017; Banco Central, 2018).

Gráfico 1.11: Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários Industriais, Janeiro/2013 – Dezembro/2017



Fonte: Fecomércio - SP; CNI - Confederação Nacional da Indústria.

Quanto ao comportamento dos empresários no período de janeiro de 2014 a abril de 2016, o Gráfico 1.11 mostra que o seu nível de confiança também foi reduzido, pois a elevação da carga tributária afetou tanto sua capacidade de realização de novos investimentos como também sua capacidade produtiva, tendo em

vista que a crise econômica existente no período restringiu o consumo e, conseqüentemente, elevou os níveis de estoque das empresas. Este quadro reduziu as expectativas de obtenção de lucros para as atividades econômicas desenvolvidas pelos empresários, afetando negativamente o Índice de Confiança destes para o período em análise (Gráfico 1.11.).

2 CONTAS REGIONAIS

Nicolino Trompieri Neto²

2.1 O Produto Interno Bruto

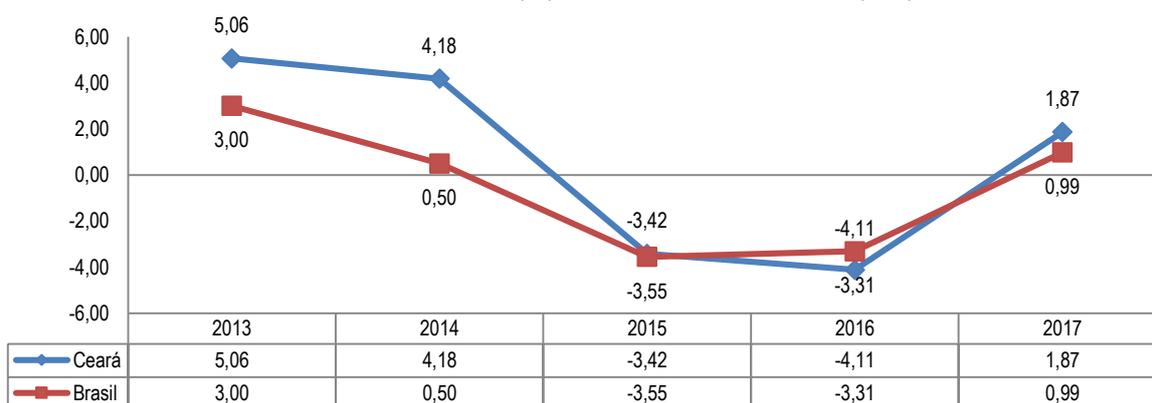
A análise empreendida nesta seção compreende os anos de 2013 a 2017, de acordo com a base de 2010 das Contas Regionais do IBGE, referente às informações do PIB do Ceará, dos seus três setores (agropecuária, indústria e serviços), bem como as atividades que os compõem. O período de 2013 a 2016 são dados definitivos, enquanto que os dados relacionados ao ano de 2017 são previsões, sendo passíveis de mudanças quando forem divulgados os dados definitivos.

O Gráfico 2.1 mostra as taxas de crescimento anuais do PIB das economias do Brasil e do Ceará para o período de 2013 a 2017. O Ceará apresentou taxas de crescimento positivas e superiores às da nacional, no período 2012-2014, mas por conta da crise macroeconômica iniciada em 2014, e com forte repercussão na economia cearense, houve quedas para os anos de 2015 (-3,42%) e 2016 (-4,11%), sendo que o ano de 2017, mostrou o início da recuperação da crise, de forma mais acentuada na economia cearense (1,87%) em relação à economia brasileira (0,99%).

O período de queda do PIB do Ceará, verificada nos anos de 2015 e 2016, foi influenciado pelo forte desequilíbrio fiscal do Governo Federal, pelo alto nível de endividamento das famílias, bem como pelo baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. Some-se a política monetária restritiva, de aumento da taxa de juros, para o controle da inflação, que tem tornado o crédito mais caro. Estes fatores provocaram principalmente uma diminuição no nível de consumo das famílias, gerando uma desaceleração no crescimento do setor de serviços, o qual é o setor de maior participação no PIB do Ceará.

A queda de juros verificada no ano de 2017, implicando na redução do IPCA ao final do ano para nível de 2,95%, incentivou um aumento do consumo das famílias, no qual aqueceu a atividade do comércio. Este tem sido o principal motor para a retomada do crescimento, ainda que de forma muito tímida e bem aquém aos níveis do período 2013-2014.

Gráfico 2.1: Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2013-2017



Fonte: IBGE e IPECE.

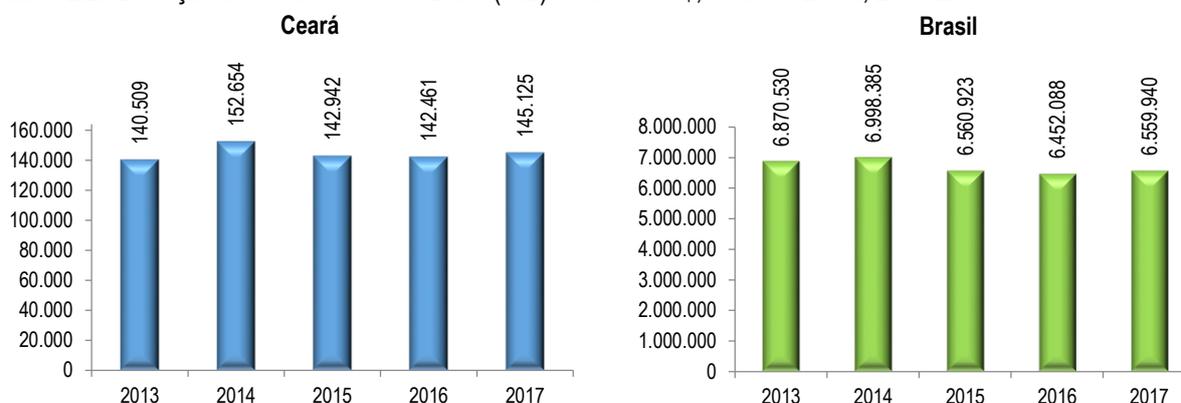
Nota: O ano de 2017 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo.

De acordo com o Gráfico 2.2, que apresenta a trajetória do crescimento do PIB em valores constantes a preços de 2017, o PIB do Ceará passou de aproximadamente R\$ 140,51 bilhões, em 2013, para o valor de

² Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

aproximadamente R\$ 145,12 bilhões, em 2017, enquanto que o PIB do Brasil apresentou uma queda de aproximadamente R\$ 6,87 trilhões, em 2013, para um valor de aproximadamente R\$ 6,56 trilhões, em 2017. Observa-se que por conta da crise macroeconômica, os valores em termos reais, tanto do PIB do Ceará quanto do PIB do Brasil, apresentaram quedas nos anos de 2015 e 2016 em comparação com o ano de 2014.

Gráfico 2.2: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – Milhões R\$, Ceará e Brasil, 2013-2017

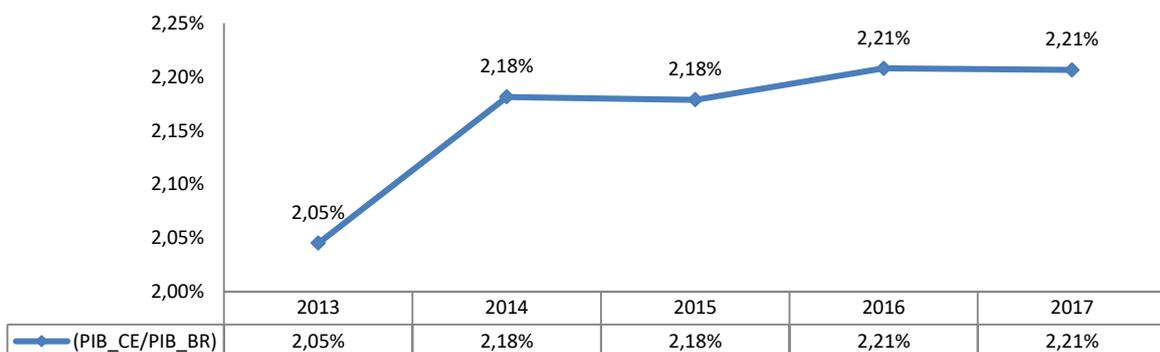


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2017 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo. Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2017.

O crescimento considerável do PIB do Ceará acima do Brasil, verificados nos anos de 2013 e 2014, favoreceu a um ganho de participação da economia cearense em relação à economia nacional. De acordo com o Gráfico 2.3 abaixo, observa-se a partir do ano de 2013, uma tendência de crescimento da relação PIB do Ceará sobre o PIB do Brasil, quando a economia do Ceará representava 2,05%, passando para 2,18% em 2014, e mantendo essa mesma proporção em 2015. Mesmo com a queda do PIB do Ceará de 4,11%, em 2016, comparada à queda do PIB do Brasil de 3,31%, para o mesmo ano, a participação da economia cearense cresceu para 2,21%, permanecendo neste mesmo percentual em 2017.

Gráfico 2.3: Relação entre o PIB Ceará x Brasil (%), 2013-2017

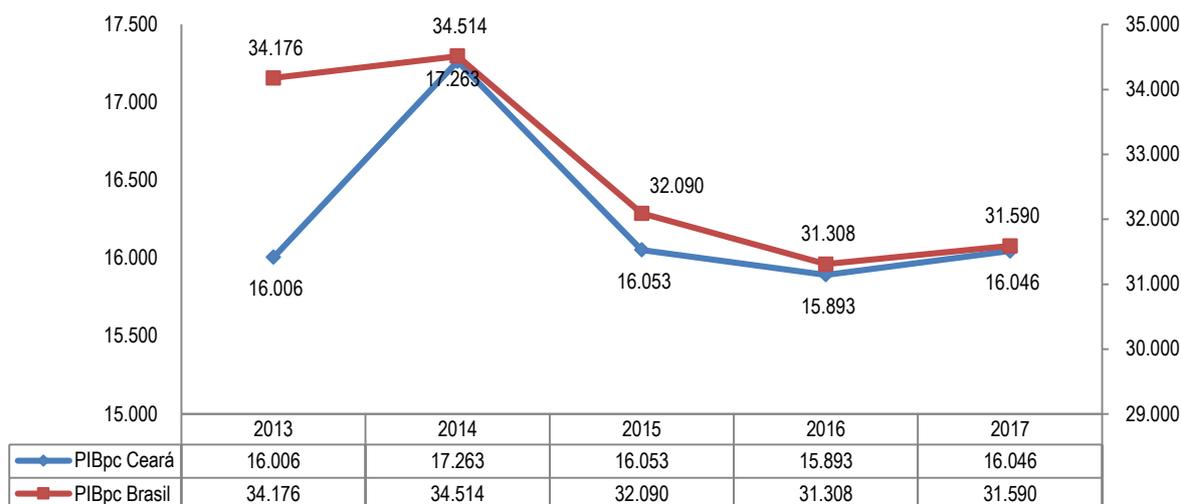


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2017 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo.

O Gráfico 2.4 apresenta o PIB *per capita* em termos de valores constantes a preços de 2017, onde, em decorrência da crise macroeconômica, o PIB *per capita* cearense apresentou queda em relação ao ano de 2014, passando de R\$ 17.263, em 2014, para R\$ 16.046 em 2017, enquanto que o PIB *per capita* brasileiro passou de R\$ 34.514 para um valor de R\$ 31.590, no mesmo período de comparação.

Gráfico 2.4: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$), Ceará e Brasil, 2013-2017

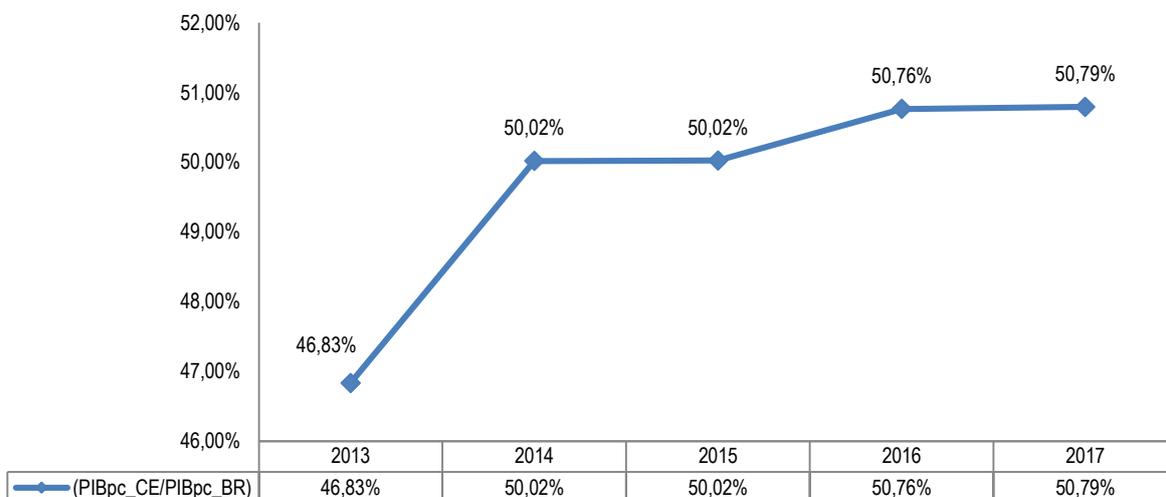


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2017 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo. Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2017.

Quando se observa a evolução da participação levando-se em consideração o crescimento populacional por meio do PIB *per capita*, verifica-se novamente uma tendência de crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação a do Brasil, a partir de 2013 até o ano de 2017. O Gráfico 2.5, a seguir, apresenta essa evolução, cuja participação passou de 46,83%, em 2013, para 50,79%, em 2017.

Gráfico 2.5: Relação entre o PIB per capita Ceará x Brasil, 2013-2017

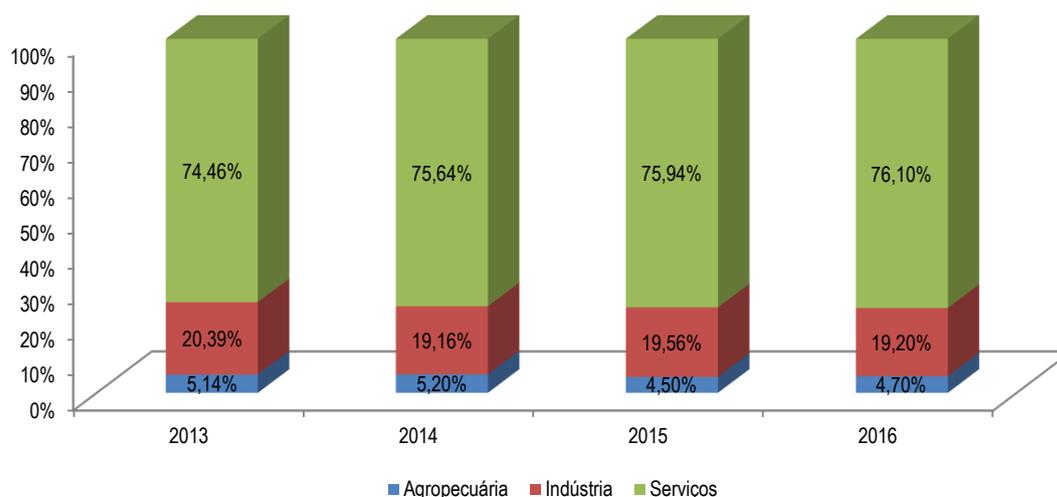


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: O ano de 2017 é preliminar e pode sofrer alteração quando for divulgado o dado definitivo.

Quando se desagrega o crescimento da economia cearense pelas participações de seus três principais setores, observa-se que essa expansão foi favorecida, principalmente, pelo setor de serviços, uma vez que representava 74,46% do total do valor adicionado (VA) do Ceará, em 2013, passando a representar 76,10% em 2016 (Gráfico 2.6). A participação do setor da agropecuária, em decorrência de alguns anos de estiagem, apresentou uma queda de participação, passando de 5,14% em 2013, para 4,70% em 2016. Já a indústria, nessa mesma base de comparação, apresentou uma queda um pouco maior, passando de 20,39% para 19,20% de participação no VA da economia cearense.

Gráfico 2.6: Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total – 2013 a 2016



Nota: Os anos de 2013 a 2016 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2017.

Fonte: IBGE e IPECE

Dentre as atividades que compõem o setor da agropecuária (Tabela 2.1) a atividade agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita é a mais importante, com uma participação, em 2016, de 2,52% do VA total da economia cearense. Já a atividade da pecuária, vem ganhando importância, passando de 1,55%, em 2013, para 1,63%, em 2016.

Tabela 2.1: Participação (%) do valor adicionado (VA) da agropecuária e suas atividades no VA total – Ceará - 2013-2016

Atividades Econômicas	2013	2014	2015	2016	Ganhos e Perdas 2013/2016 (p.p.)
Agropecuária	5,14	5,20	4,50	4,70	-0,45
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2,88	2,97	2,22	2,52	-0,35
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,55	1,51	1,61	1,63	0,07
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,72	0,73	0,67	0,55	-0,17

Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2013 a 2016 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2017.

Em relação às atividades que compõem o setor da indústria (Tabela 2.2), a mais importante é a indústria de transformação, com uma participação, em 2016, de 8,20% no total do VA do Ceará, seguida das atividades da construção civil (7,00%), produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública - SIUP) (3,83%) e indústria extrativa (0,16%). Comparando o ano de 2016 com o ano de 2013, somente a atividade SIUP apresentou ganho de participação, com 1,73 pontos percentuais (p.p.), enquanto que a Indústria de transformação apresentou a maior perda (-2,16 p.p.).

Tabela 1.2: Participação (%) do valor adicionado (VA) da indústria e suas atividades no VA total – Ceará - 2013-2016

Atividades Econômicas	2013	2014	2015	2016	Ganhos e Perdas 2013/2016 (p.p.)
Indústria	20,39	19,16	19,56	19,20	-1,20
Indústrias extrativas	0,65	0,53	0,30	0,16	-0,49
Indústrias de transformação	10,36	9,21	8,50	8,20	-2,16
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)	2,10	2,30	2,64	3,83	1,73
Construção civil	7,29	7,11	8,12	7,00	-0,28

Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2013 a 2016 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2017.

Dentre as atividades que compõem o setor de serviços, o destaque com a maior participação no total do VA do Ceará, em 2016, foi APU (23,34%) (Tabela 2.3). Esse resultado reforça a percepção quanto à importância do papel do setor público na economia do Ceará, não apenas para estimular o crescimento econômico, mas também para atender as demandas sociais provenientes do crescimento populacional. Os outros destaques foram comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,65%), atividades imobiliárias (10,60%) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (7,59%). Dentre essas atividades, a que mais ganhou participação no período 2013-2016, foi Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,20 p.p.), enquanto que comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou uma perda de 1,03 pontos percentuais.

Tabela 2.3: Participação (%) do valor adicionado (VA) dos serviços e suas atividades no VA total – Ceará – 2013-2016

Atividades Econômicas	2013	2014	2015	2016	Ganhos e Perdas 2013/2016 (p.p.)
Serviços	74,46	75,64	75,94	76,10	1,64
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,68	16,31	14,93	14,65	-1,03
Transporte, armazenagem e correios	3,48	2,99	2,92	3,03	-0,45
Alojamento e alimentação	3,37	3,50	2,99	2,98	-0,38
Informação e comunicação	2,31	2,43	2,06	2,04	-0,27
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,66	3,74	4,42	4,86	1,20
Atividades imobiliárias	9,50	9,74	10,58	10,60	1,10
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,18	7,59	7,56	7,59	0,41
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)	22,89	22,66	23,66	23,34	0,46
Educação e saúde privadas	3,15	3,39	3,55	3,71	0,56
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1,97	1,94	2,07	2,06	0,09
Serviços domésticos	1,29	1,35	1,19	1,25	-0,04

Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2012 a 2015 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2016.

Analisando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 2.4) verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2016, 64,60% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,89%) e Sertão de Sobral (4,47%). As participações de todas as macrorregiões, na comparação de 2016 com 2013, apresentaram ganhos ou perdas menores do que aproximadamente 1%. O maior ganho foi registrado na macrorregião do Sertão Central, com ganho de 0,22 pontos percentuais (p.p.), enquanto que a maior perda foi registrada na Grande Fortaleza, com 1,03 p.p. de perda.

Dados os programas de investimentos realizados no período de 2007 a 2016, direcionados fortemente para as macrorregiões do interior do Estado, culminando nas construções de escolas profissionalizantes, centros especializados de odontologia (CEO's), policlínicas, unidades de pronto atendimento (UPA's), delegacias, hospitais regionais, canais de interligação entre bacias hidrográficas, construção e manutenção de estradas, entre outras obras de infraestrutura, vem proporcionando aumentos das participações dos PIB's das macrorregiões pertencentes ao interior do Estado do Ceará.

Tabela 2.4: Evolução da participação das macrorregiões de planejamento no Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Ceará – 2013-2016.

Macrorregiões de Planejamento	2013		2016		Ganho e Perdas 2013/2016 (p.p.)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Cariri	8.138.765	7,46%	10.915.470	7,89%	0,42%
Centro Sul	2.758.476	2,53%	3.515.609	2,54%	0,01%
Grande Fortaleza	71.563.022	65,63%	89.394.839	64,60%	-1,03%
Litoral Leste	2.163.220	1,98%	2.668.073	1,93%	-0,06%
Litoral Norte	2.489.216	2,28%	3.434.850	2,48%	0,20%
Litoral Oeste/Vale do Curu	2.835.544	2,60%	3.728.454	2,69%	0,09%
Maciço de Baturité	1.405.364	1,29%	1.837.065	1,33%	0,04%
Serra da Ibiapaba	2.493.822	2,29%	3.364.071	2,43%	0,14%
Sertão Central	2.551.443	2,34%	3.544.351	2,56%	0,22%
Sertão de Canindé	1.082.522	0,99%	1.445.782	1,04%	0,05%
Sertão de Crateús	1.987.669	1,82%	2.679.893	1,94%	0,11%
Sertão dos Inhamuns	754.758	0,69%	1.014.673	0,73%	0,04%
Sertão de Sobral	4.849.998	4,45%	6.181.655	4,47%	0,02%
Vale do Jaguaribe	3.962.738	3,63%	4.654.001	3,36%	-0,27%
Ceará	109.036.556	100,00%	138.378.785	100,00%	-

Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Os anos de 2013 e 2016 são dados definitivos. Não há previsões para as participações de 2017. Valores correntes.

3 AGROPECUÁRIA

Ana Cristina Lima Maia³

3.1 Introdução

A agropecuária é um setor de elevada importância na economia, pois interliga a diversos segmentos que ultrapassa a “porteira” de produção, intercalando-se aos setores da indústria e serviços. Dessa forma, o setor agropecuário apresenta grande relevância na ocupação e geração de renda. As atividades desse setor correspondem a agricultura, pecuária, pesca, aquicultura, extrativa vegetal e florestal.

Nas últimas décadas o setor agropecuário apresentou grandes mudanças, o que refletiu em aumento de produtividade e maior valor agregado dos produtos, saindo de uma produção simples e puramente de campo para uma produção com mais fatores de capital e tecnologia, profissionais com maior qualificação, e comercialização em centros de negócios.

Porém, ainda persiste uma parcela da produção agropecuária em sistema arcaico, apresentando baixa produtividade, produtos com menor qualidade e voltada apenas para o consumo próprio e para um mercado restrito e informal.

No Ceará, o setor agropecuário responde por aproximadamente 4,7% da economia do estado, conforme dados das Contas Regionais⁴ de 2016, essa participação era de 4,5%, em 2015, e 5,2% em 2014. Embora a participação seja pequena, o setor sustenta sua importância na economia do estado, por possuir um grande efeito transbordamento para outras atividades dos demais setores da economia.

O sistema produtivo da agropecuária do Ceará é bastante heterogêneo, onde pode ser visto produção com elevada tecnologia e produtividade, bem como produção em sistemas tradicionais e atrasados. Além disso, o estado do Ceará possui diferenças nas suas regiões quanto aos aspectos climático e ambiental, ampliando ainda mais o *gap* existente no modo de produção. Vale lembrar que o setor agropecuário possui uma elevada dependência das chuvas, impactando diretamente na produção desse segmento. Os municípios cearenses que mais se destacam no setor agropecuário são: Limoeiro do Norte, Beberibe, Tianguá, Aracati, Horizonte, Paraipaba e Iguatu.

3.2 Produção Agropecuária – Brasil, Nordeste e Ceará

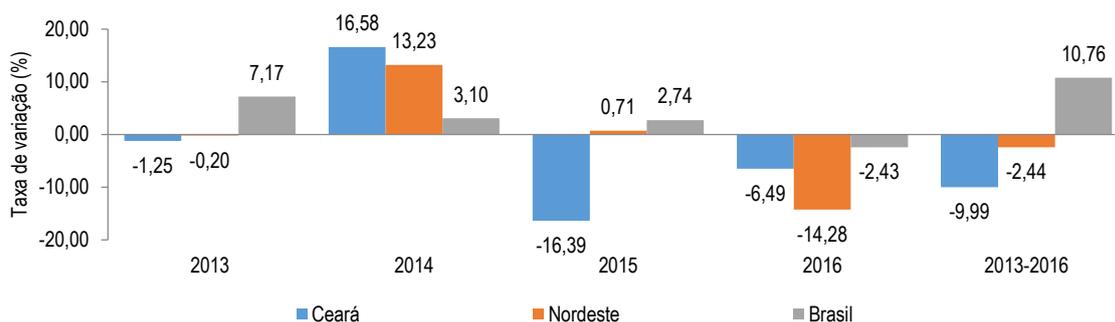
O valor de produção do setor agropecuário do Brasil apresentou crescimento de 10,76% no acumulado do período de 2013 a 2016, enquanto que o Nordeste registrou queda de -2,44%, e o Ceará uma queda mais intensa no acumulado dos últimos quatro anos, com taxa negativa de 9,99% (Gráfico 3.1). Esses resultados indicam a grandeza de diferença de atuação do setor agropecuário no Brasil, tendo as regiões do Sul, Sudeste e Centro Oeste como as maiores produtoras e com um sistema de produção mais moderno e maior intensidade técnica. Enquanto que o Nordeste e Norte apresentam um sistema de produção agropecuário menos moderno e com características mais voltadas para o sistema de produção familiar.

Ao longo do período analisado, o valor de produção da agropecuária registrou taxa positiva apenas em 2014. Em 2015, a queda foi a maior da série (-16,39%), agravando ainda mais em 2016 (-6,49%), sendo esses os dois anos que o setor foi mais afetado pela crise hídrica, causada pelo longo período de seca do Ceará, que começou em 2012 e manteve-se até 2016.

³ Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

⁴ Último ano das Contas Regionais

Gráfico 3.1: Taxa de Crescimento do Valor de Produção da Agropecuária – Ceará – Nordeste -Brasil – 2013-2016*



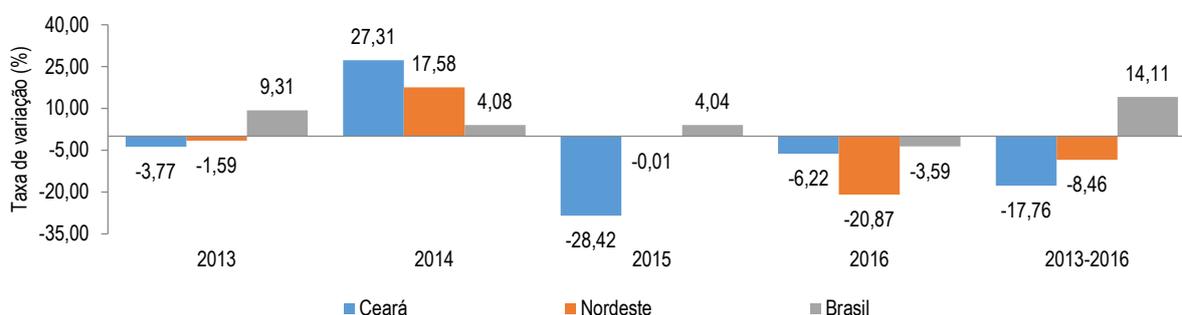
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

* Último dado disponível pelo IBGE via Contas Regionais

3.3 Produção Agrícola

Ao analisar a atividade agrícola para o Brasil, constatou-se que o valor de produção dessa atividade registrou crescimento entre os anos de 2013 a 2015, mas em 2016 obteve queda. No acumulado do período a agricultura do Brasil cresceu 14,11%, influenciado pela produção de grãos. Por outro lado, para o Nordeste e o Ceará a atividade agrícola apresentou tendência de queda, com taxas acumuladas negativas de 8,46% e 17,76%, respectivamente. Esse resultado corrobora o fato de que a agricultura do Ceará é mais vulnerável aos fatores climáticos, apresentando um resultado negativo muito mais forte do que o Nordeste e o Brasil como um todo.

Gráfico 3.2: Taxa de Crescimento do Valor de Produção da Atividade Agricultura – Ceará – Nordeste -Brasil – 2013-2016*



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

* Último dado disponível pelo IBGE via Contas Regionais

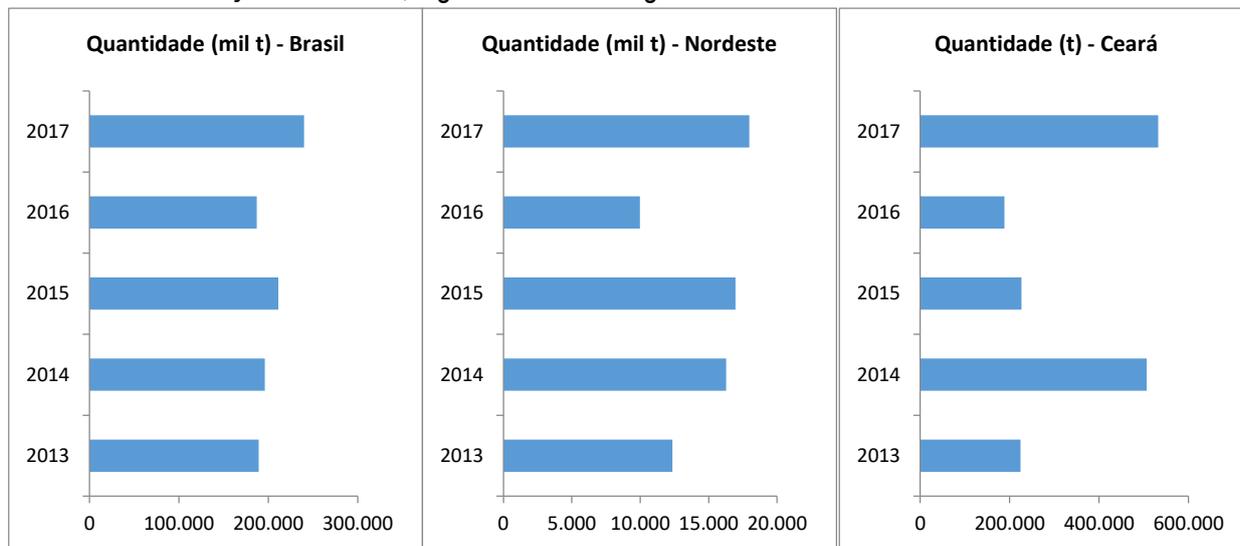
A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Brasil apresenta um comportamento mais estável, com tendência de crescimento nos anos de 2013 a 2017, atingindo nesse último ano a quantidade de 239,9 milhões de toneladas, safra recorde de grãos, influenciada pelo aumento da produção de milho e soja, nos estados de Mato Grosso, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul.

Para o Nordeste, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresenta um comportamento um pouco mais oscilante, com crescimento nos anos de 2014, 2015 e 2017, mas em 2016 a produção registrou queda mais forte do que do Brasil. Quanto ao Ceará, a variação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresenta comportamento com grandes oscilações, com redução na quantidade produzida nos anos de 2015 e 2016, quando nesse último ano registrou uma produção de apenas 188 mil toneladas, a menor da série. Em 2017, a produção voltou a crescer, obtendo a quantidade de 532,1 mil toneladas, a maior da série. Porém, vale ressaltar que ainda assim essa quantidade encontra-se bem abaixo da capacidade do quantum que o Ceará pode produzir (Gráfico 3.3).

A presença da seca agravou a escassez de água, as condições de solo e clima sofreram alterações negativas para a produção de várias culturas, principalmente as lavouras de sequeiro, como milho, feijão. A

escassez de água também afetou a produção de soja. Assim, em 2016, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas foi afetada fortemente, prejudicando o resultado nacional.

Gráfico 3.3: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil - Nordeste - Ceará - 2013 a 2017

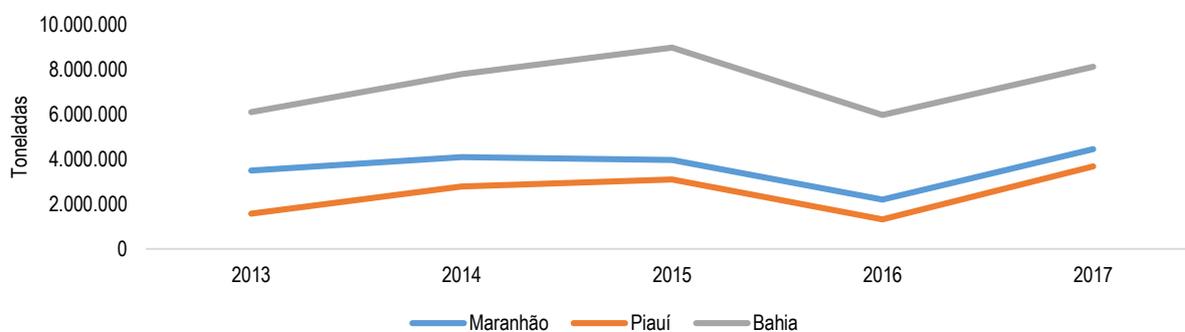


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Como visto no Gráfico 3.4, no Nordeste os estados da Bahia, Piauí e Maranhão são diferenciados na produção, por serem grandes produtores de soja com tecnologia elevada, não havendo assim grandes variações entre as safras. Diante dessa diferença da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas para esses estados, o comportamento dessas culturas para esses estados foi analisado separadamente dos demais.

O estado da Bahia é o maior produtor de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste, concentrando, nos anos de 2013 a 2015, em média 50% da produção, atingindo a quantidade recorde em 2015, com 9 milhões de toneladas. Em 2016 apresentou grande redução, mas voltou a crescer, obtendo a quantidade de 8,1 milhões de toneladas em 2017. Maranhão aparece logo em seguida com uma participação média de 25%, registrando crescimento em 2014 e queda em 2015 e 2016, mas voltando a crescer em 2017, atingindo o maior valor da série analisada (4,5 milhões de toneladas). O Piauí continua como terceiro maior produtor do Nordeste, com tendência de crescimento. A exceção do ano de 2016, quando a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou queda em todo o Nordeste, o estado do Piauí apresentou bom desempenho, obtendo a maior safra em 2017, com 3,7 milhões de toneladas.

Gráfico 3.4: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas nos estados Maranhão, Piauí, Bahia – 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

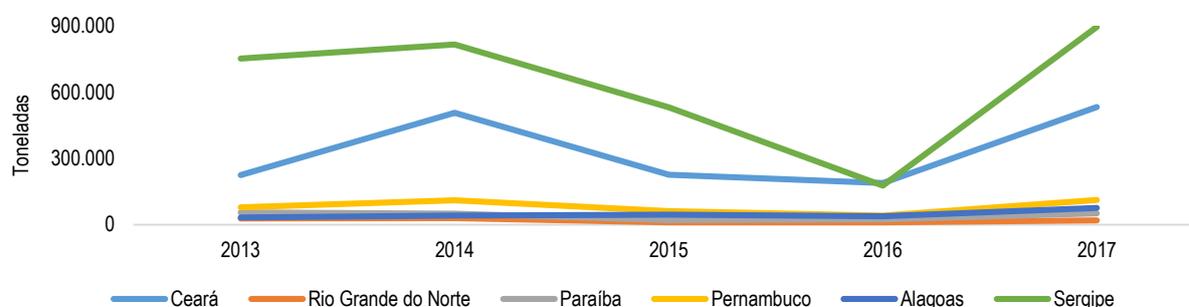
O Ceará foi o quinto maior produtor de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste, com destaque para o ano de 2016, quando, apesar da redução na produção, ficou em 4º lugar, em consequência da drástica queda da produção de Sergipe. O Ceará, em 2013, participou com 1,8% da produção de cereais,

leguminosas e oleaginosas do Nordeste, atingindo a maior participação em 2014 (3,1%). Perdeu participação em 2015 e 2016, mas voltou para o patamar de 3% de participação em 2017. Embora o Ceará tenha aumentado a produção em 2017 (532,1 mil toneladas), ainda assim é considerada baixa para a capacidade que o estado possui, sendo possível atingir em torno de 1 milhão de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, com predominância na produção de milho e feijão.

Sergipe apresentou elevado aumento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, em 2017 comparado com 2016, atingindo o quantum de 895,9 mil toneladas, com destaque na produção de milho e arroz. O estado representou, em 2017, 5,0% do total produzido no Nordeste. Em seguida vêm Pernambuco, com 0,6% de participação em 2017, Alagoas, com 0,4%; Paraíba (0,3%); e Rio Grande do Norte (0,1%).

É importante dizer que os estados destacados no Gráfico 3.5 apresentam de forma mais intensa uma produção familiar, com menores propriedades voltadas para a produção, principalmente, de milho e feijão e arroz. Os estados de Sergipe e Ceará apresentam as maiores variações na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, com grandes oscilações na produção de milho e feijão. Os demais estados possuem uma produção menor, conseqüentemente menores variações absolutas.

Gráfico 3.5: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas nos estados Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe – 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

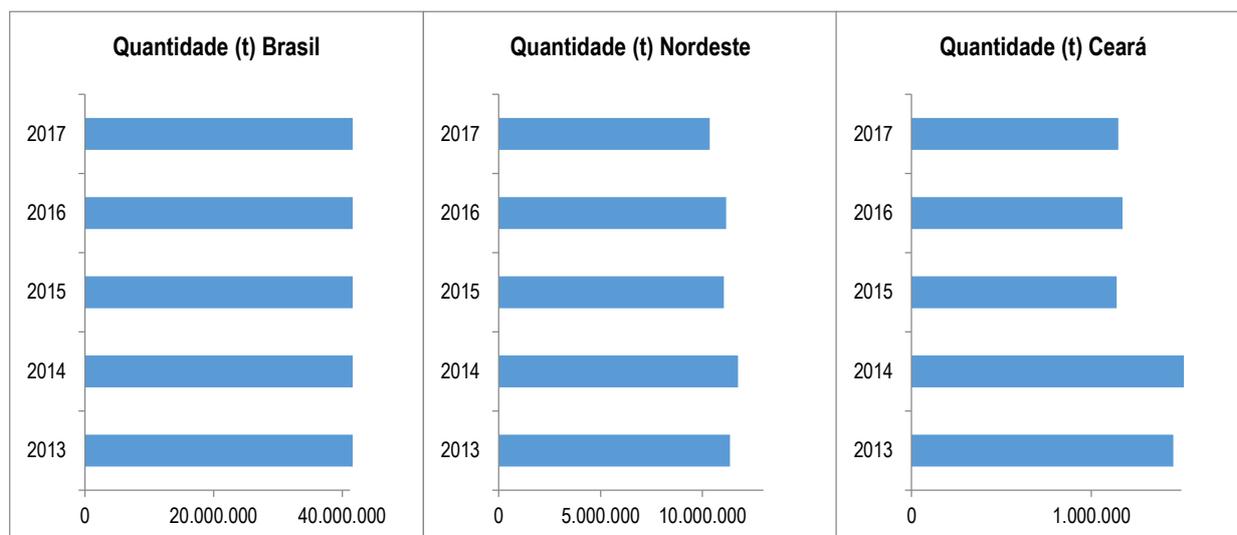
A fruticultura ganhou grande importância nos últimos anos no agronegócio brasileiro dado o aumento de interesse da população em consumir mais frutas e pelo crescimento do segmento de frutas processadas. O Brasil possui diversos climas, extensa área territorial, o que possibilita uma grande variedade de culturas, gerando resultados expressivos.

A produção de frutas no Brasil supera os 40 milhões de toneladas nos últimos anos. Em 2017, a produção de frutas foi de 42,6 milhões de toneladas. As regiões Sudeste, Nordeste e Sul são as maiores produtoras, entre os estados brasileiros com maior produção de frutas destacam-se São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Analisando-se a produção de frutas no Nordeste, verifica-se que a produção da região passa de 11 milhões de toneladas, mas em 2017, observou-se uma leve queda, encerrando o ano com produção de 10,4 milhões de toneladas, em decorrência da estiagem nos últimos anos que atingiu muitos estados nordestinos. Destaca-se aqui o Vale do São Francisco que é um grande polo frutícola do país, sendo um exemplo no sistema de produção irrigada.

Quanto ao Ceará, a produção de frutas foi mais atingida, havendo uma queda do nível de produção, que era de 1,5 milhão de toneladas, nos últimos três anos, e passou para 1,1 milhão de toneladas, conforme observado no Gráfico 3.6.

Gráfico 3.6: Produção de frutas – Brasil - Nordeste - Ceará - 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

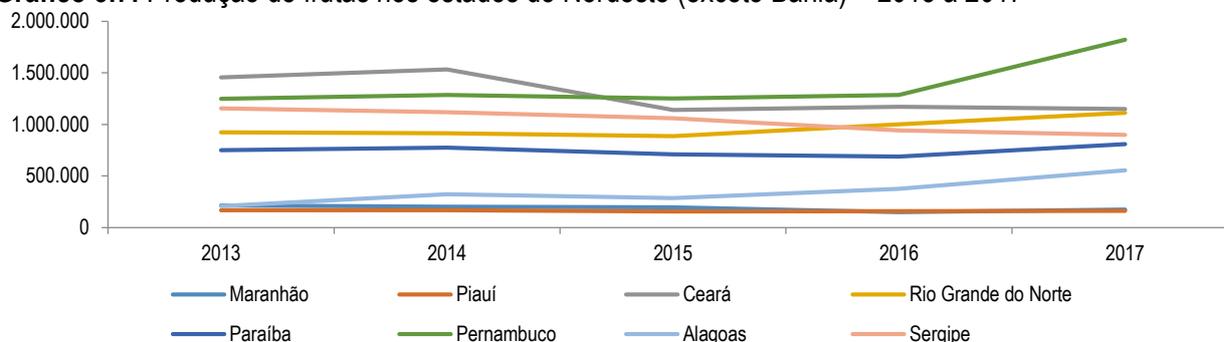
A Laranja é a principal fruta produzida no Brasil em volume, com 16,7 milhões de toneladas saídas dos pomares em 2015, correspondendo a 40,9% das colheitas totais da Fruticultura, uma redução na produção em 1,1% em relação a 2014. O estado de São Paulo é o principal produtor de laranja do País.

A Bahia lidera a produção de frutas no Nordeste⁵, com produção em torno de 5,3 milhões de toneladas nos anos de 2013 a 2016, mas em 2017 a produção caiu para 3,7 milhões de toneladas. Isso representou uma queda na participação da região, que passou de 48%, nos anos de maiores produção, para 35,6%, em 2017.

O Ceará era o segundo maior produtor de frutas do Nordeste, mas em 2015 apresentou uma acentuada queda na produção, passando de 1,5 milhão de toneladas, em 2014, para 1,1 milhão de toneladas em 2017. Essa redução ocorreu devido a falta de água que o estado apresentou, havendo uma migração para o Rio Grande do Norte. Mesmo com a redução de produção de frutas, o Ceará mantém o patamar de participação em torno de 11%.

O estado de Pernambuco passou de terceiro para segundo maior produtor de frutas do Nordeste, passando do patamar de produção de 1,2 milhão de toneladas, nos anos de 2013 a 2016, para 1,8 milhão de toneladas, em 2017, atingindo a participação de 17,6%. Em seguida estão Rio Grande do Norte, com 10,7% de participação em 2017, Sergipe (8,7%), Paraíba (7,8%), Alagoas, com 5,4%, Maranhão (1,7%) e Piauí (1,6%).

Gráfico 3.7: Produção de frutas nos estados do Nordeste (exceto Bahia) – 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

⁵ A Bahia não foi incluída no Gráfico 3.7

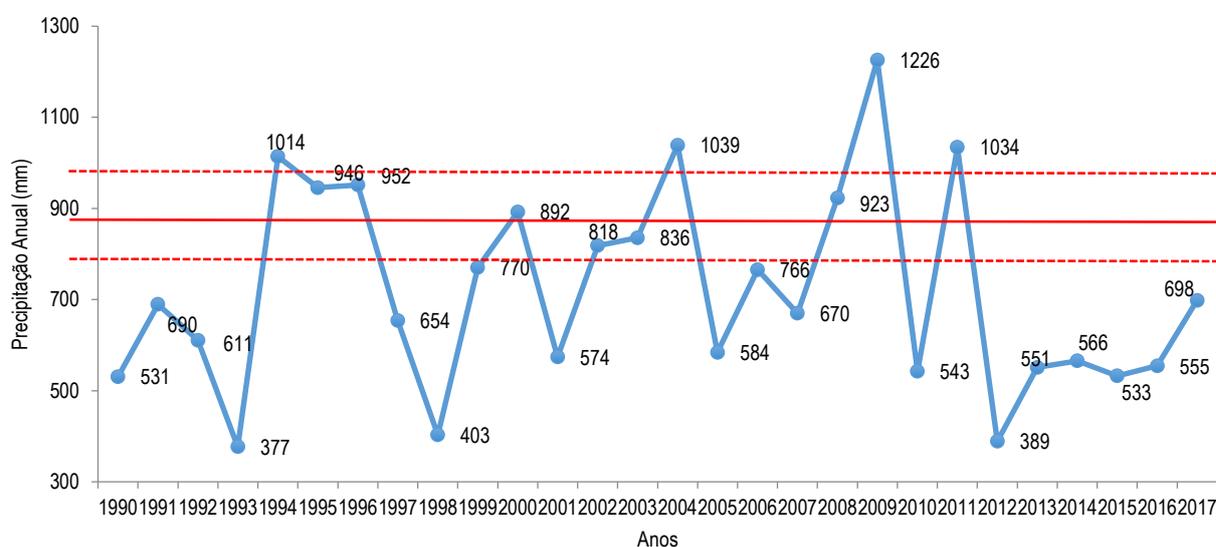
3.3.1 Principais Produtos Agrícolas do Ceará

Como já é do conhecimento amplo, a produção agrícola cearense é bastante dependente das chuvas ocorridas no decorrer do ano. Dessa forma é importante saber o comportamento pluviométrico registrado nos últimos anos para entender, em parte, o desempenho da produção agrícola do Ceará.

Desde 2012 o Ceará vem sofrendo com chuvas abaixo da média, quando nesse ano registrou o menor volume de precipitação (389 mm) dos últimos dezoito anos, quando o valor médio é de 800 mm. Entre os anos de 2013 e 2016 as chuvas atingiram o volume em torno de 550 mm, ainda bem abaixo da média do estado. Em 2017, as chuvas ainda ficaram abaixo da média, mas dentro da faixa de intervalo considerada em torno da média.

Diante desse cenário de seis anos com chuvas abaixo da média, o Ceará encontra-se em situação hídrica crítica, com a capacidade dos reservatórios atingindo o percentual de apenas 7,9%, em 2017.

Gráfico 3.8: Volume de chuvas ocorridas no Ceará (mm) – 1990 a 2017



Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

Obs.: Valores calculados com base na média de Thiessen.

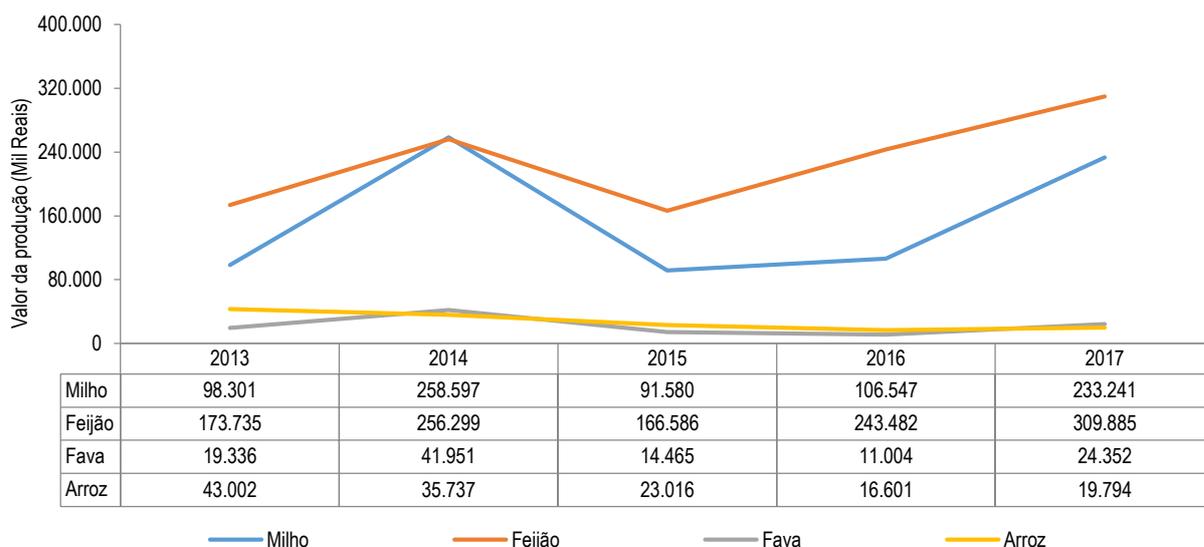
Obs.: Média histórica de 800,62 mm, variando entre 674,56 mm e 926,39 mm

Principais Grãos

Como vimos anteriormente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará é bastante variável, sendo esse comportamento bastante relacionado ao volume de chuvas que ocorre no estado. Os principais grãos produzidos pelo Ceará, em termos de valor, são feijão, milho, fava e arroz.

O valor de produção do feijão mostrou-se bem superior as demais culturas ao longo do período analisado, exceto em 2014, quando o valor da produção do milho foi um pouco maior. É importante ressaltar que parte do crescimento do valor da produção de feijão vem dos preços, visto que esse foi o produto com um dos maiores índices de preço. O milho foi o grão de maior importância quanto ao valor de produção, mas com maiores variações ao longo da série, explicado, em parte, pelo fato da planta do milho ser menos resistente aos veranicos ocorridos ao longo do plantio. Em seguida está a fava, que ultrapassou o valor do arroz em 2017, e conseqüentemente, em seguida, está o arroz (Gráfico 3.9).

Gráfico 3.9: Valor da Produção em valores reais* dos principais grãos - Ceará - 2013 a 2017



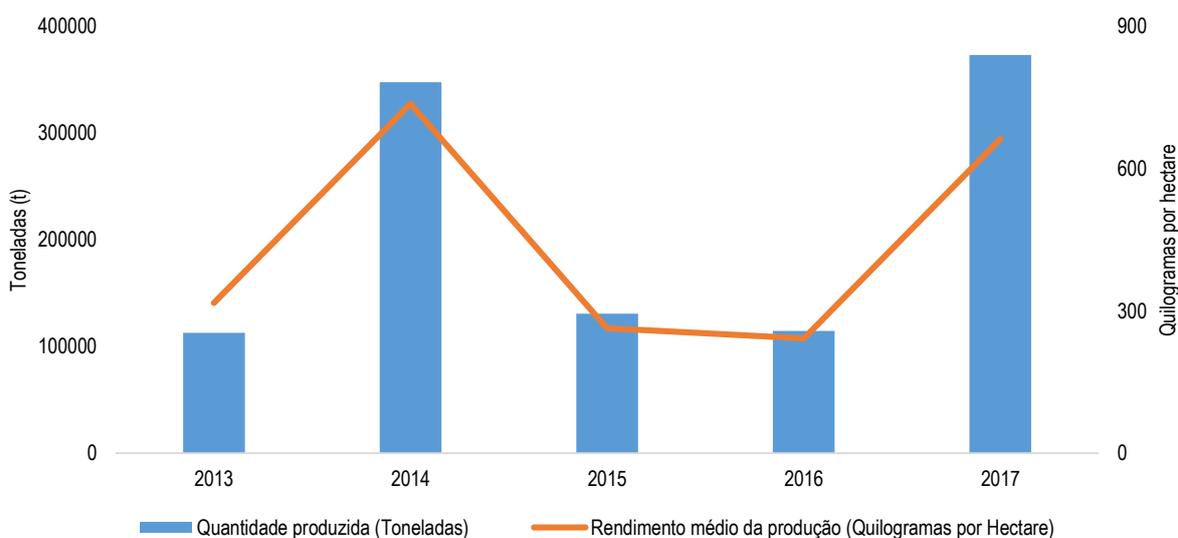
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2017

A produção do milho do Ceará nos anos de 2013 a 2017 apresentou dois níveis, pois, enquanto nos anos de 2013, 2015 e 2016 a produção alcançou aproximadamente 120 mil toneladas, em 2014 e 2017 a quantidade colhida ficou, em torno, de 375 mil toneladas. O desempenho da produção está mais associado ao aumento de rendimento. Nos anos de menor produção a produtividade foi de aproximadamente 380 quilogramas por hectare. Para os anos de 2014 e 2017, os rendimentos foram de 737 quilogramas por hectare e 663 kg/hectare, respectivamente (Gráfico 3.10).

A falta de chuva desestimulou o plantio, com redução de área, além da perda de qualidade do solo, que implicou em menor rendimento da produção. A cultura do milho é bastante sensível aos veranicos e precisa de uma maior quantidade de água. Em 2017, os principais municípios produtores de milho foram Crateús, Novo Oriente, Quixeramobim e Mauriti. O cultivo de milho está presente em 183 municípios, apenas Fortaleza não possui produção. Os dez principais municípios representaram uma participação de 29,2%, em 2017 (PAM-IBGE).

Gráfico 3.10: Produção e rendimento médio do milho - Ceará - 2013 a 2017

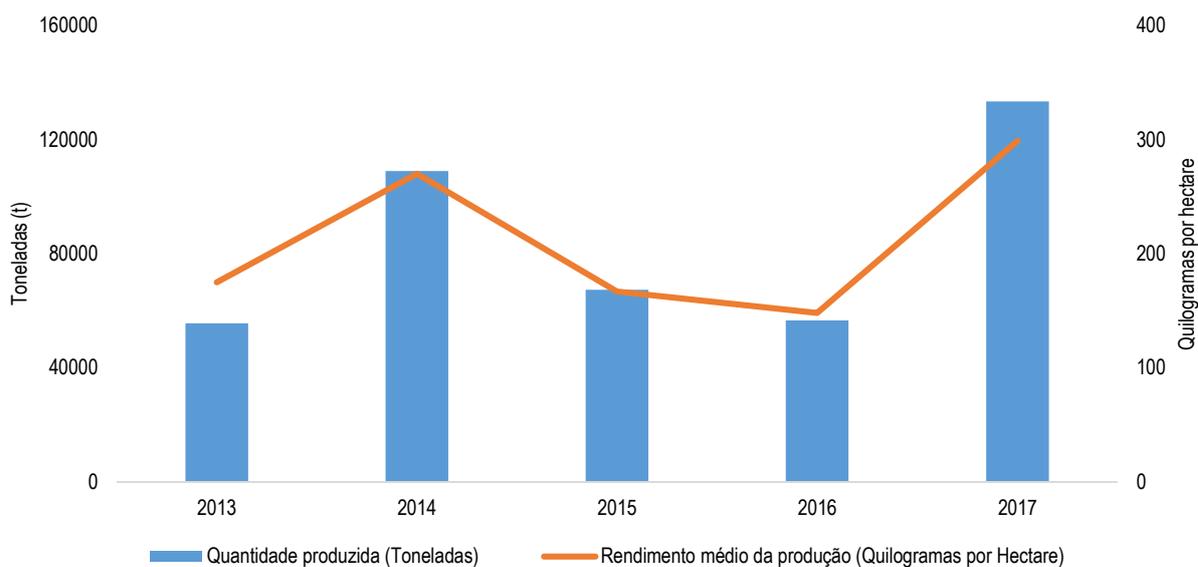


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de feijão apresentou comportamento semelhante ao do milho. Em 2013 registrou a menor produção, havendo um melhor desempenho em 2014, porém, nos anos seguintes houve uma forte queda. Em 2017 a produção de feijão foi a maior da série, 133,3 mil toneladas. O comportamento da produção de feijão segue a tendência do rendimento. Dessa forma, em 2017 o feijão registrou seu melhor rendimento, com 299 quilogramas por hectare (Gráfico 3.11). Lembrando que nesse ano, o volume de chuvas foi melhor, comparado aos demais anos analisados.

A produção de feijão também não é concentrada, apenas Fortaleza não apresentou registro de produção em 2017, mas todos os demais 183 municípios cearenses produziram essa cultura. Os dez principais municípios apresentaram uma participação de 24,7%, sendo os principais produtores os municípios de Crateús, Santa Quitéria, Novo Oriente, Tamboril e Paramoti (PAM-IBGE).

Gráfico 3.11: Produção e rendimento médio de Feijão – Ceará - 2013 a 2017



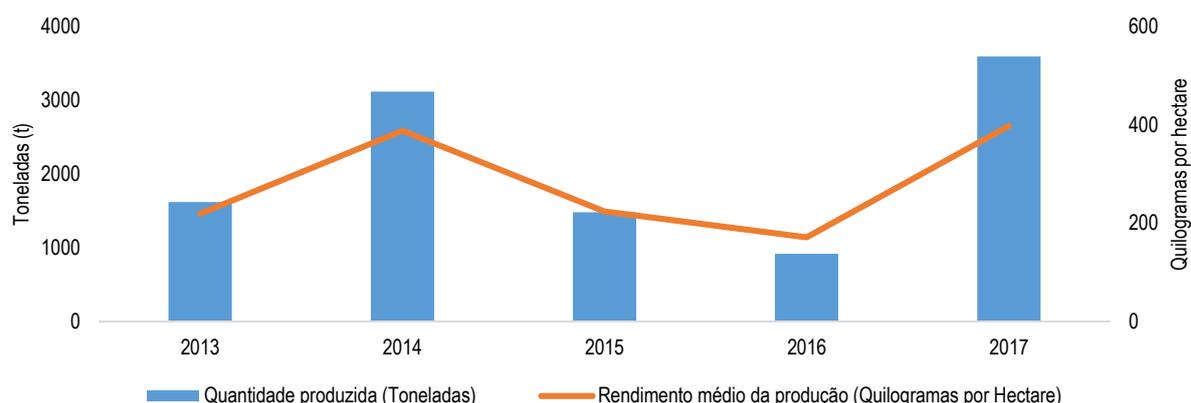
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quanto à produção de fava no Ceará, observou-se uma maior oscilação na produção, uma vez que em 2013 a produção foi de 1.620 toneladas, passando para 3.116 em 2014, caindo nos dois anos seguintes, mas retomando o crescimento em 2017, com um elevado aumento na produção, atingindo a quantidade de 3.596 toneladas. O rendimento de 2014 e 2017 apresentaram valores próximos, sendo também os anos de maiores rendimentos.

O plantio da fava é pouco incentivado e pouco atrativo aos produtores, além de não se dispor de informações que ampliem o conhecimento sobre essa cultura. Nos últimos anos, os produtores da Região do Cariri estão plantando mais fava, como forma alternativa, visto que é a planta que apresenta maior adaptabilidade ao solo e clima dessa região. Dessa forma, mesmo com a escassez de água, pode-se dizer que houve melhoria no rendimento médio da produção de fava no estado em 2017.

Em termos de produção municipal de fava no Ceará destacam-se os municípios de Farias Brito, Assaré e Caririáçu como os principais produtores de fava do Ceará em 2017. Como já mencionado, os maiores produtores encontram-se nos municípios da região do Cariri. Dos 184 municípios cearenses 62 registraram produção de fava em 2017, sendo que os três maiores concentram 50% da produção cearense.

Gráfico 3.12: Produção e rendimento médio de fava – Ceará - 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

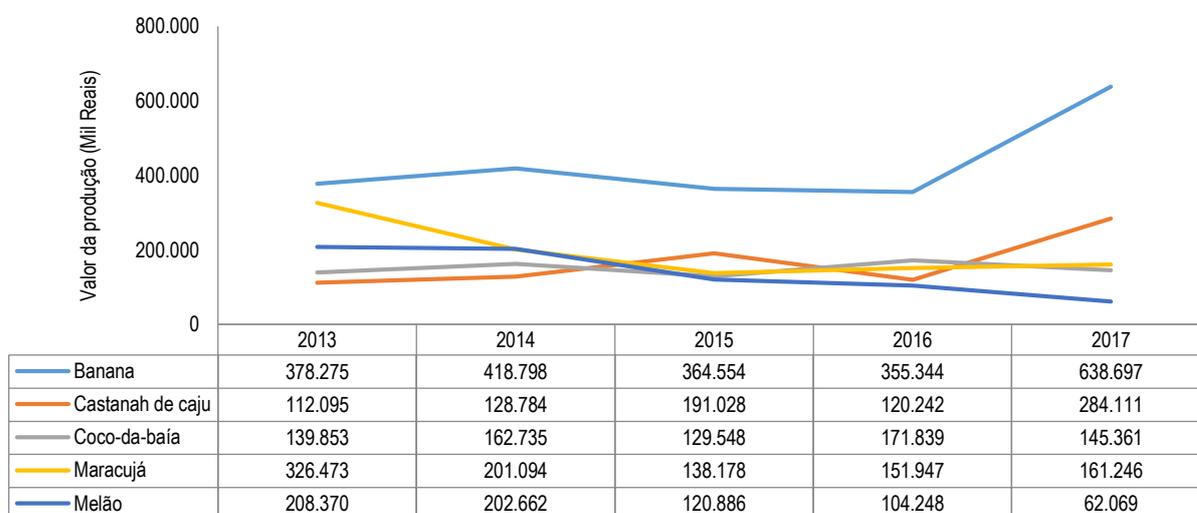
Principais Frutas

O Ceará apresenta vocação natural para a produção de determinados tipos de frutas, estando entre os principais estados produtores de frutas frescas, como melão, melancia, banana, manga, dentre outras. O estado também se destaca como um dos maiores produtores de caju. Em consequência disso, o Ceará está entre os principais exportadores de frutas do Brasil, havendo assim, o reconhecimento internacional desses produtos.

Mesmo havendo redução da quantidade de frutas produzidas pelo Ceará, verificou-se que o impacto nos valores foi menor, pois os preços das frutas, em geral, apresentaram aumento, respondendo assim a lei de oferta e demanda. Sendo assim, o valor da produção de frutas do Ceará em 2013 e 2014 foi de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, caiu em 2015 (R\$ 995 milhões), ficando abaixo dos valores dos dois últimos anos anteriores. Mas em 2016 voltou a crescer e em 2017 conseguiu atingir um valor acima dos anos anteriores, com R\$ 1,5 bilhão.

As principais frutas produzidas no Ceará, em termos de valores, são banana, castanha de caju, coco-da-baía, maracujá e melão, considerando a ordem de valor de 2017. Dessa forma, pode-se verificar que o valor da produção da banana apresenta maior peso no total. Ressalte-se a forte queda no valor da produção do melão, que passou de R\$ 217,4 milhões, para R\$ 62 milhões. Também apresentaram redução no valor da produção ao longo analisado maracujá e coco-da-baía (Gráfico 3.13).

Gráfico 3.13: Valor da Produção em valores reais* das principais frutas - Ceará - 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2017

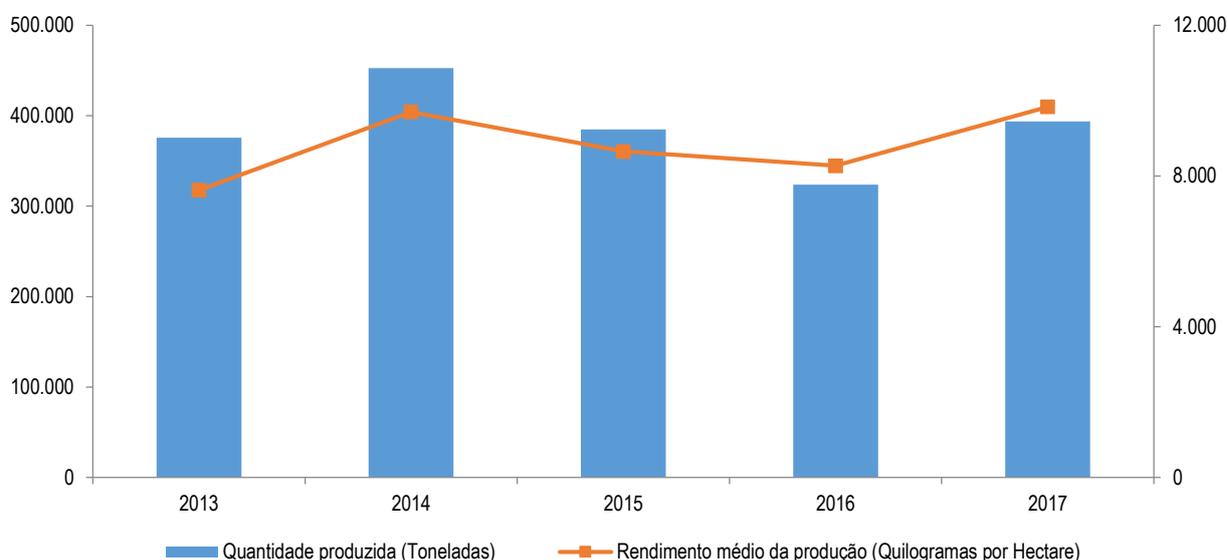
Será analisada de forma mais detalhada a produção e o rendimento das cinco principais culturas de frutas produzidas no Ceará.

A produção de banana registrou melhor desempenho em 2014, com 452,5 mil toneladas. Nos anos de 2015 e 2016 as safras foram um pouco menor. Com o agravamento da falta de água, muitos perímetros irrigados tiveram suas evasões de água reduzidas, com orientação para reduzir a área plantada ou a colher (no caso das lavouras permanentes). Porém, em 2017, houve aumento da produção, quando comparado com 2016, devido ao ganho de rendimento ocorrido nesse ano (Gráfico 3.14).

Dessa forma, o ano de 2017 registrou o melhor rendimento, com 9.836 quilogramas por hectare. O menor rendimento ocorreu em 2013, 7.624 kg/ha.

Os principais municípios cearenses produtores de banana são: Missão Velha, Limoeiro do Norte, Uruburetama e Quixeré. A produção de banana em 2017 foi cultivada em 166 municípios cearenses. Os dez principais responderam por 59,5%, do total produzido pelo Ceará.

Gráfico 3.14: Produção e rendimento médio de banana – Ceará - 2013 a 2017



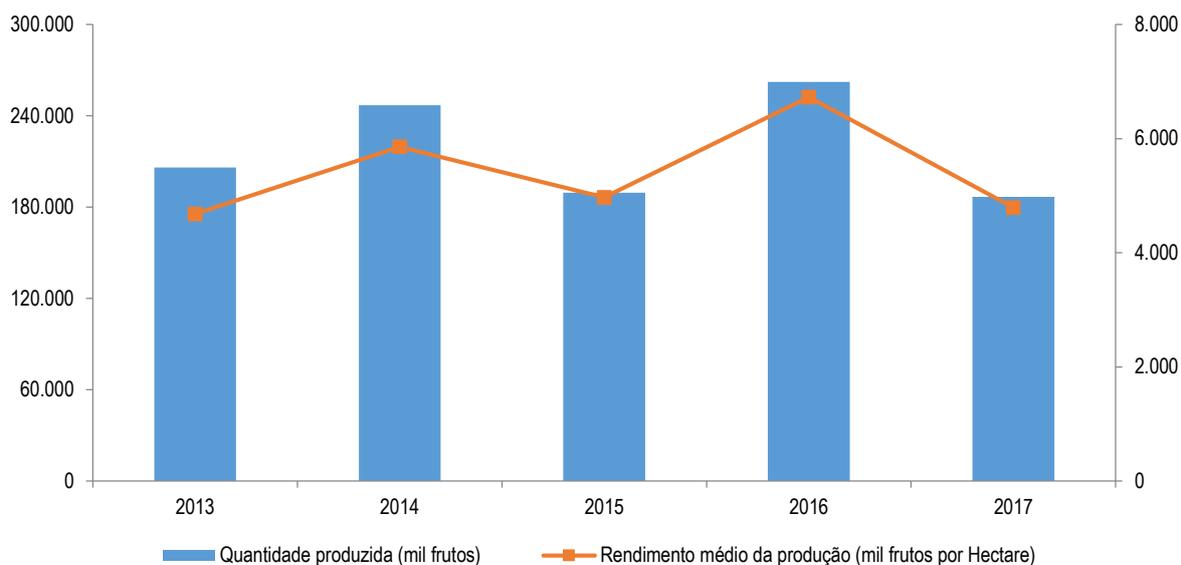
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de coco-da-baía vem apresentando comportamento oscilante, com anos alternados de crescimento e queda. Deve-se destacar o ano de 2016, pois registrou a maior quantidade da série, com 262,2 milhões de frutos, tendo sido também o ano de melhor rendimento (6.726 mil frutos por hectare). Em 2017 houve redução da quantidade produzida, com redução também do rendimento, que caiu para 4.792 mil frutos por hectare, patamar próximo do verificado em 2013 (Gráfico 3.15).

Os principais municípios cearenses produtores de banana são: Missão Velha, Limoeiro do Norte, Uruburetama e Quixeré. A produção de banana em 2017 foi cultivada em 166 municípios cearenses. Os dez principais responderam por 59,5%, do total produzido pelo Ceará.

O mercado de coco-da-baía vem crescendo bastante nos últimos anos, tanto na indústria de alimentos, como da indústria farmoquímico. A indústria de bebidas é destaque ainda maior, pois o mercado de água de coco continua expansão, tanto voltado para mercado interno como para o mercado externo.

Gráfico 3.15: Produção e rendimento médio de coco-da-baía – Ceará - 2013 a 2017



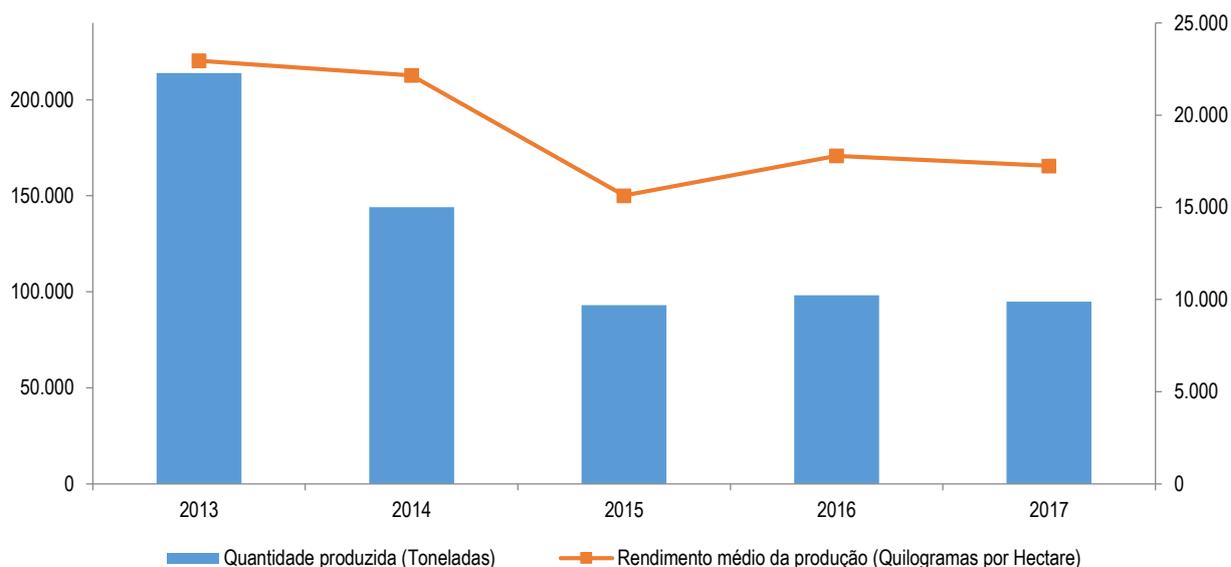
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de maracujá, em 2013, foi a maior do período analisado (213,9 mil toneladas). Em 2015 a quantidade produzida foi de 93,1 mil toneladas, em 2016 ocorreu um pequeno aumento, porém em 2017 voltou ao patamar de 2015. Mesmo com essa redução, o cultivo de maracujá continua entre as principais culturas do Ceará.

O rendimento do maracujá em 2013 foi de 22.953 quilogramas por hectare, o maior valor da série analisada. Em 2015 a produtividade caiu, passando para 15.638 quilogramas por hectare. O rendimento para os anos seguintes foi de aproximadamente 17 mil toneladas por hectare (Gráfico 3.16).

Os principais municípios cearenses produtores de maracujá são: Ibiapina, Tianguá, Viçosa, Guaraciaba do Norte, Ubajara e São Benedito, juntos esses seis municípios produziram 71,9% da safra de 2017. A produção de maracujá ocorreu em 54 municípios cearenses.

Gráfico 3.16: Produção e rendimento médio de maracujá – Ceará - 2013 a 2017



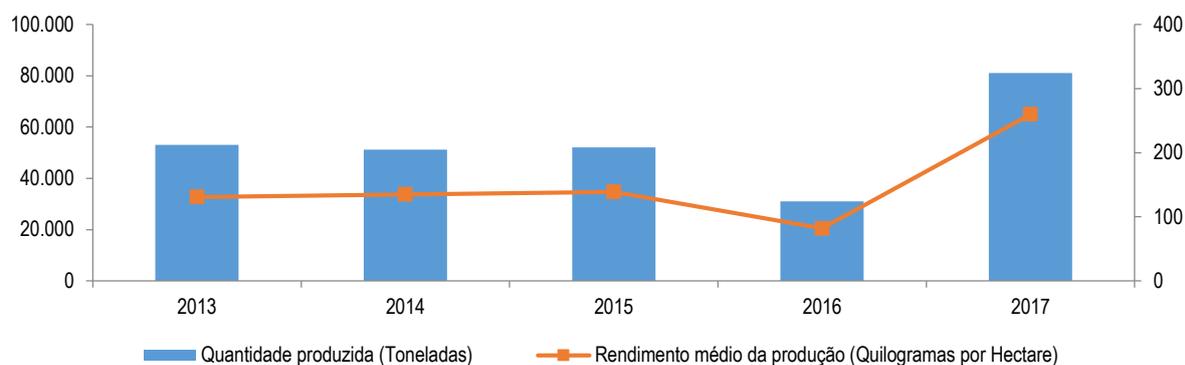
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Ceará é considerado um dos maiores produtores de castanha de caju, alcançando, em anos considerados bons de colheita, a produção de 100 mil toneladas. Porém, nos anos mais recentes a produção de castanha de caju vem apresentando drástica redução em consequência principalmente da seca dos últimos anos. A produção da castanha de caju apresentou comportamento muito parecido nos anos de 2013, 2014 e 2015, com produção de aproximadamente 50 mil toneladas e rendimento um pouco acima de 130 quilogramas por hectare. O ano de 2016 apresentou o pior desempenho, com produção de apenas 31 mil toneladas. Porém, em 2017 a safra foi considerada boa, atingindo o valor de 81 mil toneladas e rendimento de 260 kg/ha. O motivo dessa boa colheita é explicado pelas chuvas ocorridas nas áreas onde se mais produz castanha e no período temporal considerado ótimo para o desenvolvimento dos frutos.

Os principais municípios cearenses produtores de castanha de caju são: Bela Cruz, Chorozinho, Beberibe, Cruz, Trairi e Itapipoca, sendo estes municípios responsáveis por 45% da produção de 2017. A castanha de caju foi cultivada em 152 municípios cearenses.

É importante ressaltar que nos últimos anos a indústria de alimentos precisou importar castanha de caju de outros estados e até mesmo de outros países para suprir a demanda do setor. Nesse período o mercado externo de castanha de caju cresceu, mas as exportações cearenses não conseguiu acompanhar esse crescimento, deixando assim de ganhar mercado.

Gráfico 3.17: Produção e rendimento médio de castanha de caju – Ceará - 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

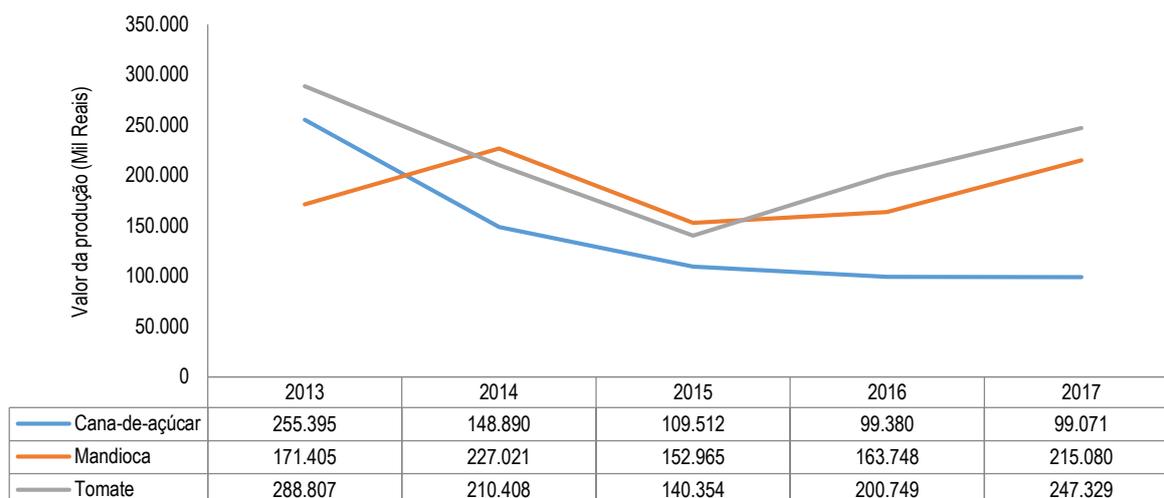
Outras culturas

Outras culturas agrícolas que apresentam elevada relevância na economia do setor agropecuário cearense são tomate e mandioca. A mandioca, embora mais resistente à falta de chuva, acompanhou o comportamento de chuvas ocorridas no período, quando em anos com melhor quadra chuvosa a produção também aumentou. Em 2014, o valor da produção de mandioca foi de R\$ 227 milhões de reais, a maior da série analisada, em 2015 caiu para R\$ 152,9 milhões, enquanto nos anos seguintes o valor da produção voltou a subir, encerrando o ano de 2017 com valor de R\$ 215 milhões.

A produção de tomate vem ganhando importância na economia cearense nos últimos anos devido às técnicas de produção utilizada e o modo de irrigação do plantio que vem melhorando no Ceará, garantindo uma maior quantidade e melhor qualidade da fruta. Em 2012 o valor da produção foi de R\$ 144,6 milhões, aumentando para R\$ 288,8 milhões no ano seguinte. Porém, nos dois anos imediatamente posteriores apresentou queda em decorrência da falta de água, mas nos anos de 2016 e 2017 retomou o crescimento, embora as chuvas ainda não tenham sido muito favoráveis, com aumento da produção e do preço, aumentando, dessa forma, o valor da produção.

A cana-de-açúcar, embora tenha uma menor representatividade no setor agropecuário do Ceará, também está entre as culturas tradicionais do estado. Mas a partir do ano de 2013 o valor da produção começou a cair, registrando o menor valor em 2017, quando foi de R\$ 99 milhões.

Gráfico 3.18: Valor da produção de tomate, mandioca e cana-de-açúcar – Ceará -2012 a 2016.



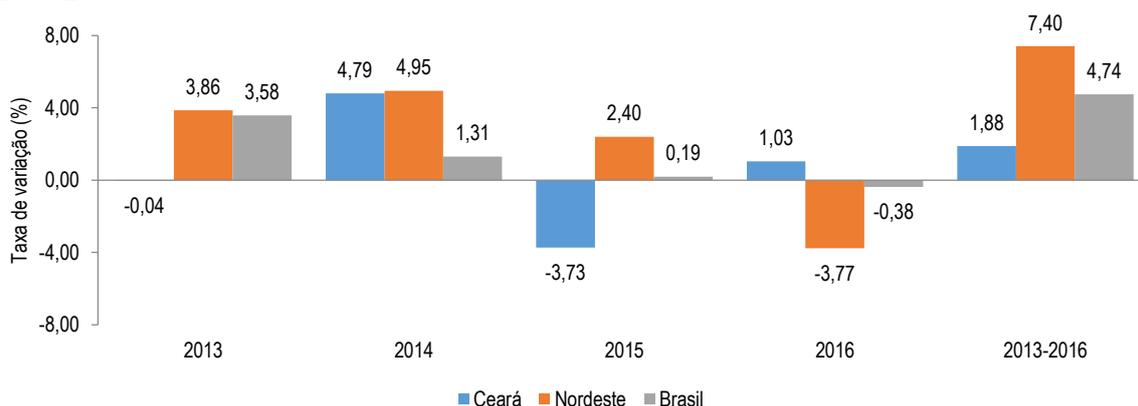
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.
Valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2017

3.4 Produção Pecuária

A atividade pecuária apresentou oscilações no comportamento de crescimento ao longo do período analisado, muito em decorrência da seca que vem atingindo o Nordeste desde 2012. Para o Brasil, observa-se que houve uma desaceleração do crescimento do valor da produção, chegando em 2016 a registrar taxa negativa de 0,38%. No acumulado de 2013 a 2016, o valor da pecuária do Brasil cresceu 4,74%. Para o Nordeste verificou-se que a desaceleração do crescimento começou em 2015 e em 2016 a taxa foi negativa (-3,77%). No acumulado do período analisado o valor da produção da pecuária do Nordeste foi de 7,4%.

Para o Ceará, observou-se que a atividade pecuária apresentou comportamento ainda mais oscilante, registrando a menor taxa em 2015, com queda de 3,73% e voltando a ter taxa positiva em 2016 (1,03%) (Gráfico 3.19).

Gráfico 3.19: Taxa de Crescimento do Valor de Produção da Atividade Pecuária – Ceará – Nordeste -Brasil – 2013-2016*

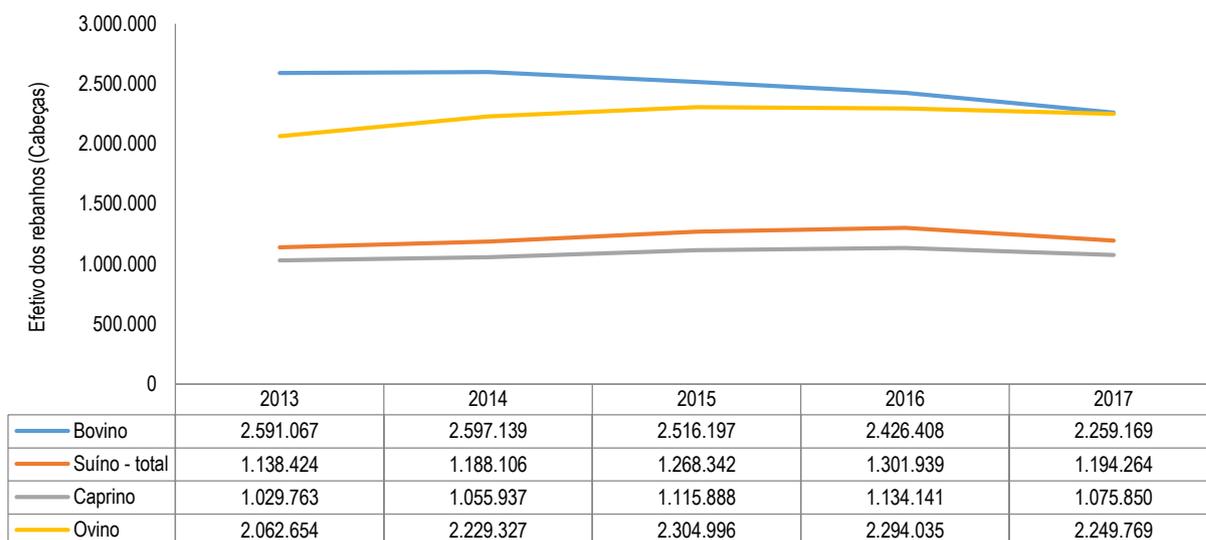


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. * Última informação do valor da produção é 2016, conforme dados PPM

No estado do Ceará os principais rebanhos são bovino, ovino, suíno e caprino. O rebanho de bovino ao longo do período de 2013 a 2017 diminuiu 12,8%, em virtude da dificuldade de manter o gado vivo diante da seca que ocorreu nesse período. Muitos produtores optaram por vender seus gados para evitar maiores prejuízos.

Assim, conforme visto no Gráfico 3.20, o rebanho de outros animais cresceu, mesmo com a estiagem ao longo desses anos. O rebanho de suíno cresceu 4,9%, do período de 2013 para 2017. Também houve aumento do rebanho de ovino e caprino de 9,1% e 4,5%, respectivamente.

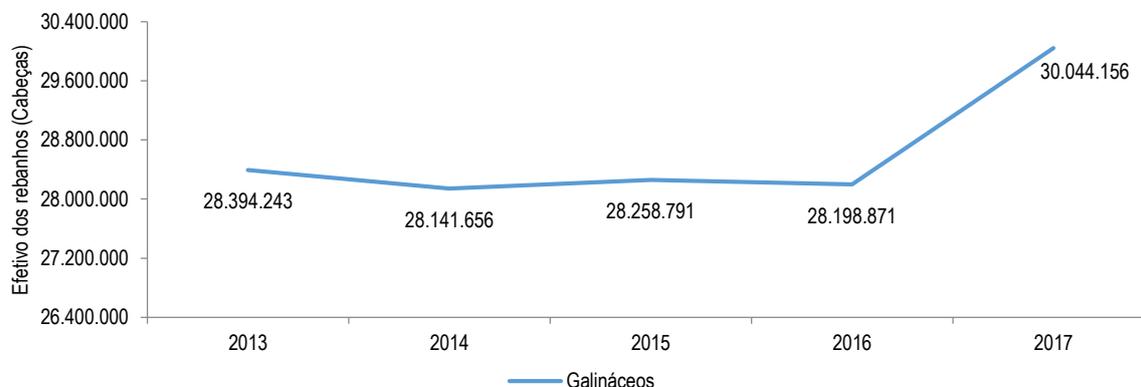
Gráfico 3.20: Quantidade do rebanho (cabeças) - Ceará - 2013 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Na criação de aves o Ceará registrou crescimento 5,8% do ano de 2013 para 2017, quando registrou a quantidade de 30.044 mil cabeças de aves. Esse aumento está relacionado com o aumento de indústrias avícolas que se instalaram no estado nos últimos anos.

Gráfico 3.21: Quantidade de galináceos (cabeças) - Ceará - 2013 a 2017.



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Ceará vem se especializando na produção de leite, ganhando destaque por ser o terceiro maior produtor do Nordeste. Esse avanço do agronegócio do leite no Ceará deve-se ao aprimoramento produtivo, com adoção de tecnologias e assistência técnica, melhoramento de pastagens, uso de cilagem. Dessa forma, mesmo diante de um período de seca, a produção de leite apresentou uma nítida tendência de crescimento nos últimos anos, quando registrou uma taxa de crescimento de 26,9% em 2017, comparado ao ano de 2013.

A produção de ovos também vem crescendo no Ceará ao longo desses anos, passando de 135 milhões de dúzias, em 2013, para 177 milhões de dúzias em 2017, ou seja, crescimento de 31,5%. Esse aumento também está relacionado com as várias empresas instaladas no Ceará na produção de aves e ovos.

A apicultura é outra atividade importante no estado, além de ser uma atividade que garante renda para muitos moradores rurais. Na série analisada, a maior produção de mel no Ceará foi em 2014, com 1.931 mil quilos. Em 2015 e 2016 registrou redução na produção em consequência dos anos de seca. Em 2017 a produção de mel aumentou, chegando a 1.776 mil quilos (Tabela 3.1).

As atividades de produção animal cearense possuem elevada importância na economia do estado. A atividade de leite apresenta-se como a mais relevante, em termos de valor, seguida de ovos e mel de abelha. Ao longo de período de 2013 a 2017, o valor da produção de ovos e mel cresceu 29,5%, e leite cresceu 23,5%.

Tabela 3.1: Quantidade e Valor da produção da Produção dos Produtos de origem animal – Ceará – 2013-2017

Produção					
Produto	2013	2014	2015	2016	2017
Leite (Mil litros)	455.452	498.133	489.257	528.138	577.864
Ovos de galinha (Mil dúzias)	135.129	136.802	144.122	161.557	177.766
Mel de abelha (Quilogramas)	1.834.826	1.931.726	1.357.080	1.149.390	1.776.231
Valor da Produção (mil Reais)					
Produto	2013	2014	2015	2016	2017
Leite	644.786	690.607	709.353	750.055	796.114
Ovos de galinha	600.973	672.426	707.869	688.994	779.311
Mel de abelha	15.441	17.445	13.982	12.585	19.989

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

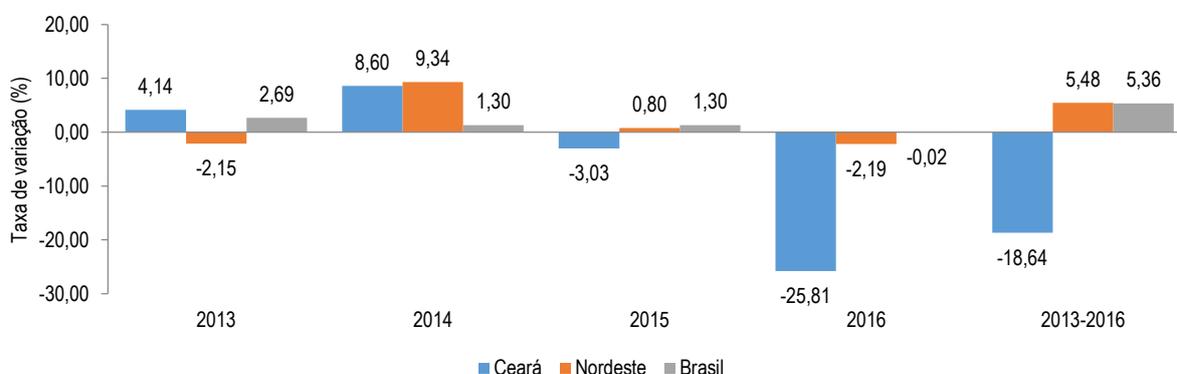
Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2017

3.5 Produção Pesca e Aquicultura

A atividade pesca e aquicultura apresentou comportamento bastante irregular no Nordeste e Ceará. Para o Brasil, observa-se que houve uma desaceleração do crescimento do valor da produção, chegando em 2016 a registrar taxa negativa de 0,02%. No acumulado de 2013 a 2016, o valor da pesca e aquicultura do Brasil cresceu 5,36%. Para o Nordeste verificou-se que houve crescimento nos anos de 2014 e 2015, mas queda em 2013 e 2016. No acumulado do período analisado o valor da produção da pesca e aquicultura do Nordeste foi de 5,48%.

Para o Ceará, observou-se que o valor da produção da atividade pesca e aquicultura apresentou taxa positiva em 2013 e 2014, mas em 2015 registrou queda de 3,03%, em consequência da redução de água dos açudes. Em 2016 a queda foi mais acentuada (25,81%), explicado principalmente pela contaminação do vírus “mancha branca” nas fazendas de camarão, ocasionando um forte declínio na produção de camarão. No acumulado entre 2013 e 2017 o valor de produção da pesca e aquicultura no Ceará registrou queda de 18,64%.

Gráfico 3.22: Taxa de Crescimento do Valor de Produção da Atividade Pecuária – Ceará – Nordeste -Brasil – 2013-2016*



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao analisar por produto, verifica-se que a produção de tilápia registrou aumento de 2013 para 2014, porém nos três anos seguintes verificou-se uma acentuada queda, passando de 36,3 milhões de quilos, em 2014, para 10 milhões de quilos, em 2017, ou seja, queda de 66,7%. Essa baixa na produção é explicada pela seca dos açudes, impossibilitando a produção de tilápia.

Quanto à produção de camarão verificou-se crescimento nos anos de 2013 a 2015, quanto atingiu a quantidade de 40,7 milhões de quilos. Porém, em 2016, ocorreu uma queda brusca da produção, passando para 25,4 milhões de quilos. Essa perda foi causada por um vírus que infestou vários viveiros, levando a morte dos crustáceos (Tabela 3.2).

Tabela 3.2: Quantidade da produção e Valor* da Produção dos Produtos de pesca e aquicultura – Ceará – 2013-2017

Produção					
Produto	2013	2014	2015	2016	2017
Tilápia (Quilogramas)	30.634.375	36.275.237	27.889.101	17.365.740	10.204.119
Camarão (Quilogramas)	33.949.805	35.391.979	40.717.779	25.431.280	11.857.417
Valor da Produção (mil Reais)					
Produto	2013	2014	2015	2016	2017
Tilápia	211.991	254.951	190.572	114.163	73.854
Camarão	495.178	468.745	520.725	370.509	239.995

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. * A Pesquisa de Pesca e Aquicultura só existe a partir de 2013

O valor de produção da tilápia apresentou queda, atingindo seu mínimo na série em 2017, com valor de R\$ 73,8 milhões. O valor de produção do camarão atingiu seu máximo em 2015, com R\$ 520,7 milhões, mas já em 2017 registrou o menor valor do período analisado, com R\$ 239,9 milhões. Ambos os produtos tiveram queda no valor da produção menor do que na quantidade, o que implica uma compensação na perda do valor através do preço (Gráfico 21).

4 DESEMPENHO DA INDÚSTRIA

Witalo de Lima Paiva⁶

4.1 Introdução

O capítulo traz uma avaliação da indústria cearense para os anos de 2013 a 2017. A partir de indicadores específicos, o objetivo é construir uma análise da dinâmica da produção considerando o comportamento da Indústria Geral e dos segmentos que a compõem, a saber: Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção Civil e o segmento de Eletricidade, Gás e Água⁷.

No primeiro momento, a análise considera a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB). A partir do VAB é possível mensurar a participação de cada atividade na economia estadual e a avaliação pode ser estendida para toda indústria e seus segmentos. No momento seguinte, a análise se baseará, principalmente, nos dados disponibilizados por IBGE (2018a) para o último ano disponível (ano de 2016). Como destacado pela própria pesquisa, o levantamento tem como objetivo principal identificar as características estruturais básicas da atividade industrial, produzindo um conjunto relevante de variáveis e indicadores que se constituem como referência para análise do segmento.

4.2 Indústria Geral e seus Segmentos

Conceitualmente, o Valor Adicionado Bruto (VAB) indica o montante que determinada atividade econômica adiciona a economia por meio de seu processo produtivo. Equivale a renda que a atividade gera com sua produção e que passa a integrar a renda total gerada pela economia em cada período determinado de tempo⁸.

Considerando a indústria geral cearense, o VAB passou de R\$ 19,3 bilhões para R\$ 23,4 bilhões entre os anos de 2013 e 2016. Em termos absolutos, um aumento de R\$ 4,1 bilhões no período. No mesmo intervalo de tempo, o valor adicionado total da economia, incluindo todas as atividades econômicas, alcançou R\$ 121,8 bilhões em 2016 contra R\$ 94,9 bilhões em 2013, um aumento de R\$ 26,9 bilhões. A Tabela 4.1 a seguir apresenta os números em valores correntes a partir de 2013.

Tabela 4.1: Valor Adicionado Bruto a preços de mercado (R\$ milhões correntes) – Indústria, Segmentos Industriais e Total da Economia – Ceará – 2013 a 2016

Anos	Extrativa	Transformação	Eletricidade	Construção	Indústria Geral	Total
2013	614	9.830	1.992	6.912	19.348	94.870
2014	591	10.201	2.546	7.881	21.219	110.779
2015	339	9.744	3.029	9.307	22.419	114.643
2016	194	9.985	4.668	8.526	23.373	121.756

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria.

Os valores apresentados sugerem uma participação pequena da atividade industrial na formação do valor adicionado da economia cearense. O indicador de participação pode ser visualizado na Tabela 2, que

⁶ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

⁷ Anteriormente denominada Atividade de Serviços Industriais de Utilidade Pública. Agrupa as atividades de geração e distribuição de energia elétrica, distribuição de gás, distribuição de água e tratamento de esgoto, tratamento e coleta de resíduos sólidos.

⁸ Para o valor adicionado o último ano disponível é o de 2016.

apresenta os dados para o Ceará e para o Brasil. No comparativo, em particular, a indústria no país possui uma importância relativa maior na economia que a observada no Ceará. Os números indicam, ainda, um movimento de redução destas participações ao longo dos anos observados.

A Tabela 4.2 traz, também, a participação dos segmentos que compõem a indústria geral. Em todo o período, a Transformação se manteve como principal atividade industrial no Estado, apesar da perda expressiva de participação no período. Em 2016, a atividade respondeu por 42,7% do valor adicionado de todo o setor. Em 2013, a participação era de 50,8%. A redução indica o desempenho relativamente ruim da atividade nos últimos anos.

A Construção civil se consolidou como segunda força da indústria local, respondendo por 36,5% do valor adicionado pelo setor no último ano. Outro destaque é o segmento de Eletricidade, gás e água que vem apresentando um crescimento contínuo de participação, passando de 10,3% em 2013 para 20,0% em 2016.

Tabela 4.2: Participação no Valor Adicionado (%) – Indústria e Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2013 a 2016

Indústria Geral e Segmentos	2013		2014		2015		2016	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Indústria Geral (1)	20,4	24,9	19,2	23,8	19,6	22,5	19,2	21,2
Indústria Extrativa Mineral (2)	3,2	16,7	2,8	15,6	1,5	9,5	0,8	4,8
Indústria da Transformação (2)	50,8	49,4	48,1	50,5	43,5	54,3	42,7	58,8
Construção Civil (2)	35,7	25,7	37,1	25,9	41,5	25,5	36,5	23,9
Eletricidades, Gás e Água (2)	10,3	8,2	12,0	7,9	13,5	10,6	20,0	12,5

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria. (1) Participação no total da economia; (2) Participação na indústria geral.

A participação dos setores no valor adicionado da economia decorre diretamente do crescimento apresentado por estes no período em questão. O menor ritmo de expansão das atividades, nos anos de 2013 a 2016, está em boa medida associado ao desdobramento da crise na economia brasileira nesse período.

Com componentes políticos e econômicos, a crise em tela afetou o parque industrial cearense. A indústria de transformação local, que já apresentara problemas estruturais de competitividade, registrou seguidas taxas negativas de evolução para o valor adicionado entre os anos de 2014 a 2016, ingressando em um momento especialmente desfavorável.

O ano de 2017 marca uma retomada da atividade após os anos de perdas continuadas na produção. O movimento se apoiou numa mudança positiva do ambiente econômico. De fato mais favorável, o novo momento se destaca pela estabilidade cambial, a forte redução da inflação, a contínua queda da taxa de juros, e a recuperação do poder de compra das famílias, que favoreceram a melhora das expectativas por parte dos agentes e a recuperação da demanda agregada. Em conjunto, tais elementos criaram um quadro alinhado às características do parque industrial local, caracterizado por uma produção voltada ao mercado interno, ao consumo das famílias, com produtos de menor valor agregado.

As taxas de crescimento são apresentadas na Tabela 4.3, a seguir, que também permite a comparação com o Brasil.

Tabela 4.3: Taxas de Crescimento do Valor Adicionado (%) – Segmentos Industriais – Ceará e Brasil - 2013 a 2017

Segmentos Industriais	2013		2014		2015		2016		2017*	
	Ceará	Brasil								
Indústria Extrativa Mineral	23,6	-3,2	-9,2	9,1	-14,3	5,7	-3,9	-1,2	-19,5	4,2
Indústria da Transformação	10,3	3,0	-2,8	-4,7	-10,4	-8,5	-5,6	-4,8	2,9	1,7
Construção Civil	0,9	4,5	3,5	-2,1	-2,0	-9,0	-13,0	-10,0	-4,2	-7,5
Eletricidades, Gás e Água	33,1	1,6	8,5	-1,9	5,3	-0,4	3,4	6,5	1,7	1,0

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração própria. Crescimento em volume (real) do valor adicionado. (*) Resultados preliminares.

Na mesma direção, a Construção civil apresentou taxas negativas para a evolução do seu valor adicionado nos últimos anos, de 2015 a 2017, encerrando o forte e contínuo ciclo de expansão registrado até o ano de 2012 e que levaram a atividade a se consolidar como a segunda principal força da indústria local. A redução nos investimentos públicos e privados, os ajustes na oferta e na demanda por crédito após um período de forte aumento, os desdobramentos da crise econômica, com seus componentes fiscal e político, e a deterioração do ambiente de expectativas, explicam o movimento.

A indústria extrativa mineral, assim como os segmentos anteriores, tem apresentado quedas sucessivas no valor adicionado na maior parte dos anos. O comportamento da produção é diretamente afetado pelo movimento da produção de petróleo e na extração de minerais não metálicos, principais atividade extrativa mineral no Estado. Sobre esta última, cabe destacar sua relação com a Construção civil e com a fabricação de minerais não metálicos, na indústria de transformação. Em ambos os casos, a redução na produção parece ter afetado negativamente a indústria extrativa.

Ao contrário dos pares anteriores, o segmento de Eletricidade, gás e água, por seu turno, tem mantido um ritmo de crescimento contínuo ao longo do período, embora com taxas decrescentes nos anos finais. Tal desempenho pode estar associado principalmente à geração de energia dos parques eólicos e das termelétricas no território cearense.

4.3 Indústria de Transformação

A indústria de transformação manteve ao longo dos anos analisados a posição de principal segmento da indústria cearense, embora a diferença para os demais tenha diminuído. Importante pelo valor adicionado e pela geração de emprego e renda, o setor possui também rebatimentos relevantes na competitividade da economia estadual. Neste contexto, o capítulo traz uma avaliação específica da indústria de transformação cearense a partir de indicadores que permitem uma leitura complementar do desempenho da atividade. A análise se baseia nos dados disponibilizados pela Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE)⁹ para o último ano disponível (2016). A vantagem desta abordagem complementar é a possibilidade de estender a análise para os principais segmentos que integram a indústria de transformação, algo que a avaliação do valor adicionado (VAB) não permite.

Dentre as diversas informações disponibilizadas, a avaliação construída neste capítulo considerou apenas o *Valor da Transformação Industrial (VTI)*¹⁰. A partir da variável selecionada, o objetivo é captar aspectos

⁹ PIA Empresa que investiga informações das unidades produtoras.

¹⁰ O VTI é uma variável derivada que resulta da diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais. Importante destacar que embora seja uma medida de agregação de valor, o VTI é conceitual e metodologicamente diferente do VAB. O VTI é uma informação complementar e que melhor capta a operação industrial, desconsiderando outras produções, receitas e custos da firma industrial.

estruturais quanto à agregação de valor na atividade industrial. A sua dinâmica no intervalo de tempo considerado no estudo também é objeto de avaliação.

A análise inicial importante é conhecer a composição da indústria de transformação no Ceará, identificando quais as atividades que a caracterizam. A identificação dos principais segmentos industriais permite melhor entender as características estruturais do setor, seu poder de competição, desempenho e dinâmica ao longo dos anos observados.

Neste sentido, a indústria cearense se caracteriza pela produção de bens de consumo não duráveis, com menor valor agregado, como calçados, tecidos, vestuário e bebidas. Essa característica tem se mantido quase que inalterada ao longo dos anos. Em 2016, as principais atividades industriais concentraram 81,1% do total do VTI gerado pela indústria de transformação no estado. Em 2013, tal percentual foi de 80,4%. A agregação de valor da manufatura local mantém sua origem ao longo do tempo concentrada, predominantemente, em tais atividades. É importante frisar que a análise não permite captar movimentos iniciais de mudança nessa estrutura. Entretanto, pode-se afirmar que tais movimentos, se estão ocorrendo, ainda não foram capazes de alterar a estrutura dominante. A Tabela 4.1, a seguir, traz as atividades principais e os números comentados.

A Tabela 4.4 traz além das atividades principais, informações complementares que ajudam a caracterizar a indústria de transformação no estado, em especial, na comparação com o Brasil. No ano de 2016, o respectivo grupo correspondente das atividades principais para o Ceará, quando observado na indústria do país concentrou 48,5% do VTI total em nível nacional. O percentual revela a considerável diferença de perfil entre os parques industriais, o que influencia diretamente na capacidade de resposta diante de mudanças na conjuntura econômica.

Tabela 4.4: Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará – 2013 e 2016

Atividades Industriais	Ceará				Brasil				Participação (%) Ceará/Brasil		Importância Local Relativa	
	2013		2016		2013		2016		2013	2016	2013	2016
	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%				
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3,15	22,2	3,41	21,0	20,91	1,8	18,34	1,9	15,1	18,6	12,02	11,13
Fabricação de produtos alimentícios	2,81	19,8	3,37	20,8	195,73	17,3	205,66	21,2	1,4	1,6	1,14	0,98
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,55	10,9	1,62	10,0	29,12	2,6	22,84	2,4	5,3	7,1	4,25	4,26
Fabricação de bebidas	0,84	5,9	1,22	7,5	40,11	3,5	38,23	3,9	2,1	3,2	1,68	1,92
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,71	5,0	1,14	7,0	129,71	11,4	109,36	11,3	0,5	1,0	0,43	0,62
Fabricação de produtos têxteis	0,81	5,7	0,80	4,9	20,29	1,8	16,13	1,7	4,0	5,0	3,17	2,97
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,94	6,6	0,80	4,9	46,00	4,1	33,48	3,4	2,1	2,4	1,64	1,43
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,62	4,4	0,78	4,8	34,24	3,0	26,97	2,8	1,8	2,9	1,45	1,73
Atividades Selecionadas	11,43	80,4	13,13	81,1	516,11	45,5	471,01	48,5	2,2	2,8	1,77	1,67
Demais Atividades	2,79	19,6	3,07	18,9	617,83	54,5	499,68	51,5	0,5	0,6	0,36	0,37
Indústrias de Transformação Total	14,22	100,0	16,20	100,0	1.133,94	100,0	970,69	100,0	1,3	1,7	-	-

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2016/IBGE). Elaboração própria. Valores correntes.

Em relação ao país, o segmento da transformação estadual elevou sua participação em nível de Brasil, alcançando 1,7% em 2016 contra 1,3% em 2013. O ganho de importância relativa foi influenciado principalmente pelo grupo das atividades principais, que passou a responder por 2,8% da respectiva produção brasileira no último ano, contra 2,2% em 2013. As atividades locais que registram um maior destaque nacional são Couros e Calçados, com participação de 18,6%, Vestuário (7,1%), Têxteis (5,0%) e Bebidas (3,2%).

As últimas colunas da tabela 4.1 destacam a importância relativa da atividade para a indústria local vis a vis a importância desta na indústria do país. A medida compara as participações relativas e indica uma importância relativamente maior para indústria local quando o valor for superior a um. Quanto mais alto, maior a importância para manufatura cearense. Dentre as atividades, se sobressaem Couros e calçados, Vestuário e Têxteis. De modo distinto, a produção de alimentos possui uma importância semelhante em ambas as indústrias, ao passo que a produção de derivados de petróleo tem uma maior expressividade em nível nacional.

As características identificadas, em especial a maior importância relativa da produção de bens finais, tendem a tornar o parque fabril cearense mais sensível às oscilações no poder de compra das famílias. Aumento nos níveis de desemprego, redução da massa salarial, alta inflação, restrições de crédito às famílias, expectativas ruins por parte do consumidor são aspectos conjunturais que afetam com força relativamente maior o desempenho da indústria de transformação cearense, reduzindo seu desempenho.

Os anos de 2014 e 2016, caracterizados como períodos de fortes restrições na economia, ilustram esta realidade. A Tabela seguinte, 4.5, mostra os efeitos das instabilidades econômicas nas atividades principais da indústria.

Considerando inicialmente todo o setor, o segmento de transformação apresentou uma redução no VTI inferior ao país, tanto no período mais longo, como no último ano. Entre 2013 e 2016, a manufatura cearense registrou uma retração de 7,25%, praticamente a metade da experimentada pelo país no mesmo período, 14,40% de queda. A diferença foi ainda mais intensa entre 2015 e 2016, quando a redução cearense foi de apenas 0,17% e o Brasil experimentou 5,08% de redução. As taxas revelam que os parques industriais responderam de forma diferente aos desdobramentos da crise, com o estado apresentando menores perdas nas diferentes comparações, em especial no período mais recente.

Quando se observar apenas o grupo das principais atividades para o Ceará e o respectivo conjunto no país, o quadro traz algumas diferenças favoráveis ao estado. Destaca-se o último ano, quando o grupo apresentou uma leve expansão no VTI, de 0,36%, ao passo que o conjunto nacional registrou uma queda de 3,20%. O desempenho dos principais segmentos acabou influenciado os menores recuos da manufatura cearense.

Tabela 4.5: Variação do Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará – 2013 e 2016

Atividades Industriais	Valor da Transformação Industrial (R\$ bilhões)(*)						Variação (%)(**)			
	Ceará			Brasil			Ceará		Brasil	
	2013	2015	2016	2013	2015	2016	16/13	16/15	16/13	16/15
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3,87	3,37	3,41	20,91	18,88	18,34	-12,01	1,22	-12,31	-2,90
Fabricação de produtos alimentícios	3,45	3,12	3,37	195,73	197,36	205,66	-2,42	8,05	5,07	4,20
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,91	1,84	1,62	29,12	23,74	22,84	-14,76	-11,94	-21,56	-3,78
Fabricação de bebidas	1,04	1,29	1,22	40,11	43,06	38,23	18,09	-5,31	-4,68	-11,21
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,87	1,13	1,14	129,71	117,61	109,36	30,87	0,41	-15,69	-7,02
Fabricação de produtos têxteis	0,99	0,76	0,80	20,29	17,15	16,13	-19,09	5,95	-20,49	-5,93
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,16	0,92	0,80	46,00	39,30	33,48	-31,09	-13,24	-27,23	-14,83
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,76	0,66	0,78	34,24	29,46	26,97	1,77	17,67	-21,21	-8,43
Atividades Selecionadas	14,04	13,09	13,13	516,11	486,57	471,01	-6,48	0,36	-8,74	-3,20
Demais Atividades	3,42	3,14	3,07	617,83	536,10	499,68	-10,40	-2,38	-19,12	-6,79
Indústrias de Transformação Total	17,47	16,23	16,20	1.133,94	1.022,66	970,69	-7,25	-0,17	-14,40	-5,08

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2016/IBGE). Elaboração própria. Nota: * Valores a preços de 2016 pelo IGP-M; ** Variação real a partir dos valores a preços de 2016 pelo IGP-M.

No tocante ao comportamento, em particular, das atividades mais importantes, a maior parte delas apresentou redução no VTI quando se observa todo o período. A exceção fica por conta da fabricação de bebidas (18,09%), fabricação de combustíveis (30,87%) e fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (1,77%). Como a tabela demonstra, os comportamentos são distintos dos pares nacionais, na maioria dos casos. No último ano, porém, o quadro é o inverso. Apenas as atividades de Vestuários, Bebidas e Minerais não-metálicos não registram crescimento na comparação entre 2016 e 2015. Novamente, o quadro diverge do nacional na maior parte dos segmentos.

5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS

Daniel Suliano¹¹

Colaboração:

Heitor Gabriel Silva Monteiro¹²

5.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar a estrutura do setor de Serviços do período de 2013 a 2016 a partir da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS). A PAS é uma pesquisa que retrata as características estruturais da oferta de serviços não financeiros do IBGE tendo sido iniciada em 1998 em substituição aos censos econômicos.

Adicionalmente, ao realizar levantamento de informações de cunho econômico e financeiro a PAS subsidia o Sistema de Contas Nacionais (SCN) nas estimativas do Valor da Produção, Consumo Intermediário, Valor Adicionado, Excedente Operacional Bruto (EOB), Formação de Capital e Pessoal Ocupado.

Os serviços são um conjunto de atividades que se diferenciam das demais por apresentar produção e consumo no mesmo intervalo temporal e representarem intangíveis dentro da sua estrutura. Além disso, apresentam ampla diversidade da oferta produtiva. De fato, a produção do setor apresenta uma vasta heterogeneidade no que tange ao uso dos principais fatores de produção, variando desde o uso mais intenso da tecnologia, e, portanto, alto nível de capital humano, como também de serviços de baixa qualificação, caracterizado pela predominância do uso do fator trabalho.

Nesse contexto, a PAS acaba atendendo ao objetivo de fornecer informações dos segmentos produtivos não financeiros para o SCN e possibilitando a atualização do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) nos segmentos que são cobertos na pesquisa. A PAS também oferece detalhamento da classificação de atividades por Unidades da Federação (UF), distribuição espacial e suas transformações no tempo.

A unidade de investigação da pesquisa é a empresa, sendo definida como unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social, que engloba o conjunto de atividades econômicas em uma ou mais unidades locais. É ela que assume obrigações financeiras e está à frente das transações de mercado, respondendo pelo capital investido nas atividades e onde recai a obrigatoriedade dos registros contábeis e balanços.

Segundo IBGE (2014a), as empresas que fazem parte da PAS devem atender aos seguintes quesitos, a saber: estar sediada no Território Nacional – em particular, para as Unidades da Federação da Região Norte¹³; estar sujeita ao regime jurídico das entidades empresariais, excluindo-se, portanto, órgãos da administração pública direta e instituições privadas sem fins lucrativos; estar em situação ativa no CEMPRE; ter atividade principal compreendida nos segmentos da CNAE 2.0.

No que tange ao plano amostral, a amostra é selecionada com base na técnica de amostragem aleatória estratificada simples, sendo composta pelo estrato natural e final. Os estratos naturais são construídos a partir da união de empresas com a mesma combinação da Unidade da Federação e agrupamentos de classificação de atividade. Por sua vez, os estratos finais são obtidos pela subdivisão de cada estrato natural em outros três estratos: certo, gerencial e amostrado. A alocação das empresas em cada um desses estratos é dada pelo pessoal ocupado.

¹¹ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹² Graduando em Economia (CAEN/UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹³ O CEMPRE está sob responsabilidade da Gerência do Cadastro Central de Empresas do IBGE, atualizado pelas pesquisas por empresas do ano anterior e pelos registros administrativos do Ministério do Trabalho: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do ano anterior e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do ano de referência.

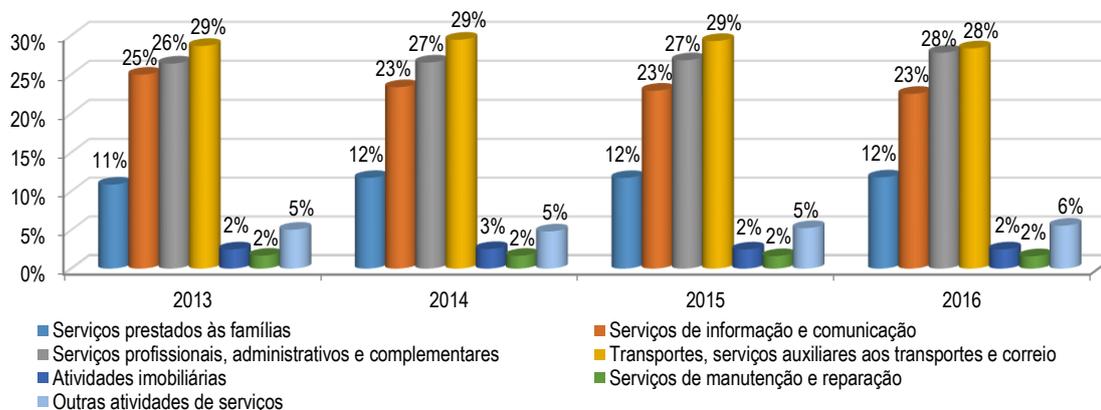
5.2 Comportamento dos Segmentos de Serviços Não Financeiros

O Gráfico 5.1 a seguir apresenta a evolução da participação da Receita Operacional Líquida do Brasil para os sete agrupamentos das PAS no período de 2013 a 2016.

A Receita Operacional Líquida corresponde às receitas brutas provenientes da exploração das atividades principais e secundárias exercidas pela empresa, com deduções dos impostos e contribuições (ICMS, IPI, ISS, Simples Nacional, PIS/PASEP, COFINS etc.), das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

Os setes segmentos da PAS do Brasil são: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; atividades imobiliárias; serviços de manutenção e reparação; e outras atividades de serviços.

Gráfico 5.1: Distribuição Percentual da Receita Operacional Líquida – Brasil – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pode-se observar que o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, juntamente com os serviços profissionais, administrativos e complementares, são o de maior representatividade na Receita Operacional Líquida do setor, correspondendo cada um a 28% do total no ano de 2016. No caso do primeiro, houve pequena perda de participação comparado aos anos de 2013 a 2015, enquanto no segundo ganho de participação no mesmo período.

Os serviços de transporte operam nas modalidades de transporte de passageiros ou mercadorias, atividades correlatas de suporte, e, ainda, os serviços de correio, malote e entrega, atividades com pouca uniformidade, tanto em termos de absorção de pessoal, médias salariais e níveis de produtividade.

De acordo com o IBGE (2014a), são atividades em investimentos públicos em infraestrutura e adoção pelas empresas de melhorias de inovações tecnológicas aplicadas a sistemas de logística e segurança, frotas, equipamentos, formas de comercialização empresas no sentido de adotar a relação com o mercado e com os clientes.

Nesse contexto, trata-se de um segmento intensivo em capital, com papel relevante na economia. O setor é responsável pelo deslocamento das pessoas, assim como pelo escoamento e distribuição da produção e englobando as empresas de transporte ferroviário, metropolitano, rodoviário, aquaviário, aéreo, empresas de serviços auxiliares aos transportes, empresas de armazenagem, empresas de entregas e mudanças e as atividades de correio. IBGE (2018b) destaca que as empresas de transporte rodoviário de carga são o grande destaque do segmento em termos de receita.

Por sua vez, no segmento serviços profissionais, administrativos e complementares IBGE (2018b) destaca que os serviços técnico-profissionais, que englobam as consultorias, escritórios de advocacia, contabilidade e publicidade, empresas de engenharia e arquitetura, correspondem a maior atividade no ano de 2016.

No que tange aos serviços de informação e comunicação, serviços realizados em ampla maioria por empresas intensiva em capital e que atuam na área de criação, disseminação, transmissão e armazenamento de produtos com conteúdo informacional, sua participação no total da Receita Operacional Líquida é de 23% nos anos de 2014 a 2016. No ano de 2013, sua participação era de 25%.

Os serviços prestados às famílias é o segmento de quarta maior participação na Receita Operacional Líquida do país tendo em 2016 um total de 12%, similar aos anos de 2014 e 2015. No ano de 2013, a participação era de 11%. Dentre as atividades do segmento, compõem o segmento os serviços de alojamento, os serviços de alimentação, as atividades culturais, recreativas e esportivas, os serviços pessoais e as atividades de ensino continuado.

O Gráfico 5.2 a seguir apresenta a participação do Valor Adicionado (VA) para os mesmos segmentos que compõem a Receita Operacional Líquida do país visto no gráfico anterior.

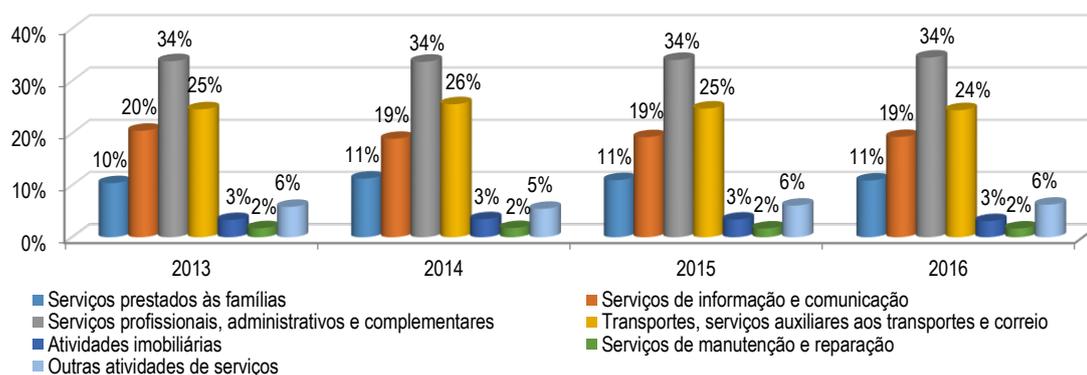
O Valor Adicionado (VA) de acordo com Feijó e Ramos (2013, 2017) é a soma do que cada firma agrega de valor ao processo de produção. Na economia como um todo, somar o Valor Adicionado de cada firma totaliza o agregado do PIB sendo, portanto, nas Contas Nacionais, a mensuração do produto agregado.

Semelhante aos resultados da Receita Operacional Líquida, os dados do Gráfico 5.2 revelam ao longo da evolução da série de 2013 a 2016 a hegemonia e o predomínio do segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares. De fato, nestes quatro anos, pouco mais de 1/3 do Valor Adicionado dos serviços empresariais não financeiros do Brasil são gerados pelo referido segmento (34% do total).

Por sua vez, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que apresentaram participação similar na Receita Operacional Líquida aos dos serviços profissionais, administrativos e complementares, é o segundo segmento com maior participação no VA do setor, tendo nos últimos dois anos perdido 1% de participação em cada ano, ficando com 24% no total em 2016.

No que tange aos serviços de informação e comunicação, segmento com alta capacidade de inovação e uso intensiva de capital, o Gráfico 5.2 revela ser o terceiro maior em participação ao longo da série histórica, com relativa estabilidade de 19% no Valor Adicionado nacional durante os anos de 2014 a 2016, e participação de 20% em 2013.

Gráfico 5.2: Distribuição Percentual do Valor Adicionado – Brasil – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Neste mesmo contexto, os dados do Gráfico 5.3 a seguir apresenta também a evolução da participação da Receita Operacional Bruta do Ceará para os sete agrupamentos das PAS no mesmo período considerado acima. Em termos de classificação dos segmentos, a diferença com relação ao caso nacional é que para os estados os serviços prestados às empresas substituem os serviços profissionais, administrativos e complementares. Os demais apresentam a mesma nomenclatura anterior.

Adicionalmente, para os estados os dados de receita operacional são em termos brutos, enquanto para o Brasil os dados estão em termos líquidos. A Receita Operacional Bruta corresponde às receitas provenientes da prestação de serviços, da revenda de mercadorias, bem como outras receitas provenientes de atividades industriais, construção etc., sem dedução dos impostos incidentes sobre estas receitas (ICMS, IPI, ISS,

PIS/PASEP, COFINS etc.), dos impostos e contribuições recolhidos via Simples Nacional, caso a empresa tenha optado por esta tributação, assim como das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

Diferentemente do Brasil, os dados revelam que no Ceará o segmento hegemônico em termos de Receita Operacional Bruta são os serviços prestados às empresas seguido do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e dos serviços de informação e comunicação.

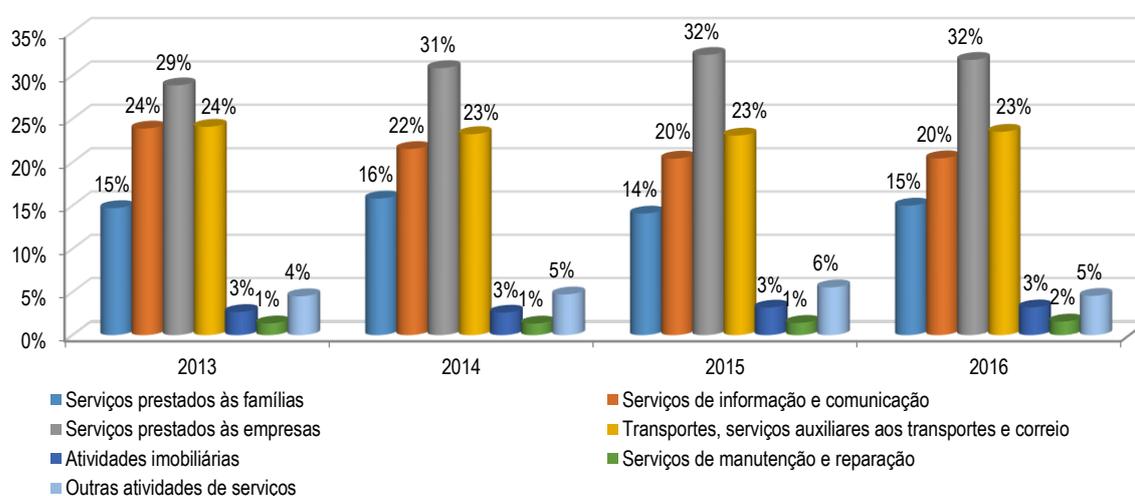
Para os serviços prestados às empresas, além de sua predominância, o segmento saltou de uma participação de 29% em 2013, para 31% em 2014 e 32% nos anos de 2015 e 2016.

Para o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, no qual apresenta maior participação na Receita Operacional Líquida para o Brasil, os dados revelam uma participação de 23% na Receita Operacional Bruta durante os anos de 2014 a 2016, enquanto em 2013 a participação era de 24%.

No caso do terceiro segmento com maior participação, deve-se observar a perda de participação do segmento dos serviços de informação e comunicação ao longo do quadriênio analisado. Ademais, em IPECE (2018), já era observada essa queda de participação considerando que no ano de 2012 o segmento detinha 27% da Receita Operacional Bruta do Estado.

Os dados do Gráfico 5.3 também revelam que nos anos de 2013, 2014 e 2015 a participação do segmento seguiu em declínio com queda de 24%, 22% e 20%, respectivamente. A participação no ano de 2016 permaneceu a mesma do ano anterior. É importante destacar que parte desses resultados revela a capacidade de queda do produto potencial do Estado considerando o nível de inovação e uso intensivo de capital deste segmento na economia.

Gráfico 5.3: Distribuição Percentual da Receita Operacional Bruta – Ceará – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

5.3 Mercado de Trabalho e Serviços Empresariais Não Financeiros

O Gráfico 5.4 e o Gráfico 5.5 apresenta a distribuição percentual do número de empresas pelos sete segmentos analisados na seção anterior para o Brasil e o Ceará, respectivamente.

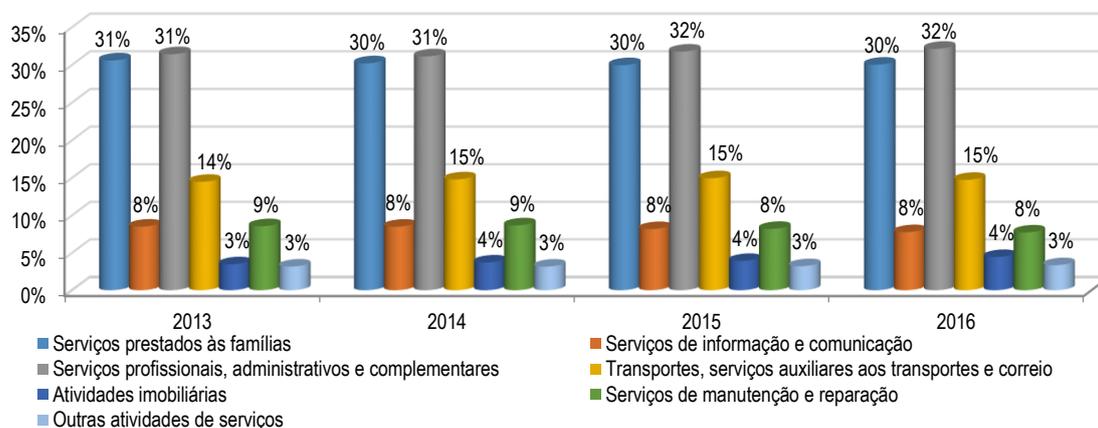
Em contraposição aos resultados obtidos com relação à Receita Operacional Líquida, os dados do Gráfico 5.4 revelam que os segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares e os serviços prestados às famílias são os que apresentam o maior percentual com relação ao número de empresas. Em 2016, juntos os dois segmentos respondiam por 62% de todos os empregos nos serviços empresariais não financeiros do país.

Nos serviços prestados às famílias, embora apresente baixa participação percentual na Receita Operacional Líquida e no Valor Adicionado, o segmento é caracterizado por produção destinada ao consumidor final

além de apresentar localização e dinâmica associada às concentrações urbanas e evolução de acordo com a renda e consumo das famílias brasileiras.

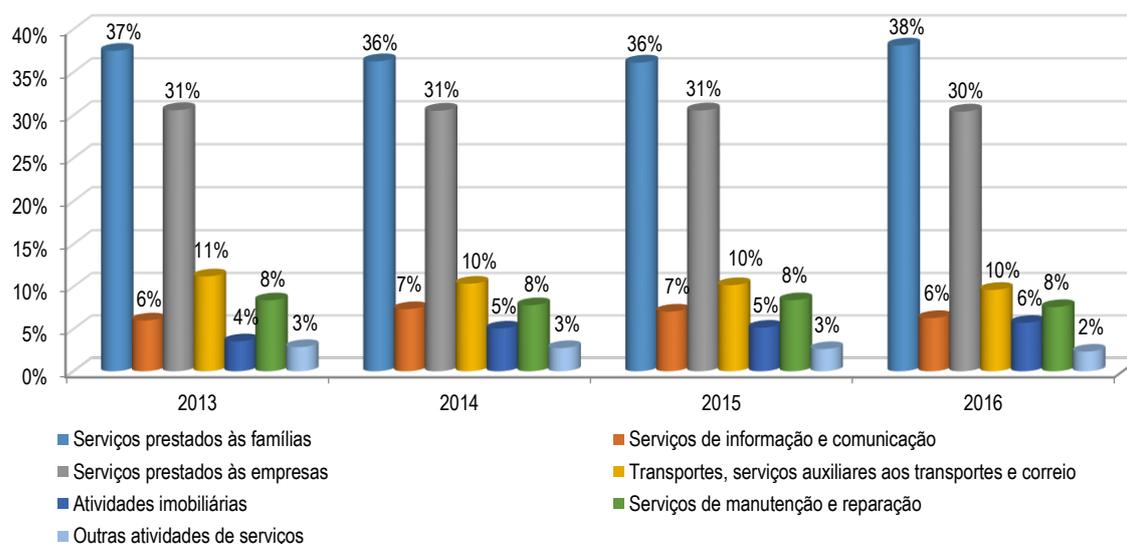
Para o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, nos anos de 2014 a 2016 observa-se que o mesmo apresentou a terceira maior participação na distribuição percentual do número de empresas com 15% do total.

Gráfico 5.4: Distribuição Percentual do Número de Empresas – Brasil – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.5: Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Quanto aos resultados do Ceará, o Gráfico 5.5 revela também que os serviços prestados às famílias e os serviços prestados às empresas são os que apresentaram o maior número de empresas em termos percentuais no total de empresas do Estado. No ano de 2016, 68% de todas as empresas dos serviços não financeiros do Estado do Ceará estão nestes dois segmentos.

Para o segmento serviços prestados às famílias, destaca-se também que ao longo da série histórica houve um pequeno aumento de participação entre os anos de 2015 e 2016 de 36% para 38%.

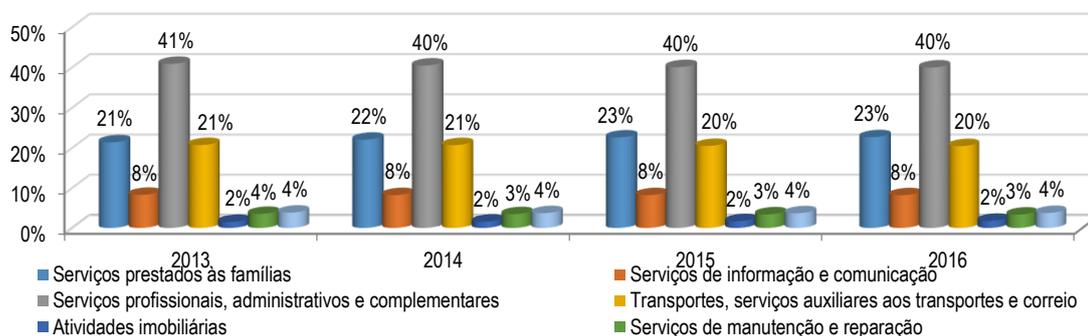
Pode-se também observar a baixa participação das empresas dos segmentos serviços de informação e comunicação e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. Em 2016, apenas 6% das empresas do Estado do Ceará era desse primeiro setor, enquanto deste segundo 10% do total. Como já visto acima, são setores intensivos em capital e com maior impacto na produtividade da economia.

Por sua vez, os dados dos Gráficos 5.6 e 5.7 revelam a distribuição percentual do pessoal ocupado para o Brasil e Ceará, respectivamente. Em ambas as áreas geográficas é clara a hegemonia dos serviços profissionais, administrativos e complementares no Brasil e dos serviços prestados às empresas no Ceará no que concerne ao total de ocupados do setor.

No Brasil, serviços profissionais, administrativos e complementares representaram, ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016, 40% do pessoal ocupado dos serviços empresariais não financeiros. Como o mesmo o segmento é o de maior Valor Adicionado, isso tornar um indicativo da baixa produtividade agregada do setor.

De fato, como apontado por IBGE (2014a), os serviços profissionais, administrativos e complementares são negócios que prestam serviços de apoio e complemento à produção de outras organizações, e cujas atividades caracterizam-se por serem intensivas em pessoal ocupado, sendo, portanto, um segmento que agrupa um número expressivo de empresas, embora tenha atuação em atividades heterogêneas.

Gráfico 5.6: Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Brasil – 2013 a 2016



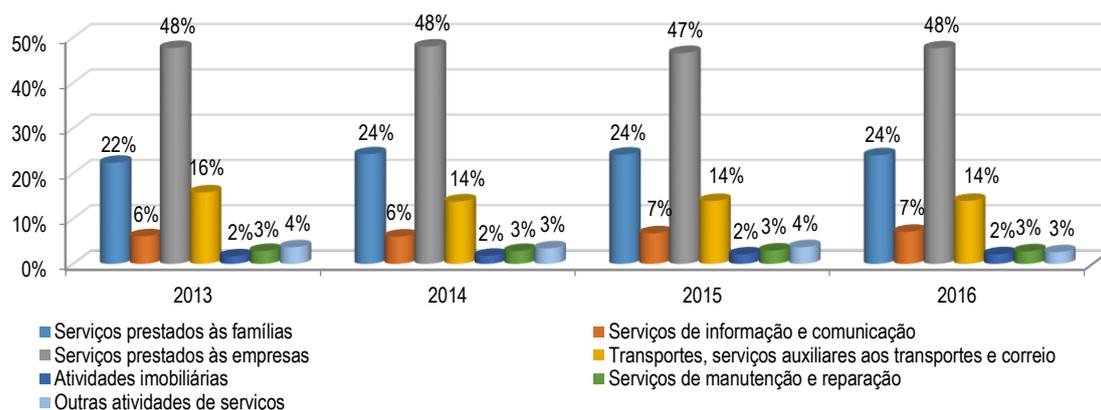
Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Os serviços prestados às famílias bem como o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio são os outros dois segmentos de maior participação no percentual de pessoal ocupado. Em 2016, 23% e 20%, respectivamente, do total do pessoal ocupado nos serviços empresariais não financeiros do setor foram destes segmentos.

De forma similar, os serviços prestados às empresas, que inclui atividades similares aos serviços profissionais, administrativos e complementares do Brasil, é o segmento no estado do Ceará com a maior participação em termos de pessoal ocupado no Estado. Ao longo de toda série histórica, pouco menos de 50% do percentual do pessoal ocupado era desse segmento (48% no ano de 2016).

Serviços prestados às famílias ao logo dos anos de 2014, 2015 e 2016 apresentou participação de 24% no total de pessoal ocupado no Estado do Ceará. Como é um segmento de baixa Receita Operacional Bruta – 15% no ano de 2016 – isso revela o quão baixa é sua produtividade à medida que emprega relativamente acima do que sua capacidade de receita.

Gráfico 5.7: Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em complemento aos resultados elencados acima, o Gráfico 5.8 apresenta a evolução do salário médio do Brasil e do Estado do Ceará para a mesma série histórica 2013 a 2016. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tornando a preços constantes de 2016.

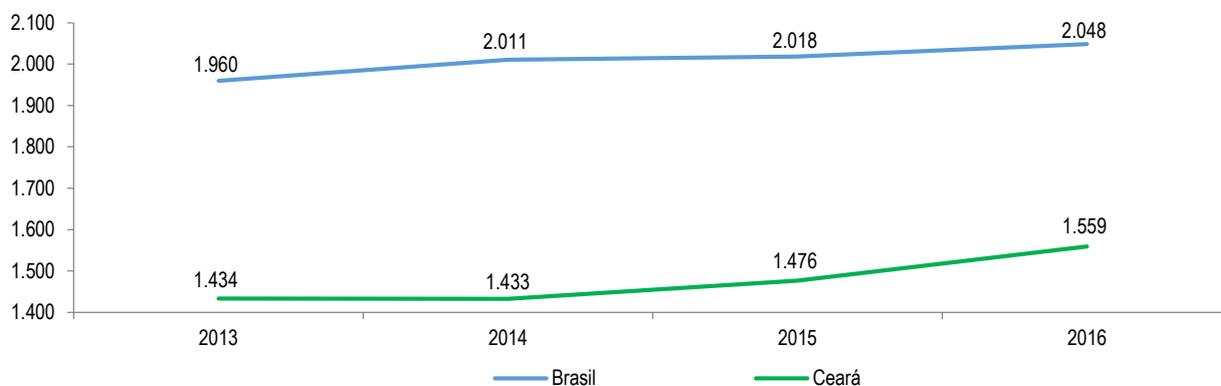
Como pode ser observado, os salários nacionais estão acima do local. No ano de 2013, a média de salários do Brasil nos serviços não financeiros era de R\$ 1.960,00, enquanto no Estado do Ceará era de R\$ 1.434,00, o que corresponde a 73,1% da média dos salários nacionais. No final da série histórica, ano de 2016, a média dos salários nacionais era de R\$ 2.048,00, enquanto no Ceará de apenas R\$ 1.559,00, que era apenas de 76,1%, revelando um maior estreitamento no diferencial de salário entre as áreas geográficas.

Por sua vez, o Gráfico 5.9 e o Gráfico 5.10 são apresentados a evolução dos salários médio para os sete segmentos do Brasil e Ceará, respectivamente. Similarmente ao gráfico anterior, os valores foram deflacionados pelo IPCA do IBGE estando a preços constantes de 2016.

Como observado no Gráfico 5.9, o salário médio nacional encontra-se abaixo de três segmentos, a saber: serviços de informação e comunicação, outras atividades de serviços e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. Serviços prestados às famílias e serviços de manutenção e reparação são os dois segmentos com os menores salários em média ao longo da série histórica.

O segmento dos serviços de informação e comunicação reúne empresas intensivas em capital e, portanto, com forte ligação em investimentos de infraestrutura tais como redes de telefonia, redes de fibras óticas, instalação de antenas etc., que são atividades características da quarta revolução industrial.

Gráfico 5.8: Salário Médio Total – Brasil e Ceará – 2013 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Para o ano de 2016, o salário médio nacional corresponde a 50% do segmento dos serviços de informação e comunicação, enquanto que para o mesmo ano os serviços prestados às famílias, aquele de menor valor

médio, apresentava 63% da média do salário médio nacional dos serviços empresariais não financeiros e apenas 31% dos serviços de informação e comunicação.

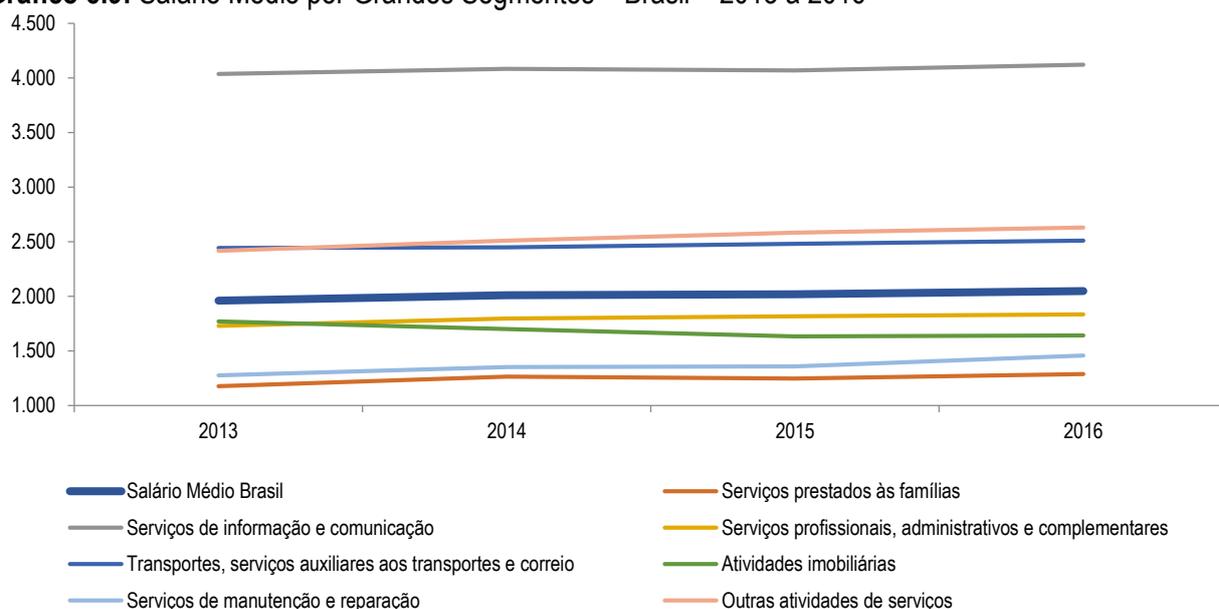
Serviços profissionais, administrativos e complementares e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que são segmentos com alta participação na Receita Operacional Líquida e no Valor Adicionado nacional, apresentaram salários abaixo do segmento de informação e comunicação. No ano de 2016, esses segmentos tinham um salário médio de apenas 45% e 61%, respectivamente, com relação a este. Com relação a média nacional, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio apresentaram, para o ano de 2016, um salário de 22% acima do nacional e os serviços profissionais, administrativos e complementares detinham uma média de 90% do salário médio dos serviços empresariais não financeiros do Brasil.

Como observa Arbache (2015), esses resultados refletem um setor grande e que é caracterizado por elevada heterogeneidade com segmentos que apresentam dinâmicas próprias de ciclo dos negócios e forma diferenciada pelas condições macroeconômicas.

No Gráfico 5.10 também é observado que para o caso do Ceará o segmento dos serviços de informação e comunicação é o que apresenta maior remuneração média seguido dos segmentos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e atividades imobiliárias, que são os que três que apresentam média salarial acima da média total do setor.

Em contrapartida, os serviços de manutenção e reparação e os serviços prestados às famílias estão entre os segmentos que apresentam a menor média salarial, inclusive com relação à média do setor do Estado.

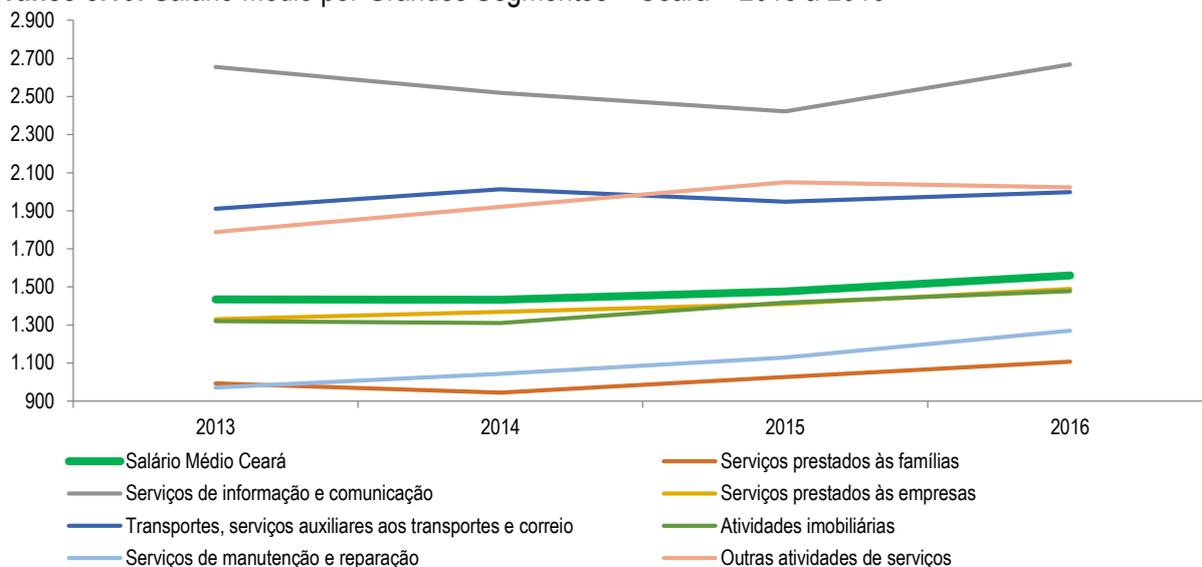
Gráfico 5.9: Salário Médio por Grandes Segmentos – Brasil – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Conforme IBGE (2015a), serviços de informação e comunicação são compostos por atividades presentes em diversas cadeias produtivas, além de ser caracterizada por potencial de inovação e agrupamento de empresas em que indicadores médios de produtividade são superiores aos patamares observados nos demais segmentos, o que reflete em salários mais elevados.

Gráfico 5.10: Salário Médio por Grandes Segmentos – Ceará – 2013 a 2016



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2016, a média salarial dos serviços empresariais não financeiros do Estado do Ceará era de apenas 58% do segmento dos serviços de informação e comunicação. Por sua vez, com relação aos segmentos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e atividades imobiliárias, para o mesmo ano, a média salarial do Estado do Ceará era de 78% e 95%, respectivamente, quando comparados a esses segmentos.

É interessante observar que a crise econômica nacional a partir do ano de 2015 teve impacto direto no nível de salário real do segmento de informação e comunicação, embora no ano de 2016 haja uma retomada na sua trajetória de crescimento. Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio também tiveram queda de salário real, mas isso no ano de 2014, voltando a crescer em termos reais em 2015, exatamente no ano em que a crise econômica ganha força. Por outro lado, o segmento de outras atividades apresenta crescimento real dos salários no ano de 2015, voltando no ano de 2016 a recuar levemente, embora apresentando trajetória de crescimento real acima dos anos anteriores.

Quanto aos serviços de manutenção e reparação e os serviços prestados às famílias, no ano de 2016, esses segmentos apresentavam 81% e 71%, respectivamente, do salário médio dos serviços empresariais não financeiros do Estado do Ceará. Arbache (2014) destaca que no caso deste último sua estrutura de mercado, estoque de capital e tecnologia por trabalhador tende a caracterizar o segmento com prêmio salarial negativo quando comparado aos demais.

6 EVOLUÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS

Daniel Suliano¹⁴

Colaboração:

Heitor Gabriel Silva Monteiro¹⁵

6.1 Introdução

A Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm como objetivo acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços do Brasil tendo como unidade de investigação uma empresa prestadora de serviços, sendo esta a unidade utilizada para a seleção e expansão da amostra.

A empresa prestadora de serviços aos agentes econômicos (famílias, empresas e governo) provém da atividade-fim, sendo uma unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social, que engloba uma ou mais atividades econômicas, exercidas em uma ou mais unidades locais, e sediadas em uma ou mais Unidades da Federação.

Vale destacar que todas as empresas da pesquisa informam o número de unidades locais que se encontram ativas no mês de referência, o que permite o cálculo de indicadores para cada estado brasileiro, além do Distrito Federal.

Tendo seu início em janeiro de 2011, os indicadores da PMS estão disponíveis a partir de janeiro de 2012. De acordo com o IBGE (2017), a amostra foi construída tendo como cadastro de seleção as empresas respondentes dos estratos certo e gerencial da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) de 2014, que são empresas com um total de 20 ou mais pessoas ocupadas ou com total de pessoas menor que 20, mas que atuavam em mais de uma Unidade da Federação e que desempenham como atividade principal serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

A PMS investiga a receita bruta de serviços no mês de referência da pesquisa das empresas formalmente constituídas, em situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, cobrindo as entidades com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

IBGE (2015b) ressalta que a PMS fornece o suprimento de informações atualizadas sobre o desempenho trimestral dos serviços para o Sistema de Contas Nacionais (SCN), a percepção dos movimentos cíclicos dos vários segmentos do mercado para os empresários dos serviços além de fonte para a definição de política econômica.

A amostra tem como base amostral a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), formada por cerca de 46.000 empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas, e dentro do âmbito previamente definido, tendo selecionadas 12.225 empresas, distribuídas nas 27 Unidades da Federação. Como a Unidade de Investigação da PMS é a empresa, sendo também a unidade amostral, é ela a unidade utilizada para a seleção e expansão da amostra.

Os índices de preços aplicados ao sistema de indicadores da PMS para deflacionamento são derivados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pesquisados e divulgados pelo IBGE. Os Itens componentes dos grandes Grupos do IPCA são associados ao que melhor representam o comportamento

¹⁴ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹⁵ Graduando em Economia (CAEN/UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

de preços de cada Grupo de classes da CNAE que compõem uma atividade da PMS. Nas atividades que não são contempladas por índices específicos, utiliza-se o IPCA de Serviços.

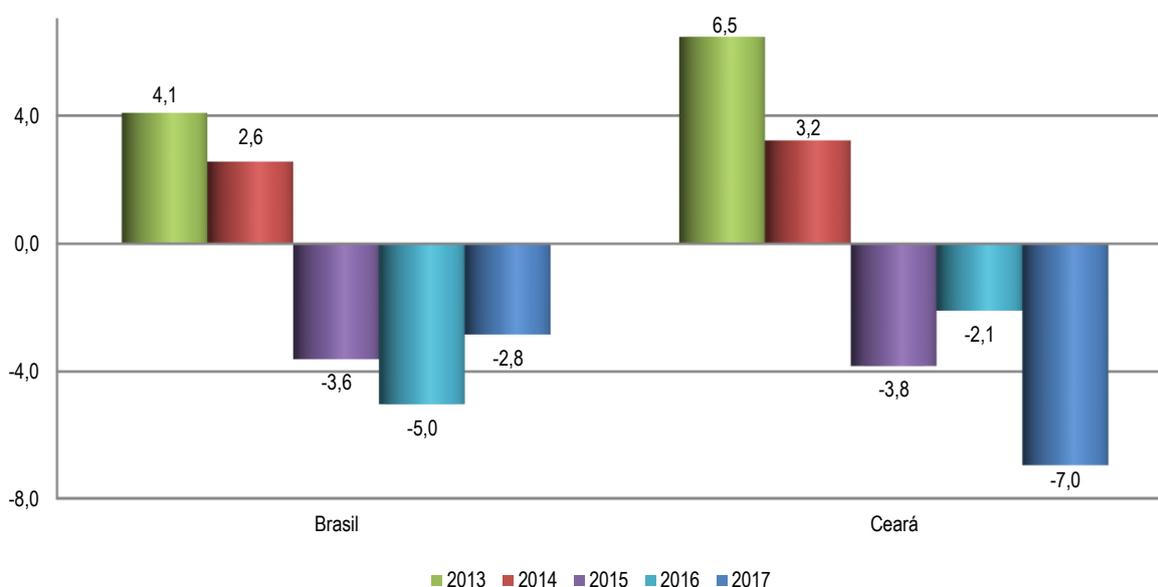
Os Grupamentos de Atividade estão com base nas classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) divididos nos grupos serviços prestados às famílias, serviços de informação e comunicação, serviços profissionais, administrativos e complementares, transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio e outros serviços. Os outros serviços apresentam atividades bem heterogêneas, abrangendo desde atividades imobiliárias a serviços de manutenção e reparação, serviços auxiliares financeiros além de serviços auxiliares da agricultura e serviços de esgoto e serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais.

Finalmente, a PMS permite a construção do agregado especial Índice de Atividades Turísticas (IATUR), grupo a parte das atividades elencadas acima, para o Brasil e as seguintes unidades da Federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, sem desagregação por atividade que compõem o índice¹⁶.

6.2 Evolução Geral da Pesquisa Mensal dos Serviços

O Gráfico 6.1 a seguir apresenta a evolução do índice de volume do setor de serviços com base nos dados da Pesquisa Mensal dos Serviços em um comparativo com Brasil e o Ceará para os anos de 2013 a 2017.

Gráfico 6.1: Variação do volume de serviços – Brasil e Ceará – 2013 a 2017



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em primeiro lugar, destaca-se que o Ceará segue a tendência cíclica nacional ao longo de toda série histórica. De fato, nos anos de 2013 e 2014 o crescimento do setor de serviços do país de 6,5% e 3,2%, respectivamente, foi acompanhado de um desempenho mais modesto local com crescimento de 4,1% e 2,6%, respectivamente.

Por sua vez, nos anos de retração – 2015, 2016 e 2017 – enquanto o setor de serviços não financeiros, excluídas as áreas de saúde e educação do Brasil apresentou queda de 3,8%, 2,1% e 7%, respectivamente, o Estado do Ceará registrou recuo de 3,6%, 5,0% e 2,8%. Dentre esses resultados, destaca-se que, no ano de 2017, o setor de serviços nacional esboça queda mais intensa que os serviços do Ceará.

Deve-se também observar que os serviços não financeiros tendem a apresentar maior defasagem na presença de depressão econômica, assim como um processo de recuperação econômica ser mais lento.

¹⁶ Ver Anexo para uma descrição completa das atividades da CNAE 2.0 que fazem parte de cada grupo acima descrito.

Com efeito, em 2017, mesmo diante de um cenário de recuperação econômica, a atividade nacional com base nos dados da PMS registrava recuo de 7%, e o Estado do Ceará queda 2,8%.

6.3 Análise dos Grupos do Setor de Serviços

Os Gráficos 6.2 e 6.3, abaixo, apresentam a evolução do volume do setor de serviços não financeiros, excluídas as áreas de saúde e educação, para os cinco grupos da Pesquisa Mensal dos Serviços de 2013 a 2017.

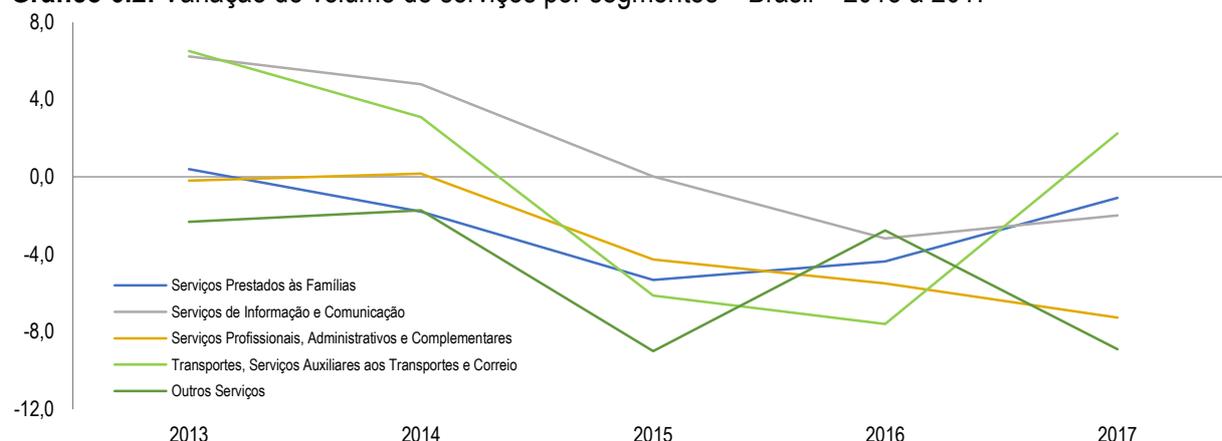
No Gráfico 6.2 os resultados para o Brasil dos cinco grupos que compõem o setor é similar ao observado para o agregado em termos de tendência; tendo nos anos iniciais da série os principais segmentos ainda apresentando desempenho positivo, enquanto nos anos sequenciais retração.

Em 2013, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e serviços de informação e comunicação apresentaram crescimento 6,5% e 6,2%, respectivamente, e serviços prestados às famílias um leve crescimento de 0,4%. (dados da Tabela 6.1).

Por sua vez, os anos de 2015 e 2016 tiveram forte desempenho negativo, em particular este último ano, quando todos os cinco segmentos que compõem a PMS apresentaram queda. O segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio neste ano teve recuo de 7,6% e serviços profissionais, administrativos e complementares queda de 5,5%.

No ano de 2017, o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio já apresentava recuperação ao registrar crescimento de 2,2%, enquanto os demais ainda se encontravam em terreno negativo.

Gráfico 6.2: Variação do volume de serviços por segmentos – Brasil – 2013 a 2017



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 6.3 replica os resultados do Gráfico 6.2, mas agora para o Ceará. De forma geral, o quadro é semelhante ao resultado nacional, embora apresente algumas particularidades.

O segmento outros serviços e os serviços prestados às famílias seguem uma dinâmica diferente dos demais. No caso deste último, enquanto os serviços não financeiros, excluídas as áreas de saúde e educação, do Estado do Ceará ainda registrava queda, seu desempenho era de 11,4%.

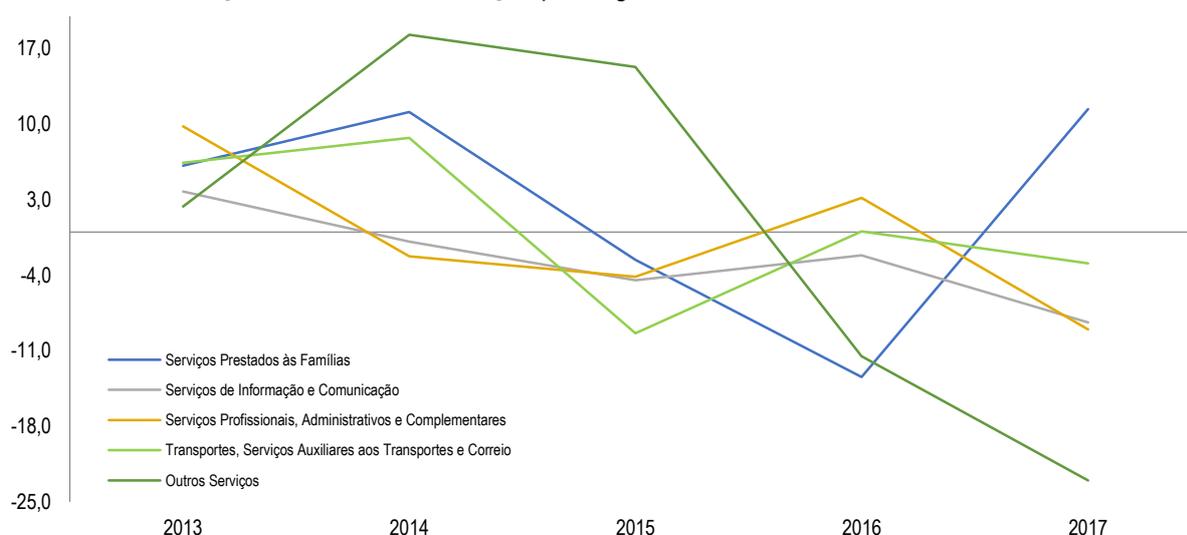
Tabela 6.1: Variação do volume de serviços por segmentos – Brasil, Ceará – 2013 a 2017

Ano	Serviços Prestados às Famílias		Serviços de Informação e Comunicação		Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares		Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio		Outros Serviços	
	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará
2013	0,4	6,2	6,2	3,8	-0,2	9,8	6,5	6,4	-2,3	2,4
2014	-1,8	11,1	4,8	-0,9	0,2	-2,2	3,1	8,7	-1,7	18,3
2015	-5,3	-2,6	0,0	-4,5	-4,3	-4,1	-6,1	-9,4	-9,0	15,3
2016	-4,4	-13,4	-3,2	-2,2	-5,5	3,2	-7,6	0,1	-2,8	-11,5
2017	-1,1	11,4	-2,0	-8,4	-7,3	-9,0	2,2	-2,9	-8,9	-23,0

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, o segmento de serviços de informação e comunicação, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e serviços profissionais, administrativos complementares seguem uma dinâmica próxima ao setor em geral. Para este último, no entanto, destaca-se que no ano de 2016, o segmento apresentou crescimento de 3,2%, ano em que a crise econômica estava instalada. Por outro lado, serviços de informação e comunicação e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio são os que apresentaram comportamento similar ao agregado do setor.

Gráfico 6.3: Variação do volume de serviços por segmentos – Ceará – 2013 a 2017

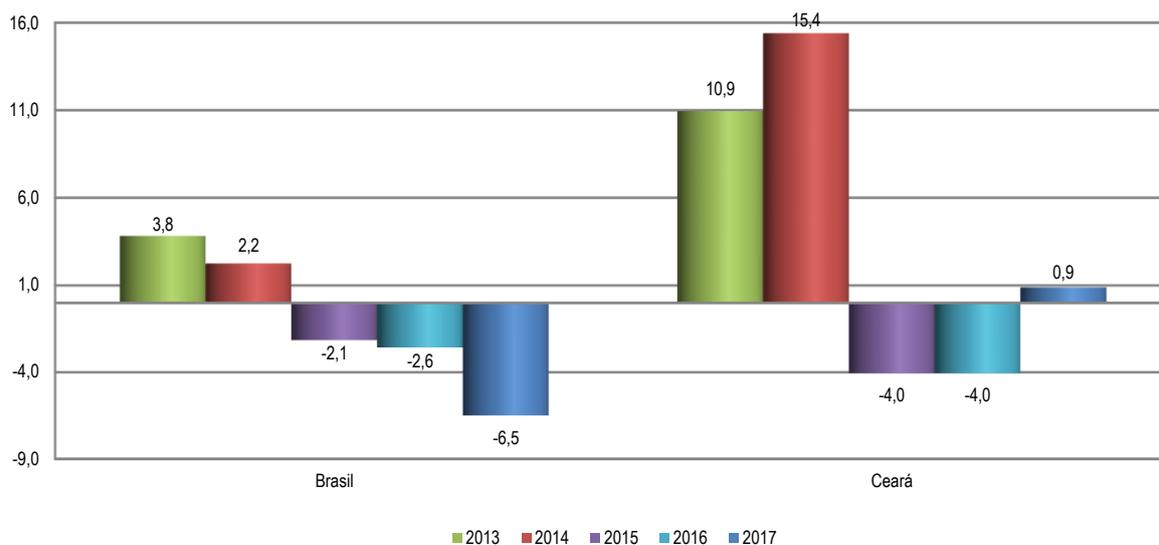


Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 6.4 apresenta o Índice de Atividades Turísticas (IATUR) para o mesmo período analisado acima. De forma geral, o IATUR seguiu o comportamento geral do setor tanto para o Brasil como para o Ceará ao apresentar desempenho positivo nos anos de 2013 e 2014 e queda os anos de 2015, 2016 e 2017, embora para o caso nacional o segmento ainda apresentava um forte desempenho negativo de 6,5%.

Deve-se também destacar que a atividade cearense tende a apresentar maior intensidade quando comparada à atividade nacional. Nos anos de 2013 e 2014, o segmento cearense apresentou crescimento de 10,9% e 15,4%, respectivamente, enquanto no Brasil o crescimento foi de apenas 3,8% e 2,2%.

Gráfico 6.4: Índice de Atividades Turísticas – Brasil e Ceará – 2013 a 2017

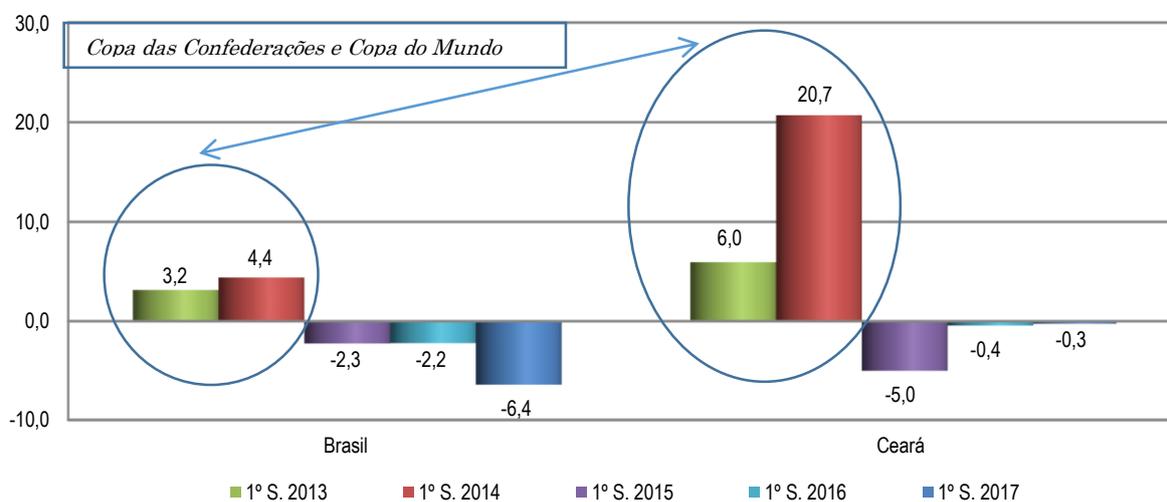


Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Algumas evidências jogam luz que parte dessa diferença de variação no setor cearense esteja associada a megaeventos, refletindo, assim, em maior desempenho do setor local. O Gráfico 6.5 destaca os anos de 2013 e 2014, anos nos quais foram realizadas a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, respectivamente.

Como observado, o crescimento do IATUR cearense no primeiro semestre de 2013 e 2014 foi de 6,0% e 20,7%, respectivamente, enquanto o IATUR nacional registrou desempenho de 3,2% e 4,4%. Os demais semestres da série histórica seguiram a tendência da conjuntura econômica nacional.

Gráfico 6.5: Índice de Atividades Turísticas – Brasil e Ceará – 1ºS.2013 a 1ºS.2016



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

7 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO

Alexsandre Lira Cavalcante¹⁷

Colaboração:

Heitor Gabriel Silva Monteiro¹⁸

7.1 Introdução

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto.

A referida pesquisa, a partir da estimativa de algumas variáveis tais como: número de unidades locais com receita de revenda; receita bruta de revenda de mercadorias; margem de comercialização em empresas comerciais; pessoal ocupado em 31 de dezembro em empresas comerciais e por fim, gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, que representa a massa salarial paga na atividade, investiga a estrutura produtiva das empresas comerciais do país.

A partir dessas variáveis é possível construir indicadores tais como: receita média, taxa de margem de comercialização, salário médio, produtividade, etc., que retratam o desempenho do setor comercial no país, sendo seus resultados divulgados para o Brasil, e também para as cinco Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Inicialmente será apresentada a evolução da estrutura produtiva do setor empresarial do comércio brasileiro a partir das variáveis listadas para os anos de 2013 a 2016. Posteriormente será feita uma análise da evolução da estrutura produtiva através das mudanças de participação das cinco grandes regiões do país. Logo, em seguida, procede-se uma análise dessas mesmas variáveis por estados observando possíveis mudanças de estrutura dentro do país e nas regiões.

Por fim, são identificadas as principais atividades de seus segmentos – comércio de veículos automotores, peças e motocicletas; comércio por atacado e comércio varejista – para se realizar uma avaliação para o estado do Ceará do comportamento das atividades dos setores comerciais. Os resultados visam identificar algumas das transformações ocorridas na estrutura produtiva do setor comercial nesse período.

O conjunto dessas informações constitui a mais completa fonte de estatísticas sobre a estrutura produtiva do setor empresarial do comércio no Brasil, fornecendo aos órgãos das esferas governamental e privada subsídios para o planejamento e a tomada de decisões, e aos usuários em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados.

7.2 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País

Em 2013, o Brasil possuía aproximadamente 1,743 milhão de unidades locais de comércio que geraram receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 2,96 trilhões com margem de comercialização em torno de R\$ 615,0 bilhões, pagando um total de R\$ 167,8 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a 10,418 milhões de trabalhadores, incluindo empregados e empregadores (Tabela 7.1).

Todavia, em 2016, o número de unidades locais de comércio reduziu-se para aproximadamente 1,685 milhão em todo o país, que geraram conjuntamente uma receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 3,55 trilhões, em valores correntes, com margem de comercialização em torno de R\$ 736,9 bilhões, pagando um total de R\$ 214,7 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a um número de 10,030 milhões de trabalhadores, quantitativo inferior ao registrado em 2013 (Tabela 7.1).

¹⁷ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹⁸ Graduando em Economia (CAEN/UFC) e Estagiário da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Tabela 7.1: Dados gerais das empresas comerciais – Brasil e Regiões – 2013 a 2016

Brasil e Regiões	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	Dif. P.P. (2016-2013)
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
Brasil	1.742.825	100,00	1.737.984	100,00	1.718.602	100,00	1.685.096	100,00	0,00
Norte	33.603	1,93	33.926	1,95	34.402	2,00	33.606	1,99	0,07
Nordeste	330.108	18,94	328.932	18,93	313.439	18,24	311.873	18,51	-0,43
Sudeste	855.742	49,10	858.631	49,40	856.518	49,84	835.569	49,59	0,48
Sul	385.465	22,12	375.086	21,58	375.485	21,85	369.048	21,90	-0,22
Centro-Oeste	137.907	7,91	141.409	8,14	138.758	8,07	135.000	8,01	0,10
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
Brasil	2.965.425.283	100,00	3.274.503.320	100,00	3.418.972.898	100,00	3.554.977.476	100,00	0,00
Norte	103.312.696	3,48	115.901.948	3,54	123.834.180	3,62	124.638.630	3,51	0,02
Nordeste	449.637.410	15,16	505.809.960	15,45	524.065.799	15,33	541.564.938	15,23	0,07
Sudeste	1.547.652.629	52,19	1.691.105.813	51,64	1.762.555.113	51,55	1.823.342.297	51,29	-0,90
Sul	581.922.652	19,62	643.748.109	19,66	677.963.300	19,83	707.179.127	19,89	0,27
Centro-Oeste	282.899.896	9,54	317.937.490	9,71	330.554.506	9,67	358.252.484	10,08	0,54
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	615.031.390	100,00	683.648.010	100,00	714.130.903	100,00	736.931.265	100,00	0,00
Norte	21.646.055	3,52	23.522.074	3,44	25.763.702	3,61	25.910.650	3,52	-0,00
Nordeste	88.463.922	14,38	103.285.019	15,11	105.080.328	14,71	110.150.586	14,95	0,56
Sudeste	337.517.890	54,88	368.260.477	53,87	385.793.367	54,02	395.359.370	53,65	-1,23
Sul	113.307.633	18,42	126.308.310	18,48	134.093.547	18,78	138.358.337	18,77	0,35
Centro-Oeste	54.095.890	8,80	62.272.130	9,11	63.399.959	8,88	67.152.322	9,11	0,32
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
Brasil	10.418.819	100,00	10.633.156	100,00	10.295.637	100,00	10.030.152	100,00	0,00
Norte	326.465	3,13	334.046	3,14	325.852	3,16	314.318	3,13	0,00
Nordeste	1.791.204	17,19	1.862.469	17,52	1.804.451	17,53	1.731.584	17,26	0,07
Sudeste	5.387.494	51,71	5.469.402	51,44	5.307.715	51,55	5.197.658	51,82	0,11
Sul	2.054.343	19,72	2.077.327	19,54	2.001.909	19,44	1.971.735	19,66	-0,06
Centro-Oeste	859.313	8,25	889.912	8,37	855.710	8,31	814.857	8,12	-0,12
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	167.841.051	100,00	192.562.222	100,00	204.107.914	100,00	214.793.087	100,00	0,00
Norte	5.007.443	2,98	5.779.596	3,00	6.080.606	2,98	6.452.128	3,00	0,02
Nordeste	22.400.587	13,35	25.777.925	13,39	27.598.405	13,52	29.029.157	13,51	0,17
Sudeste	94.155.415	56,10	108.113.877	56,14	114.461.920	56,08	119.607.898	55,69	-0,41
Sul	33.121.467	19,73	37.860.631	19,66	40.088.408	19,64	42.852.429	19,95	0,22
Centro-Oeste	13.156.139	7,84	15.030.193	7,81	15.878.575	7,78	16.851.475	7,85	0,01

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Em relação ao número de unidades locais com receita bruta de revenda, a região Sudeste participou com 49,59% do total registrado pelo país em 2016. Na sequência vêm as regiões Sul (21,90%); Nordeste (18,51%); Centro-Oeste (8,01%) e Norte (1,99%). Em relação a 2013, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, liderada pelo Sudeste (+0,48 p.p.); Centro-Oeste (+0,10 p.p.) e Norte (+0,07 p.p.) e outras duas apresentaram perda de participação liderada pelo Nordeste (-0,43 p.p.) e Sul (-0,22 p.p.), mantendo as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 7.1).

No tocante a receita bruta de revenda de mercadorias, a região Sudeste registrou uma participação ainda maior 51,29% do total registrado pelo país em 2016. Na sequência vêm as regiões Sul (19,89%); Nordeste (15,23%); Centro-Oeste (10,08%) e Norte (3,51%). Em relação a 2013, quatro das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, dessa vez, liderada pelo Centro-Oeste (+0,54 p.p.); Sul (+0,27 p.p.); Nordeste (+0,07 p.p.) e Norte (+0,02 p.p.). A região Sudeste foi a única a apresentar perda de participação nacional de 0,90 p.p. na comparação dos dois anos. Nota-se que as regiões mantiveram as mesmas participações no ranking nacional (Tabela 7.1).

Sobre a margem de comercialização em empresas comerciais é possível notar que a região Sudeste registrou uma participação ainda mais significativa de 53,65% do total registrado pelo país em 2016. Na sequência vêm as regiões Sul (18,77%); Nordeste (14,95%); Centro-Oeste (9,11%) e Norte (3,52%). Em relação a 2013, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional liderada pelo Nordeste

(+0,56 p.p.); Sul (+0,35 p.p.) e Centro-Oeste (+0,32 p.p.) e outras duas apresentaram perda de participação liderada pelo Sudeste (-1,23 p.p.) e Norte (-0,003 p.p.), mantendo as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 7.1).

Em relação a quarta variável investigada, ou seja, o pessoal ocupado em empresas comerciais, a região Sudeste novamente ocupou uma posição de liderança com participação expressiva de 51,82% do total registrado pelo país em 2016. Na sequência vêm as regiões Sul (19,66%); Nordeste (17,26%); Centro-Oeste (8,12%) e Norte (3,13%). Em relação a 2013, duas das cinco regiões registraram ganho de participação nacional liderada pelo Sudeste (+0,11 p.p.), vindo na sequência o Nordeste (+0,07 p.p.), uma manteve sua participação no caso da região Norte e outras duas apresentaram perda de participação liderada pelo Centro-Oeste (-0,12 p.p.) e Sul (-0,06 p.p.), novamente mantendo as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 7.1).

Por fim, no tocante aos gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, a região Sudeste concentrou uma participação significativa de 55,69% do total registrado pelo país em 2016. Na sequência vêm as regiões Sul (19,95%); Nordeste (13,51%); Centro-Oeste (7,85%) e Norte (3,0%). Em relação a 2013, quatro das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, dessa vez, liderada pelo Sul (+0,22 p.p.); Nordeste (+0,17 p.p.); Norte (+0,02 p.p.) e Centro-Oeste (+0,01 p.p.). A região Sudeste foi a única a registrar perda de participação nacional de 0,41 p.p. na comparação dos dois anos. Nota-se, novamente, que as regiões mantiveram as mesmas participações no ranking nacional (Tabela 7.1).

Na comparação dos anos de 2013 e 2016, observou-se queda tanto no número de unidades locais com receita bruta de revenda no comércio de 3,31% quanto no número de pessoal ocupado de 3,73% no país. Em termos absolutos, a redução foi de 57.729 unidades locais e de 388.667 pessoas ocupadas. (Tabela 7.1).

No mesmo período, quatro das cinco regiões registraram queda no número de unidades locais, liderada pela região Nordeste (-5,52%), seguida pelas regiões Sul (-4,26%); Sudeste (-2,36%) e Centro-Oeste (-2,11%). A exceção ficou por conta da região Norte que registrou crescimento de apenas 0,01%. Em termos absolutos, a maior queda foi observada na região Sudeste (-20.173 unidades), seguida pelo Nordeste (-18.235 unidades); Sul (-16.417 unidades) e Centro-Oeste (-2.907 unidades). O crescimento observado na região Norte foi de apenas três unidades locais. (Tabela 7.1).

No tocante a variável pessoal ocupado foi observado queda em todas as regiões no período em análise, liderada, dessa vez, pela região Centro-Oeste (-5,17%), seguida pelas regiões Sul (-4,02%); Norte (-3,72%); Sudeste (-3,52%) e Nordeste (-3,33%). Em termos absolutos, a maior queda foi observada na região Sudeste (-189.836 pessoas), seguida pelo Sul (-82.608 pessoas); Nordeste (-59.620 pessoas); Centro-Oeste (-44.456 pessoas) e por fim, o Norte (-12.147 pessoas). (Tabela 7.1).

Diante o exposto, é possível notar que a região Sudeste respondeu por 34,9% da redução no número de unidades locais e por 48,8% da redução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais no país. Ao passo que a região Nordeste, respondeu por 31,6% da redução no número de unidades locais, mas apenas por 15,3% da redução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais no país. (Tabela 7.1).

Em resumo, a região Sudeste manteve a liderança nas cinco variáveis investigadas, tendo apresentado ganho de participação no número de unidades locais e pessoal ocupado e perda de participação na margem de contribuição, receita bruta de revenda e nos gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais. Por sua vez, a região Nordeste apesar de perder participação no número de unidades locais, apresentou ganho de participação nas demais variáveis com destaque para margem de comercialização em empresas comerciais.

7.2.1 Número de Unidades Locais com Receita de Revenda

Após analisar as principais mudanças na estrutura produtiva do comércio no país e nas grandes regiões será feita uma análise mais detalhada por estados. A Tabela 7.2, a seguir, contém os números de unidades locais com receita de revenda na atividade de comércio no país, distribuído por regiões e estados, permitindo uma visão mais ampla e desagregada da referida atividade.

Tabela 7.2: Evolução do número de unidades locais com receita de revenda – Brasil, Regiões e Estados – 2013 a 2016

Brasil, Regiões e UFs	2013		2014		2015		2016		Dif. P.P. (2016-2013)
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	
Brasil	1.742.825	100,00	1.737.984	100,00	1.718.602	100,00	1.685.096	100,00	0,00
Norte	33.603	1,93	33.926	1,95	34.402	2,00	33.606	1,99	0,07
Rondônia	3.784	0,22	3.985	0,23	4.084	0,24	3.900	0,23	0,01
Acre	2.084	0,12	2.162	0,12	2.173	0,13	2.231	0,13	0,01
Amazonas	9.982	0,57	9.524	0,55	10.101	0,59	9.214	0,55	-0,03
Roraima	1.899	0,11	2.046	0,12	2.140	0,12	2.278	0,14	0,03
Pará	10.657	0,61	10.846	0,62	10.718	0,62	10.727	0,64	0,03
Amapá	2.714	0,16	2.806	0,16	2.669	0,16	2.753	0,16	0,01
Tocantins	2.483	0,14	2.557	0,15	2.517	0,15	2.503	0,15	0,01
Nordeste	330.108	18,94	328.932	18,93	313.439	18,24	311.873	18,51	-0,43
Maranhão	29.015	1,66	30.002	1,73	31.101	1,81	30.205	1,79	0,13
Piauí	22.654	1,30	23.309	1,34	21.185	1,23	22.274	1,32	0,02
Ceará	56.777	3,26	50.097	2,88	48.972	2,85	46.092	2,74	-0,52
Rio Grande do Norte	19.462	1,12	19.406	1,12	19.841	1,15	20.592	1,22	0,11
Paraíba	23.423	1,34	23.894	1,37	21.386	1,24	21.232	1,26	-0,08
Pernambuco	52.779	3,03	53.445	3,08	48.322	2,81	47.342	2,81	-0,22
Alagoas	15.739	0,90	15.198	0,87	14.432	0,84	14.675	0,87	-0,03
Sergipe	11.265	0,65	11.326	0,65	10.760	0,63	11.256	0,67	0,02
Bahia	98.994	5,68	102.255	5,88	97.440	5,67	98.205	5,83	0,15
Sudeste	855.742	49,10	858.631	49,40	856.518	49,84	835.569	49,59	0,48
Minas Gerais	203.656	11,69	203.899	11,73	198.452	11,55	196.808	11,68	-0,01
Espírito Santo	38.512	2,21	36.777	2,12	36.231	2,11	34.700	2,06	-0,15
Rio de Janeiro	112.160	6,44	114.123	6,57	110.858	6,45	104.031	6,17	-0,26
São Paulo	501.414	28,77	503.832	28,99	510.977	29,73	500.030	29,67	0,90
Sul	385.465	22,12	375.086	21,58	375.485	21,85	369.048	21,90	-0,22
Paraná	142.409	8,17	140.218	8,07	141.134	8,21	140.524	8,34	0,17
Santa Catarina	92.628	5,31	91.400	5,26	92.125	5,36	91.046	5,40	0,09
Rio Grande do Sul	150.428	8,63	143.468	8,25	142.226	8,28	137.478	8,16	-0,47
Centro-Oeste	137.907	7,91	141.409	8,14	138.758	8,07	135.000	8,01	0,10
Mato Grosso do Sul	22.487	1,29	22.214	1,28	21.560	1,25	21.127	1,25	-0,04
Mato Grosso	28.025	1,61	29.092	1,67	28.717	1,67	28.451	1,69	0,08
Goiás	60.909	3,49	62.848	3,62	64.520	3,75	62.176	3,69	0,19
Distrito Federal	26.486	1,52	27.255	1,57	23.961	1,39	23.246	1,38	-0,14

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Como visto anteriormente, a região Sudeste deteve uma participação expressiva de 49,59% do número de unidades locais com receita de revenda na atividade do comércio do país em 2016. Essa elevada participação deveu-se principalmente ao estado de São Paulo que participou com 29,67% no país e com 59,84% da região Sudeste, superando sozinho as participações registradas em cada uma das demais regiões. Na sequência têm-se os estados de Minas Gerais (11,68%); Paraná (8,34%); Rio Grande do Sul (8,16%) e Rio de Janeiro (6,17%) apenas para listar as cinco maiores participações, todos pertencentes as regiões Sudeste e Sul do país. A participação conjunta desses cinco estados era de 63,69%, em 2013, aumentando para 64,02%, em 2016 (Tabela 7.2).

Por outro lado, as menores participações nacionais foram observadas nos estados do Acre (0,13%); Roraima (0,14%); Tocantins (0,15%); Amapá (0,16%) e Rondônia (0,23%) apenas para listar as cinco menores, todos pertencentes a região Norte do país. A participação conjunta desses cinco estados era de apenas 0,74%, em 2013, aumentando levemente para 0,81% em 2016 (Tabela 7.2).

Vale destacar que entre os anos de 2013 e 2016, um total de dezesseis estados apresentaram ganho de participação nacional e outros onze perda de participação nacional. Os maiores ganhos de participaram foram observados nos estados de São Paulo (+0,90 p.p.); Goiás (+0,19 p.p.); Paraná (+0,17 p.p.); Bahia (+0,15 p.p.) e Maranhão (+0,13 p.p.). Enquanto isso, as maiores perdas de participação foram observadas nos estados do Ceará (-0,52 p.p.); Rio Grande do Sul (-0,47 p.p.); Rio de Janeiro (-0,26 p.p.); Pernambuco (-0,22 p.p.) e Espírito Santo (-0,15 p.p.) (Tabela 7.2).

Em 2013, o estado do Ceará possuía um total de 56.777 unidades locais com receita bruta de revenda no comércio, ocupando a nona colocação com uma participação de 3,26% do país. Em 2016, o número de unidades locais passou a ser de 46.092 unidades, com o estado passando a ocupar a décima colocação com uma participação de 2,74% do país. Observa-se que essa participação foi superior a registrada pelo estado do Espírito Santo e pelo total da região Norte (Tabela 7.2).

7.2.2 Receita Bruta de Revenda de Mercadorias

A Tabela 7.3 abaixo contém dados sobre a evolução da receita bruta de revenda de mercadorias na atividade de comércio para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2013 a 2016.

Tabela 7.3: Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2013 a 2016

Brasil, Regiões e UFs	2013		2014		2015		2016		Dif. P.P. (2016-2013)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	2.965.425.283	100,00	3.274.503.320	100,00	3.418.972.898	100,00	3.554.977.476	100,00	0,00
Norte	103.312.696	3,48	115.901.948	3,54	123.834.180	3,62	124.638.630	3,51	0,02
Rondônia	13.447.152	0,45	14.510.525	0,44	16.286.036	0,48	14.877.394	0,42	-0,03
Acre	5.079.266	0,17	5.805.173	0,18	6.086.544	0,18	5.907.821	0,17	-0,01
Amazonas	30.272.321	1,02	33.069.831	1,01	33.715.061	0,99	33.752.495	0,95	-0,07
Roraima	3.743.598	0,13	3.989.191	0,12	4.311.192	0,13	4.864.390	0,14	0,01
Pará	37.360.666	1,26	42.310.028	1,29	45.045.715	1,32	47.065.183	1,32	0,06
Amapá	5.974.582	0,20	6.847.078	0,21	6.063.600	0,18	5.292.270	0,15	-0,05
Tocantins	7.435.111	0,25	9.370.122	0,29	12.326.032	0,36	12.879.077	0,36	0,11
Nordeste	449.637.410	15,16	505.809.960	15,45	524.065.799	15,33	541.564.938	15,23	0,07
Maranhão	43.770.454	1,48	49.820.128	1,52	48.699.426	1,42	54.123.293	1,52	0,05
Piauí	23.754.914	0,80	25.316.790	0,77	26.829.076	0,78	28.447.464	0,80	-0,00
Ceará	67.166.555	2,26	77.136.721	2,36	81.808.604	2,39	85.708.517	2,41	0,15
Rio Grande do Norte	28.269.900	0,95	32.596.136	1,00	33.225.000	0,97	36.464.340	1,03	0,07
Paraíba	31.823.717	1,07	33.915.424	1,04	36.253.007	1,06	40.305.185	1,13	0,06
Pernambuco	92.084.091	3,11	105.947.017	3,24	103.544.195	3,03	109.145.541	3,07	-0,04
Alagoas	22.585.476	0,76	25.334.476	0,77	26.651.042	0,78	24.715.767	0,70	-0,07
Sergipe	16.731.356	0,56	18.389.170	0,56	18.168.807	0,53	19.321.488	0,54	-0,02
Bahia	123.450.947	4,16	137.354.098	4,19	148.886.642	4,35	143.333.343	4,03	-0,13
Sudeste	1.547.652.629	52,19	1.691.105.813	51,64	1.762.555.113	51,55	1.823.342.297	51,29	-0,90
Minas Gerais	263.447.971	8,88	296.697.800	9,06	319.079.616	9,33	332.026.804	9,34	0,46
Espírito Santo	84.653.520	2,85	93.554.717	2,86	97.149.301	2,84	88.490.765	2,49	-0,37
Rio de Janeiro	249.113.376	8,40	271.062.190	8,28	274.186.500	8,02	275.469.833	7,75	-0,65
São Paulo	950.437.762	32,05	1.029.791.106	31,45	1.072.139.696	31,36	1.127.354.895	31,71	-0,34
Sul	581.922.652	19,62	643.748.109	19,66	677.963.300	19,83	707.179.127	19,89	0,27
Paraná	225.183.204	7,59	244.137.151	7,46	254.853.933	7,45	270.220.296	7,60	0,01
Santa Catarina	148.822.387	5,02	167.529.790	5,12	177.080.132	5,18	182.095.965	5,12	0,10
Rio Grande do Sul	207.917.061	7,01	232.081.168	7,09	246.029.235	7,20	254.862.866	7,17	0,16
Centro-Oeste	282.899.896	9,54	317.937.490	9,71	330.554.506	9,67	358.252.484	10,08	0,54
Mato Grosso do Sul	42.571.180	1,44	48.683.779	1,49	54.478.478	1,59	60.578.003	1,70	0,27
Mato Grosso	83.692.167	2,82	94.746.337	2,89	102.151.089	2,99	116.414.553	3,27	0,45
Goiás	98.773.507	3,33	112.628.660	3,44	111.498.568	3,26	118.028.455	3,32	-0,01
Distrito Federal	57.863.042	1,95	61.878.714	1,89	62.426.371	1,83	63.231.473	1,78	-0,17

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

A região Sudeste também apresentou participação expressiva na receita bruta de revenda do país em torno de 51,29%. O estado de São Paulo explicou boa parte disso ao participar com 31,71% do país e 61,82% da referida região, superando as participações registradas em cada uma das demais regiões. Na sequência

têm-se os estados de Minas Gerais (9,34%); Rio de Janeiro (7,75%); Paraná (7,60%) e Rio Grande do Sul (7,17%) apenas para listar as cinco maiores participações, todos das regiões Sul e Sudeste do país. A participação conjunta desses cinco estados era de 63,94%, em 2013, reduzindo levemente para 63,57%, em 2016.

Por outro lado, as menores participações nacionais, em 2016, foram observadas nos estados de Roraima (0,14%); Amapá (0,15%); Acre (0,17%); Tocantins (0,36%) e Rondônia (0,42%) apenas para listar as cinco menores, todos pertencentes a região Norte do país. A participação conjunta desses cinco estados era de apenas 1,20%, em 2013, aumentando levemente para 1,23% em 2016 (Tabela 7.3).

Vale destacar que entre os anos de 2013 e 2016, um total de treze estados apresentaram ganho de participação nacional e outros catorze perda de participação nacional. Os maiores ganhos de participaram foram observados nos estados de Minas Gerais (+0,46 p.p.); Mato Grosso (+0,45 p.p.); Mato Grosso do Sul (+0,27 p.p.); Rio Grande do Sul (+0,16 p.p.) e Ceará (+0,15 p.p.). Enquanto isso, as maiores perdas de participação foram observadas nos estados do Rio de Janeiro (-0,65 p.p.); Espírito Santo (-0,37 p.p.); São Paulo (-0,34 p.p.); Distrito Federal (-0,17 p.p.) e Bahia (-0,13 p.p.) (Tabela 7.3).

Em 2013, o estado do Ceará registrou uma receita bruta de revenda na atividade de comércio no valor de R\$ 67,1 bilhões, ocupando a décima segunda colocação com uma participação de 2,26% do país. Em 2016, a receita bruta de revenda passou a ser de R\$ 85,7 bilhões, com o estado mantendo a mesma colocação, mas com uma participação levemente superior de 2,41% do país (Tabela 7.3).

7.2.3 Margem de Comercialização em Empresas Comerciais

A Tabela 7.4 a seguir, contém dados sobre a evolução da margem de comercialização em empresas comerciais para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2013 a 2016.

Em relação à margem de comercialização em empresas comerciais, o estado de São Paulo novamente ocupou a primeira posição com um valor de R\$ 247,6 bilhões e uma participação de 33,61% do país, explicando em boa medida a elevada participação da região Sudeste, quando nesta última participou com 62,64%. Logo, em seguida aparecem os estados do Rio de Janeiro (8,88%); Minas Gerais (8,87%); Paraná (7,0%) e Rio Grande do Sul (6,76%) para listar as cinco maiores participações, todos das regiões Sul e Sudeste do país. A participação conjunta desses estados era de 65,85%, em 2013, caindo levemente para 65,13%, em 2016.

Por outro lado, as menores participações, em 2016, foram observadas nos estados de Roraima (0,17%); Amapá (0,18%); Acre (0,21%); Tocantins (0,35%) e Rondônia (0,40%) apenas para listar as cinco menores, todos pertencentes a região Norte do país. A participação conjunta desses cinco estados era de apenas 1,21%, em 2013, aumentando levemente para 1,31% em 2016 (Tabela 7.4).

Vale destacar que um total de dezesseis estados apresentaram ganho de participação nacional e outros onze perda de participação nacional na comparação dos anos de 2013 e 2016. Os maiores ganhos de participaram foram observados nos estados de Mato Grosso (+0,48 p.p.); Ceará (+0,25 p.p.); Maranhão (+0,21 p.p.); Minas Gerais (+0,17 p.p.) e Rio Grande do Sul (+0,15 p.p.). Enquanto isso, as maiores perdas foram observadas nos estados de São Paulo (-0,90 p.p.); Rio de Janeiro (-0,28 p.p.); Distrito Federal (-0,23 p.p.); Espírito Santo (-0,22 p.p.) e Pará (-0,09 p.p.) (Tabela 7.4).

Em 2013, o estado do Ceará registrou uma margem de comercialização em empresas comerciais no valor de R\$ 13,4 bilhões, ocupando a décima segunda colocação com uma participação de 2,18% do país. Em 2016, a margem de comercialização em empresas comerciais cearense passou a ser de R\$ 17,9 bilhões, com o estado passando a ocupar a décima primeira colocação nacional com uma participação levemente superior de 2,43% do país (Tabela 7.4).

Tabela 7.4: Evolução da margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2013 a 2016

Brasil, Regiões e UFs	2013		2014		2015		2016		Dif. P.P. (2016-2013)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	615.031.390	100,00	683.648.010	100,00	714.130.903	100,00	736.931.265	100,00	0,00
Norte	21.646.055	3,52	23.522.074	3,44	25.763.702	3,61	25.910.650	3,52	-0,00
Rondônia	2.379.315	0,39	2.609.439	0,38	2.905.388	0,41	2.930.614	0,40	0,01
Acre	1.232.973	0,20	1.451.688	0,21	1.616.710	0,23	1.546.983	0,21	0,01
Amazonas	6.628.708	1,08	7.014.305	1,03	7.651.212	1,07	7.824.720	1,06	-0,02
Roraima	998.533	0,16	978.321	0,14	1.162.545	0,16	1.259.099	0,17	0,01
Pará	7.595.214	1,23	7.947.060	1,16	8.424.336	1,18	8.468.540	1,15	-0,09
Amapá	1.285.145	0,21	1.514.659	0,22	1.405.002	0,20	1.299.676	0,18	-0,03
Tocantins	1.526.167	0,25	2.006.602	0,29	2.598.509	0,36	2.581.018	0,35	0,10
Nordeste	88.463.922	14,38	103.285.019	15,11	105.080.328	14,71	110.150.586	14,95	0,56
Maranhão	7.616.507	1,24	9.235.437	1,35	9.616.527	1,35	10.671.176	1,45	0,21
Piauí	4.632.587	0,75	5.101.770	0,75	5.124.439	0,72	5.674.284	0,77	0,02
Ceará	13.436.222	2,18	16.289.686	2,38	17.434.951	2,44	17.907.177	2,43	0,25
Rio Grande do Norte	5.895.255	0,96	6.479.106	0,95	6.680.435	0,94	7.077.728	0,96	0,00
Paraíba	6.053.584	0,98	6.904.603	1,01	7.393.731	1,04	8.014.889	1,09	0,10
Pernambuco	17.574.312	2,86	22.082.798	3,23	19.471.719	2,73	21.017.068	2,85	-0,01
Alagoas	5.054.928	0,82	6.446.999	0,94	6.824.105	0,96	6.050.931	0,82	-0,00
Sergipe	3.342.345	0,54	3.726.887	0,55	3.776.019	0,53	4.111.559	0,56	0,01
Bahia	24.858.182	4,04	27.017.733	3,95	28.758.402	4,03	29.625.774	4,02	-0,02
Sudeste	337.517.890	54,88	368.260.477	53,87	385.793.367	54,02	395.359.370	53,65	-1,23
Minas Gerais	53.508.398	8,70	59.724.667	8,74	62.949.208	8,81	65.378.708	8,87	0,17
Espírito Santo	15.434.075	2,51	17.520.210	2,56	18.424.903	2,58	16.855.594	2,29	-0,22
Rio de Janeiro	56.307.852	9,16	62.452.569	9,14	64.783.712	9,07	65.434.352	8,88	-0,28
São Paulo	212.267.565	34,51	228.563.031	33,43	239.635.544	33,56	247.690.716	33,61	-0,90
Sul	113.307.633	18,42	126.308.310	18,48	134.093.547	18,78	138.358.337	18,77	0,35
Paraná	42.224.056	6,87	46.548.684	6,81	49.563.572	6,94	51.620.232	7,00	0,14
Santa Catarina	30.419.277	4,95	34.203.742	5,00	36.194.512	5,07	36.900.185	5,01	0,06
Rio Grande do Sul	40.664.300	6,61	45.555.884	6,66	48.335.463	6,77	49.837.920	6,76	0,15
Centro-Oeste	54.095.890	8,80	62.272.130	9,11	63.399.959	8,88	67.152.322	9,11	0,32
Mato Grosso do Sul	8.364.762	1,36	8.870.444	1,30	10.378.858	1,45	10.726.911	1,46	0,10
Mato Grosso	14.268.667	2,32	16.667.625	2,44	18.163.271	2,54	20.628.868	2,80	0,48
Goiás	18.826.796	3,06	23.141.281	3,38	21.382.426	2,99	22.343.093	3,03	-0,03
Distrito Federal	12.635.665	2,05	13.592.780	1,99	13.475.404	1,89	13.453.450	1,83	-0,23

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

7.2.4 Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais

Na Tabela 7.5 são apresentados dados sobre a evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2013 a 2016.

O estado de São Paulo novamente concentrou a maior parte das pessoas ocupadas em empresas comerciais no país no ano de 2016, num total de 2.917.421 pessoas com uma participação de 29,09% do país. A participação de São Paulo dentro da região Sudeste foi de 56,12%, superando ainda a participação de cada uma das demais regiões. Na sequência têm-se os estados de Minas Gerais (11,53%); Rio de Janeiro (9,13%); Paraná (7,62%) e Rio Grande do Sul (6,98%) para listar as cinco maiores participações. A participação conjunta desses cinco estados era de 64,14%, em 2013, aumentando levemente para 64,34%, em 2016.

Por outro lado, as menores participações foram observadas nos estados de Roraima (0,17%); Acre (0,18%); Tocantins (0,21%); Amapá (0,22%) e Rondônia (0,30%) somente para listar as cinco menores. A participação conjunta desses estados totalizava 1,08% do país, em 2013, mantendo essa mesma participação em 2016 (Tabela 7.5).

Tabela 7.5: Evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais – Brasil, Regiões e Estados – 2013 a 2016

Brasil, Regiões e UFs	2013		2014		2015		2016		Dif. P.P. (2016-2013)
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	
Brasil	10.418.819	100,00	10.633.156	100,00	10.295.637	100,00	10.030.152	100,00	0,00
Norte	326.465	3,13	334.046	3,14	325.852	3,16	314.318	3,13	0,00
Rondônia	32.544	0,31	35.342	0,33	32.975	0,32	30.047	0,30	-0,01
Acre	18.509	0,18	20.059	0,19	19.847	0,19	18.019	0,18	0,00
Amazonas	93.111	0,89	90.900	0,85	94.470	0,92	86.805	0,87	-0,03
Roraima	16.533	0,16	16.949	0,16	17.656	0,17	17.490	0,17	0,02
Pará	120.715	1,16	124.428	1,17	117.107	1,14	119.181	1,19	0,03
Amapá	23.614	0,23	25.857	0,24	22.159	0,22	22.067	0,22	-0,01
Tocantins	21.439	0,21	20.511	0,19	21.638	0,21	20.709	0,21	0,00
Nordeste	1.791.204	17,19	1.862.469	17,52	1.804.451	17,53	1.731.584	17,26	0,07
Maranhão	167.313	1,61	172.988	1,63	161.877	1,57	165.804	1,65	0,05
Piauí	101.119	0,97	105.225	0,99	101.834	0,99	98.847	0,99	0,01
Ceará	289.789	2,78	297.231	2,80	299.289	2,91	280.702	2,80	0,02
Rio Grande do Norte	124.404	1,19	129.453	1,22	127.321	1,24	128.947	1,29	0,09
Paraíba	109.619	1,05	121.378	1,14	113.617	1,10	109.919	1,10	0,04
Pernambuco	345.198	3,31	353.985	3,33	327.706	3,18	297.587	2,97	-0,35
Alagoas	91.667	0,88	95.115	0,89	92.986	0,90	87.006	0,87	-0,01
Sergipe	73.435	0,70	76.279	0,72	70.926	0,69	71.708	0,71	0,01
Bahia	488.660	4,69	510.815	4,80	508.895	4,94	491.064	4,90	0,21
Sudeste	5.387.494	51,71	5.469.402	51,44	5.307.715	51,55	5.197.658	51,82	0,11
Minas Gerais	1.147.172	11,01	1.203.206	11,32	1.166.450	11,33	1.156.073	11,53	0,52
Espírito Santo	243.417	2,34	246.589	2,32	233.311	2,27	208.559	2,08	-0,26
Rio de Janeiro	936.361	8,99	947.425	8,91	916.291	8,90	915.605	9,13	0,14
São Paulo	3.060.544	29,38	3.072.182	28,89	2.991.663	29,06	2.917.421	29,09	-0,29
Sul	2.054.343	19,72	2.077.327	19,54	2.001.909	19,44	1.971.735	19,66	-0,06
Paraná	785.042	7,53	802.268	7,54	769.399	7,47	764.652	7,62	0,09
Santa Catarina	515.938	4,95	529.383	4,98	518.657	5,04	507.012	5,05	0,10
Rio Grande do Sul	753.363	7,23	745.676	7,01	713.853	6,93	700.071	6,98	-0,25
Centro-Oeste	859.313	8,25	889.912	8,37	855.710	8,31	814.857	8,12	-0,12
Mato Grosso do Sul	137.155	1,32	137.929	1,30	131.362	1,28	126.785	1,26	-0,05
Mato Grosso	199.596	1,92	213.419	2,01	198.232	1,93	191.532	1,91	-0,01
Goiás	323.667	3,11	341.295	3,21	342.116	3,32	330.299	3,29	0,19
Distrito Federal	198.895	1,91	197.269	1,86	184.000	1,79	166.241	1,66	-0,25

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Um total de dezesseis estados apresentou ganho de participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais brasileiras entre os anos de 2013 e 2016, ao passo que outros onze registraram perda de participação. Os maiores ganhos de participação foram observados em Minas Gerais (+0,52 p.p.); Bahia (+0,21 p.p.); Goiás (+0,19 p.p.); Rio de Janeiro (+0,14 p.p.) e Santa Catarina (+0,10 p.p.). Por outro lado, as maiores perdas foram reveladas nos estados de Pernambuco (-0,35 p.p.); São Paulo (-0,29 p.p.); Espírito Santo (-0,26 p.p.); Distrito Federal (-0,25 p.p.) e Rio Grande do Sul (-0,25 p.p.) (Tabela 7.5).

Em 2013, o estado do Ceará registrou um total de 289.789 pessoas ocupadas em empresas comerciais, ocupando a décima colocação nacional com uma participação de 2,78% do país. Em 2016, esse número caiu para 280.702 pessoas ocupadas em empresas comerciais, com o estado mantendo a mesma colocação, mas com uma participação levemente superior de 2,80% do país (Tabela 7.5).

7.2.5 Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais

Na sequência, tem-se a Tabela 7.6 que traz dados sobre a evolução dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais para o Brasil, por regiões e para todos os vinte e sete estados da federação entre os anos de 2013 e 2016.

Tabela 7.6: Evolução dos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2013 a 2016

Brasil, Regiões e UFs	2013		2014		2015		2016		Dif. P.P. (2016-2013)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	167.841.051	100,00	192.562.222	100,00	204.107.914	100,00	214.793.087	100,00	0,00
Norte	5.007.443	2,98	5.779.596	3,00	6.080.606	2,98	6.452.128	3,00	0,02
Rondônia	516.599	0,31	596.476	0,31	619.013	0,30	624.737	0,29	-0,02
Acre	282.846	0,17	336.844	0,17	365.191	0,18	363.325	0,17	0,00
Amazonas	1.465.836	0,87	1.676.855	0,87	1.733.348	0,85	1.765.958	0,82	-0,05
Roraima	208.292	0,12	239.182	0,12	271.807	0,13	305.706	0,14	0,02
Pará	1.885.235	1,12	2.190.052	1,14	2.264.464	1,11	2.589.625	1,21	0,08
Amapá	319.071	0,19	363.103	0,19	392.622	0,19	370.524	0,17	-0,02
Tocantins	329.564	0,20	377.084	0,20	434.161	0,21	432.253	0,20	0,00
Nordeste	22.400.587	13,35	25.777.925	13,39	27.598.405	13,52	29.029.157	13,51	0,17
Maranhão	2.094.220	1,25	2.439.312	1,27	2.655.351	1,30	2.736.860	1,27	0,03
Piauí	1.176.664	0,70	1.344.209	0,70	1.467.876	0,72	1.605.016	0,75	0,05
Ceará	3.360.836	2,00	3.955.736	2,05	4.283.048	2,10	4.573.106	2,13	0,13
Rio Grande do Norte	1.577.078	0,94	1.791.183	0,93	1.866.235	0,91	2.031.920	0,95	0,01
Paraíba	1.332.811	0,79	1.575.753	0,82	1.711.581	0,84	1.842.031	0,86	0,06
Pernambuco	4.511.750	2,69	5.290.952	2,75	5.340.915	2,62	5.338.330	2,49	-0,20
Alagoas	1.127.918	0,67	1.219.682	0,63	1.347.725	0,66	1.381.913	0,64	-0,03
Sergipe	960.072	0,57	1.107.949	0,58	1.164.340	0,57	1.137.542	0,53	-0,04
Bahia	6.259.238	3,73	7.053.149	3,66	7.761.334	3,80	8.382.439	3,90	0,17
Sudeste	94.155.415	56,10	108.113.877	56,14	114.461.920	56,08	119.607.898	55,69	-0,41
Minas Gerais	15.277.165	9,10	17.278.883	8,97	18.799.821	9,21	19.895.345	9,26	0,16
Espírito Santo	3.385.937	2,02	4.006.957	2,08	4.299.677	2,11	3.986.140	1,86	-0,16
Rio de Janeiro	14.952.330	8,91	17.137.489	8,90	18.466.604	9,05	19.194.144	8,94	0,03
São Paulo	60.539.983	36,07	69.690.548	36,19	72.895.818	35,71	76.532.269	35,63	-0,44
Sul	33.121.467	19,73	37.860.631	19,66	40.088.408	19,64	42.852.429	19,95	0,22
Paraná	12.598.997	7,51	14.714.360	7,64	15.224.541	7,46	16.152.636	7,52	0,01
Santa Catarina	8.586.001	5,12	9.857.675	5,12	10.610.556	5,20	11.196.158	5,21	0,10
Rio Grande do Sul	11.936.469	7,11	13.288.596	6,90	14.253.311	6,98	15.503.635	7,22	0,11
Centro-Oeste	13.156.139	7,84	15.030.193	7,81	15.878.575	7,78	16.851.475	7,85	0,01
Mato Grosso do Sul	2.128.248	1,27	2.344.034	1,22	2.445.699	1,20	2.641.192	1,23	-0,04
Mato Grosso	3.249.013	1,94	3.907.407	2,03	4.027.654	1,97	4.379.248	2,04	0,10
Goiás	4.835.951	2,88	5.475.112	2,84	6.074.119	2,98	6.490.285	3,02	0,14
Distrito Federal	2.942.927	1,75	3.303.640	1,72	3.331.103	1,63	3.340.750	1,56	-0,20

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Novamente, o estado de São Paulo, em função do elevado contingente de trabalhadores, registrou a maior massa salarial paga de R\$ 76,5 bilhões, representando 35,63% de toda massa salarial paga nesse tipo de negócio no país no ano de 2016. Esse gasto foi superior ao total pago em regiões como Sul (R\$ 42,8 bilhões), Nordeste (R\$ 29,1 bilhões), Centro-Oeste (R\$ 16,8 bilhões) e Norte (R\$ 6,4 bilhões). Outros estados com significativa participação na massa salarial paga em empresas comerciais foram: Minas Gerais (9,26%); Rio de Janeiro (8,94%); Paraná (7,52%) e Rio Grande do Sul (7,22%), apenas para listar as cinco maiores participação nacionais. A participação conjunta desses cinco estados era de 68,70%, em 2013, caindo levemente para 68,57%, em 2016.

Por outro lado, as menores participações no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas em empresas comerciais brasileiras foram observadas nos estados de Roraima (0,14%); Acre (0,17%); Amapá (0,17%); Tocantins (0,20%) e Rondônia (0,29%). A participação conjunta desses cinco estados era de 0,99%, em 2013, mantendo-se relativamente estável até 2016 cuja participação foi de 0,98% (Tabela 7.6).

Dezessete estados registraram ganho de participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações na comparação dos anos de 2013 e 2016, com outros dez apresentando perda de participação. Os maiores ganhos foram observados nos estados da Bahia (+0,17 p.p.); Minas Gerais (+0,16 p.p.); Goiás (+0,14 p.p.); Ceará (+0,13 p.p.) e Rio Grande do Sul (+0,11 p.p.). Por outro lado, as maiores

perdas foram observadas nos estados de São Paulo (-0,44 p.p.); Pernambuco (-0,20 p.p.); Distrito Federal (-0,20 p.p.); Espírito Santo (-0,16 p.p.) e Amazonas (-0,05 p.p.) (Tabela 7.6).

Em 2013, o estado do Ceará registrou um valor de R\$ 3,36 bilhões em gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagos por empresas comerciais, ocupando a décima primeira colocação nacional com uma participação de 2,0% do país. Em 2016, esse valor passou a ser de R\$ 4,57 bilhões, com o estado passando a ocupar a décima colocação com uma participação levemente superior de 2,13% do país (Tabela 7.6).

7.3 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará

Em 2013, o estado do Ceará possuía um total de 56.777 unidades locais com receita bruta de revenda no comércio, participando com 3,26% do país e com 17,20% do Nordeste. Em 2016, o número de empresas comerciais cearenses caiu para 46.092 unidades, reduzindo sua participação nacional para 2,74% e regional para 14,78%. A queda da participação do Nordeste no Brasil foi levemente menor passando de 18,94%, em 2013, para 18,51%, em 2016.

Tabela 7.7: Dados gerais das empresas comerciais – Brasil, Nordeste e Ceará – 2013 a 2016

Brasil, Nordeste e Ceará	2013	2014	2015	2016
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)				
Brasil	1.742.825	1.737.984	1.718.602	1.685.096
Nordeste	330.108	328.932	313.439	311.873
Ceará	56.777	50.097	48.972	46.092
Ne/Br (%)	18,94%	18,93%	18,24%	18,51%
Ce/Br (%)	3,26%	2,88%	2,85%	2,74%
Ce/Ne (%)	17,20%	15,23%	15,62%	14,78%
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)				
Brasil	2.965.425.283	3.274.503.320	3.418.972.898	3.554.977.476
Nordeste	449.637.410	505.809.960	524.065.799	541.564.938
Ceará	67.166.555	77.136.721	81.808.604	85.708.517
Ne/Br (%)	15,16%	15,45%	15,33%	15,23%
Ce/Br (%)	2,26%	2,36%	2,39%	2,41%
Ce/Ne (%)	14,94%	15,25%	15,61%	15,83%
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	615.031.390	683.648.010	714.130.903	736.931.265
Nordeste	88.463.922	103.285.019	105.080.328	110.150.586
Ceará	13.436.222	16.289.686	17.434.951	17.907.177
Ne/Br (%)	14,38%	15,11%	14,71%	14,95%
Ce/Br (%)	2,18%	2,38%	2,44%	2,43%
Ce/Ne (%)	15,19%	15,77%	16,59%	16,26%
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)				
Brasil	10.418.819	10.633.156	10.295.637	10.030.152
Nordeste	1.791.204	1.862.469	1.804.451	1.731.584
Ceará	289.789	297.231	299.289	280.702
Ne/Br (%)	17,19%	17,52%	17,53%	17,26%
Ce/Br (%)	2,78%	2,80%	2,91%	2,80%
Ce/Ne (%)	16,18%	15,96%	16,59%	16,21%
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	167.841.051	192.562.222	204.107.914	214.793.087
Nordeste	22.400.587	25.777.925	27.598.405	29.029.157
Ceará	3.360.836	3.955.736	4.283.048	4.573.106
Ne/Br (%)	13,35%	13,39%	13,52%	13,51%
Ce/Br (%)	2,00%	2,05%	2,10%	2,13%
Ce/Ne (%)	15,00%	15,35%	15,52%	15,75%

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

No tocante a receita bruta de revenda de mercadorias, as empresas comerciais cearenses apresentaram um faturamento de R\$ 67,1 bilhões, em 2013, apresentando uma participação de 2,26% do país e com 14,94% do Nordeste. Em 2016, o valor da receita bruta de revenda passou a ser de R\$ 85,7 bilhões apresentando aumento de participação nacional para 2,41% e regional para 15,83%, mesmo tendo

registrado perda de participação no tocante ao número de unidades locais. Diante disso, é possível afirmar que a crise destruiu as empresas comerciais que apresentavam os menores faturamentos, sobrevivendo principalmente as maiores (Tabela 7.7).

No que tange a margem de comercialização em empresas comerciais fenômeno semelhante foi observado. A margem de comercialização cearense foi de R\$ 13,4 bilhões, participando com 2,18% do país e com 15,19% do Nordeste. Passado quatro anos, a margem de comercialização estadual passou a ser de R\$ 17,9 bilhões, registrando aumento de participação nacional para 2,43% e regional para 16,26%. Essas participações foram superiores as participações da receita bruta de revenda revelando uma margem de comercialização superior no estado do Ceará (Tabela 7.7).

Em relação ao pessoal ocupado, as empresas comerciais cearenses possuíam 289.789 pessoas ocupadas, registrando uma participação nacional de 2,78% e regional de 16,78%. Em 2016, por conta da redução de unidades locais, o número de pessoas ocupadas nas empresas comerciais cearenses caiu para 280.702 pessoas, mas diferente do ocorrido nas unidades locais, aumentou levemente a participação nacional para 2,80% e regional para 16,21%, confirmando a permanência em atividade das empresas de maior porte.

Por fim, os Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais cearenses foram de R\$ 3,36 bilhões em 2013, tendo registrado uma participação no país de apenas 2,0% e no Nordeste de 15,0%. Em 2016, o valor pago em Gastos com salários, retiradas e outras remunerações nas empresas comerciais do estado passou a ser de R\$ 4,57 bilhões, registrando um ganho de participação nacional para 2,13% e regional para 15,75%, participações inferiores às registradas para o pessoal ocupado revelando menos nível remunerações pagas no estado (Tabela 7.7).

7.4 Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense

A Tabela 7.8 abaixo traz uma abertura para as atividades que formam o comércio do estado do Ceará. As empresas de comércio varejista concentraram 84,84% do total das empresas comerciais cearenses no ano de 2016, participando com uma receita bruta de revenda de 56,36% do total, 62,79% da margem de comercialização, 78,01% do pessoal ocupado e com 71,73% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações.

Por sua vez, as empresas de comércio atacadista, responderam por 7,17% das unidades comerciais cearenses, participando com 34,15% da receita bruta de revenda, 28,92% da margem de comercialização, 14,42% do pessoal ocupado e com 18,87% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações.

Por fim, as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas, responderam por 7,99% das unidades comerciais, participando com 9,49% da receita bruta de revenda, 8,29% da margem de comercialização, 7,57% do pessoal ocupado e com 9,40% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações.

Entre os anos de 2013 e 2018, todos os três tipos de empresas comerciais cearenses registraram queda no número de unidades. A maior queda foi observada nas empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (-21,26%), seguida pelas empresas de comércio varejista (-19,34%) e por fim, pelas empresas de comércio atacadista (-8,65%). Como resultado, as empresas de comércio varejista perderam participação dentro do estado de 0,55 p.p., seguida pela perda de participação das empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas de 0,25 p.p. Por outro lado, apesar da queda observada no número de unidades, as empresas atacadistas ganharam participação de 0,80 p.p. na comparação dos dois anos.

No tocante a receita bruta de revenda, apenas as empresas de comércio varejista ganharam participação de 5,57 p.p., ao passo que as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas e empresas de comércio por atacado perderam participações de 4,52 p.p. e 1,04 p.p., respectivamente, sinalizando as dificuldades enfrentadas pelas empresas de vendas de veículos no estado.

Em relação a margem de comercialização, as empresas de comércio varejista e de comércio atacadista ganharam participação de 2,51 p.p. e 0,11 p.p., respectivamente. Por outro lado, as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas perderam participação de 2,61 p.p., confirmando o momento de dificuldades pelo qual passou as vendas de veículos no Ceará.

Tabela 7.8: Dados gerais das empresas comerciais por divisão do comércio – Ceará – 2013 a 2016

Divisão de Comércio	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	Dif. P.P. (2016-2013)
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
1.Total	56.777	100,00%	50.097	100,00%	48.972	100,00%	46.092	100,00%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	4.680	8,24%	4.226	8,44%	3.854	7,87%	3.685	7,99%	-0,25
3.Comércio por atacado	3.617	6,37%	3.317	6,62%	3.240	6,62%	3.304	7,17%	0,80
4.Comércio varejista	48.480	85,39%	42.554	84,94%	41.878	85,51%	39.103	84,84%	-0,55
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
1.Total	67.166.555	100,00%	77.136.721	100,00%	81.808.604	100,00%	85.708.517	100,00%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	9.410.492	14,01%	9.733.173	12,62%	9.399.657	11,49%	8.131.194	9,49%	-4,52
3.Comércio por atacado	23.639.574	35,20%	27.184.117	35,24%	26.412.999	32,29%	29.272.788	34,15%	-1,04
4.Comércio varejista	34.116.489	50,79%	40.219.431	52,14%	45.995.948	56,22%	48.304.535	56,36%	5,57
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	13.436.222	100,00%	16.289.686	100,00%	17.434.951	100,00%	17.907.177	100,00%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	1.464.397	10,90%	1.403.955	8,62%	1.482.997	8,51%	1.483.746	8,29%	-2,61
3.Comércio por atacado	3.872.016	28,82%	5.140.700	31,56%	4.735.952	27,16%	5.179.516	28,92%	0,11
4.Comércio varejista	8.099.809	60,28%	9.745.031	59,82%	11.216.002	64,33%	11.243.915	62,79%	2,51
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
1.Total	289.789	100,00%	297.231	100,00%	299.289	100,00%	280.702	100,00%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	25.881	8,93%	25.581	8,61%	22.010	7,35%	21.262	7,57%	-1,36
3.Comércio por atacado	41.491	14,32%	42.893	14,43%	40.134	13,41%	40.470	14,42%	0,10
4.Comércio varejista	222.417	76,75%	228.757	76,96%	237.145	79,24%	218.970	78,01%	1,26
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	3.360.836	100,00%	3.955.736	100,00%	4.283.048	100,00%	4.573.106	100,00%	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	396.201	11,79%	436.661	11,04%	435.320	10,16%	429.884	9,40%	-2,39
3.Comércio por atacado	697.049	20,74%	768.989	19,44%	780.042	18,21%	862.989	18,87%	-1,87
4.Comércio varejista	2.267.586	67,47%	2.750.086	69,52%	3.067.686	71,62%	3.280.233	71,73%	4,26

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Em relação ao número de pessoas ocupadas, todas as três atividades do comércio registraram queda na comparação dos dois anos, refletindo os efeitos da crise econômica que se espalharam por toda a economia. Chama atenção a forte redução de 17,85% do quadro de trabalhadores nas vendas do comércio de veículos, peças e motocicletas, seguido pela queda no comércio atacadista de 2,46% e por fim, pela queda observada no comércio varejista de 1,55%. Com isso, apenas o comércio de veículos, peças e motocicletas perdeu participação no número de pessoas ocupadas em 1,36 p.p.

Por fim, em relação aos gastos com salários, retiradas e outras remunerações, o comércio de veículos, peças e motocicletas foi quem mais perdeu participação de 2,39 p.p., bastante explicado pela forte redução da força de trabalho nesta atividade. As vendas do comércio por atacado também apresentaram perda de participação nesta variável de 1,87 p.p. Apenas o comércio varejista incrementou sua participação no valor da massa salarial paga de 4,26 p.p. entre os dois anos.

8 DESEMPENHO DAS VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA

Alexsandre Lira Cavalcante¹⁹

8.1 Introdução

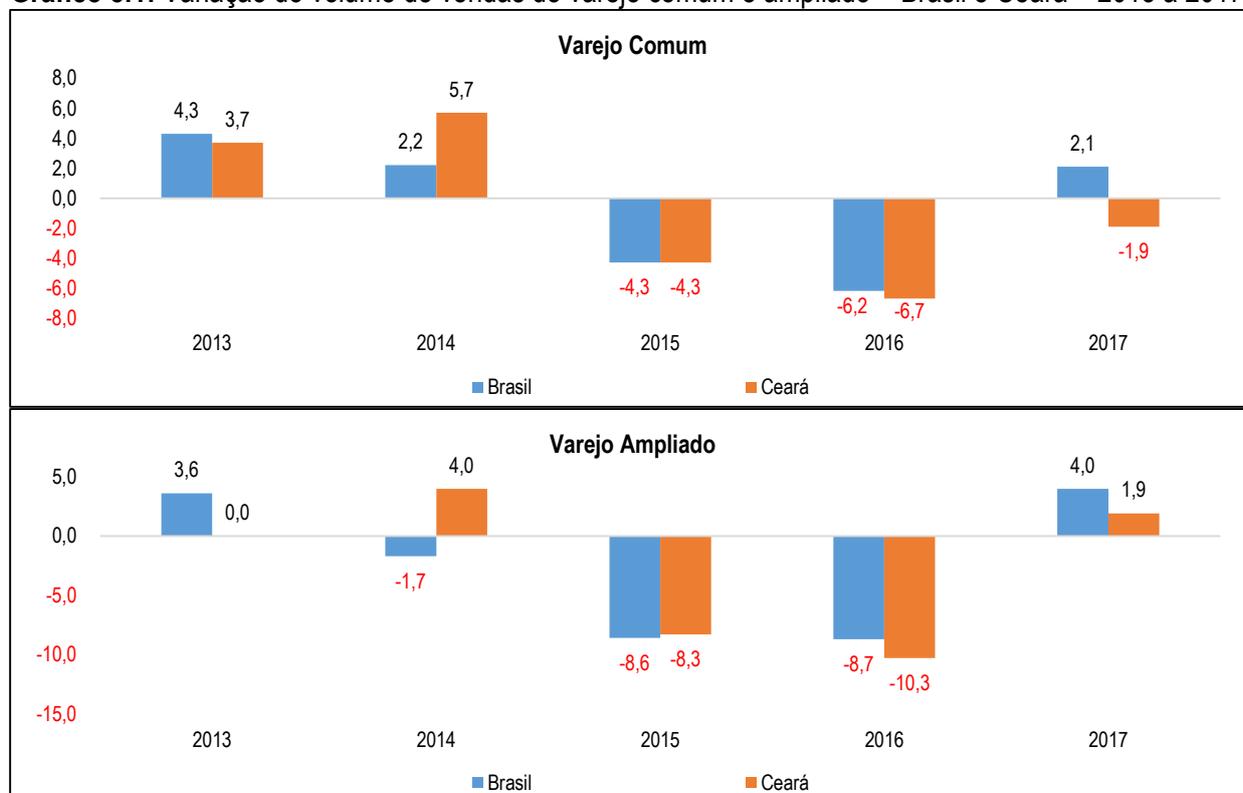
Após de se conhecer a estrutura produtiva do comércio cearense é feita uma análise do desempenho das vendas do varejo comum e ampliado no país e no estado do Ceará nos últimos cinco anos. Inicia-se com a análise da evolução da variação do volume de vendas do varejo nacional e cearense, seguindo para análise da dinâmica do varejo nos vinte e sete estados da federação, finalizando com uma análise das principais variações ocorridas nas atividades que formam o varejo nacional e local para o mesmo período.

8.2 Volume de Vendas do Varejo Comum e Ampliado

Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as vendas do varejo comum nacional registraram crescimentos sucessivos nos anos de 2013 (+4,3%) e 2014 (+2,2%). O varejo cearense apresentou igual comportamento com variações positivas de 3,7% e 5,7% nos mesmos anos.

Todavia, em 2015, as vendas do varejo comum nacional e cearense apresentaram a primeira queda na série de 4,3% em ambos, voltando a registrar quedas bem mais expressivas no ano seguinte de 6,2% no varejo nacional e de 6,7% no varejo estadual, refletindo o aprofundamento da crise macroeconômica sobre esta atividade. Com isso, o varejo comum nacional acumulou queda nos últimos dois anos de 10,2% e o cearense queda de 10,7% (Gráfico 8.1).

Gráfico 8.1: Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – 2013 a 2017



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

¹⁹ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Em 2017, enquanto o varejo comum nacional registrou crescimento de 2,1%, revelando nítidos sinais de recuperação das vendas, mas ainda não alcançando o patamar observado em 2014, o varejo comum cearense apresentou um desempenho inferior de desaceleração do ritmo de queda também revelando os primeiros sinais de retomada das vendas.

Por sua vez, o varejo ampliado que inclui além das atividades que formam o varejo comum, também as vendas de veículos e materiais de construção, apresentou dinâmica diferente em função das oscilações observadas nestas duas atividades. Em 2013, o varejo ampliado nacional apresentou crescimento de 3,6%, com varejo ampliado cearense ficando estagnado. Em 2014, o varejo ampliado cearense registrou desempenho bastante positivo de 4,0%, ao passo que o varejo ampliado nacional registrou a primeira queda na série influenciada pela queda nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças e pela estagnação nas vendas de materiais de construção (Gráfico 8.1).

No ano seguinte, a crise macroeconômica afeta em cheio a atividade do comércio, com o varejo ampliado nacional registrando queda significativa de 8,6% e o cearense queda de 8,3%. Em 2016, como resposta ao aprofundamento da crise com efeitos persistentes sobre estas duas atividades, o varejo ampliado nacional apresentou queda ainda maior de 8,7% e o cearense retração ainda mais expressiva de 10,3%. Com isso, o varejo ampliado nacional acumulou queda nos últimos dois anos de 16,6% e o cearense queda de 17,7%. Em 2017, o varejo ampliado nacional e cearense registraram variações positivas de 4,0% e 1,9%, respectivamente, apresentando os primeiros sinais de recuperação nas vendas depois do período de crise (Gráfico 8.1).

8.3 Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional

Após conhecermos a dinâmica da variação das vendas do varejo comum e ampliado para o Brasil e para o estado do Ceará, faz-se necessário uma análise mais desagregada por estados para melhor contextualizar o quadro de agravamento da crise econômica observada a partir de 2014.

Tabela 8.1: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista comum – Brasil e Estados – 2013 a 2017

Estados	2013	2014	2015	2016	2017
Santa Catarina	2,6	0,4	-3,1	-5,1	13,5
Amazonas	3,9	0,3	-7,3	-10,6	7,7
Alagoas	7,0	4,5	-8,0	-6,4	7,7
Rio Grande do Sul	3,8	2,3	-6,1	-5,4	7,2
Mato Grosso	6,0	2,5	-8,3	-9,6	6,5
Rondônia	9,3	9,3	-6,0	-12,3	5,7
Minas Gerais	0,9	2,6	-1,9	-1,6	5,0
Acre	4,0	12,6	-2,3	-9,0	4,7
Pernambuco	6,1	2,8	-7,7	-9,9	4,7
Maranhão	8,5	5,5	-7,0	-6,8	4,5
Paraná	6,4	2,3	-3,2	-5,2	4,0
São Paulo	4,2	1,2	-3,5	-4,8	1,7
Rio Grande do Norte	9,3	3,2	-3,8	-9,1	1,6
Amapá	3,0	9,0	-12,2	-18,1	1,5
Pará	5,9	2,9	-4,8	-13,1	1,4
Tocantins	4,9	5,7	-3,7	-8,6	1,2
Mato Grosso do Sul	10,9	4,1	-1,6	-6,9	0,5
Piauí	3,8	2,6	-4,6	-8,8	0,2
Bahia	2,7	4,6	-8,0	-12,1	-0,3
Ceará	3,7	5,7	-4,3	-6,7	-1,9
Rio de Janeiro	5,0	3,2	-3,2	-8,0	-1,9
Espírito Santo	1,5	0,3	-7,7	-10,6	-2,3
Paraíba	9,2	2,6	-10,3	-1,7	-3,3
Sergipe	2,8	1,6	-1,6	-9,9	-5,7
Distrito Federal	2,8	0,1	-5,9	-10,0	-6,5
Roraima	3,3	9,9	6,7	1,2	-7,3
Goiás	4,6	1,4	-10,2	-9,3	-8,7
Brasil	4,3	2,2	-4,3	-6,2	2,1

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado por 2017.

Em 2013, todos os estados registraram crescimento nas vendas do varejo comum com o Ceará ocupando a décima nona colocação do país. Em 2014, novamente não foi registrado nenhuma queda nas vendas desse setor com o varejo comum cearense registrando um desempenho muito positivo, ou seja, a quinto maior crescimento dentre todos os estados do país (Tabela 8.1).

Todavia, em 2015, como consequência do aprofundamento da crise econômica, apenas o estado de Roraima registrou crescimento de 6,7% nas vendas do varejo comum, e o Ceará registrou a décima segunda menor queda, com Sergipe e Rio Grande do Norte, dentro da região Nordeste apresentando retração inferior (Tabela 8.1).

Em 2016, novamente Roraima se destacou com o único crescimento de 1,2% e o varejo cearense registrando a nona menor queda do país. Por fim, em 2017, têm-se o início de retomada das vendas do varejo comum quando um total de dezoito estados registraram variação positiva e o Ceará ainda registrando a segunda menor queda (Tabela 8.1).

No tocante, ao varejo ampliado, vinte e três estados apresentaram crescimento de vendas no ano de 2013, três estados queda (Espírito Santo, Minas Gerais e Distrito Federal) e uma estagnação no caso do Ceará. Em 2014, o número de estado a registrar queda nas vendas aumentou para oito, revelando os primeiros efeitos da crise já observados nesse ano. O varejo ampliado cearense registrou um crescimento expressivo, ou seja, a quinta maior variação no ano (Tabela 8.2).

Como resultado da piora e do aprofundamento da crise econômica, com efeitos significativos sobre o emprego e a massa de salários, o varejo ampliado nacional apresentou queda em todos os estados, com o Ceará ocupando a nona menor queda do país.

Tabela 8.2: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista ampliado – Brasil e Estados – 2013 a 2017

Estados	2013	2014	2015	2016	2017
Santa Catarina	3,7	1,5	-10,1	-7,9	14,2
Rio Grande do Sul	6,4	0,3	-13,2	-9,7	13,3
Amazonas	4,6	1,9	-10,5	-11,4	12,0
Tocantins	2,4	5,3	-14,8	-13,1	8,5
Mato Grosso	4,8	0,5	-11,5	-10,8	8,3
Maranhão	5,3	3,0	-11,3	-11,8	7,7
Alagoas	5,1	2,3	-10,9	-8,0	7,5
Espírito Santo	-4,3	-3,9	-16,2	-15,0	6,9
Acre	11,1	4,7	-11,3	-11,5	6,7
Amapá	1,3	-0,2	-12,4	-16,3	5,3
Paraná	7,0	-3,0	-9,4	-6,2	4,7
Pará	2,6	2,0	-6,6	-14,0	3,9
Distrito Federal	-0,3	-0,5	-12,3	-12,2	3,7
Pernambuco	5,2	1,4	-10,8	-11,9	3,5
Rio de Janeiro	6,1	1,7	-8,0	-11,3	3,2
Minas Gerais	-0,4	-0,2	-7,0	-5,1	2,6
São Paulo	3,0	-6,2	-5,9	-7,0	2,6
Ceará	0,0	4,0	-8,3	-10,3	1,9
Paraíba	8,4	2,5	-14,6	-5,6	1,6
Bahia	1,7	1,1	-9,2	-11,1	1,2
Piauí	5,9	1,4	-8,8	-8,5	0,5
Roraima	3,1	7,1	-0,5	0,7	0,3
Sergipe	2,0	2,2	-8,1	-12,2	-0,2
Mato Grosso do Sul	7,7	-0,6	-6,1	-7,0	-0,7
Rio Grande do Norte	8,8	2,2	-5,9	-9,7	-1,5
Rondônia	1,0	5,7	-9,8	-7,0	-2,7
Goiás	5,3	-2,3	-15,0	-11,8	-8,8
Brasil	3,6	-1,7	-8,6	-8,7	4,0

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado por 2017.

Em 2016, apenas o estado de Roraima deu sinais de retomada nas vendas, enquanto todos os outros estados voltaram a apresentar queda pelo segundo ano consecutivo. O varejo ampliado cearense ocupou dessa vez uma posição ainda pior com décima terceira menor queda (Tabela 8.2).

Por fim, em 2017, têm-se os primeiros sinais de recuperação das vendas do varejo ampliado, quando um total de vinte e dois estados registraram variações positivas e apenas cinco quedas. O Ceará, apesar do movimento de recuperação, não ficou novamente bem colocado, tendo registrado o décimo oitavo maior crescimento do país (Tabela 8.2).

8.4 Análise do Comércio Varejista por Atividades

Após conhecer as variações das vendas do varejo comum e ampliado para o Brasil e todos os estados, faz-se necessário saber como se comportou desagregadamente cada atividade que compõe o setor do varejo nacional e cearense.

Os efeitos da crise macroeconômica sobre as atividades do varejo nacional foram observados principalmente a partir do ano de 2015, quando apenas uma atividade registrou crescimento (Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos), bem diferente do observado no ano de 2013 que teve doze atividades apresentando crescimento e 2014 com oito atividades registrando crescimento. Em 2016, a crise chegou a tal ponto que todas as atividades que formam o varejo nacional apresentaram queda. O ano de 2017 registrou uma nítida recuperação quando um total de dez atividades passou a registrar crescimento (Tabela 8.3).

O varejo cearense também sentiu bastante os efeitos da crise. Em 2015, apenas três atividades registraram crescimento, bem diferente de 2014, quando onze atividades haviam registrado crescimento. Todavia, em 2016, auge da crise econômica, todas as atividades, a semelhança do ocorrido no país, registraram queda. Em 2017, também foi observado recuperação nas vendas do varejo local, em número de atividades levemente inferior num total de seis (Tabela 8.3).

As maiores taxas de crescimento foram observadas nas vendas das atividades de materiais de construção (+17,7%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+15,4%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+12,9%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (9,5%), Veículos, motocicletas, partes e peças (+7,2%) e Eletrodomésticos (+2,5%) (Tabela 8.3).

Destacam-se os setores que registraram desempenho superior ao nacional no ano de 2017, a saber, Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+18,5 p.p.); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+10,4 p.p.); Material de construção (+8,5 p.p.); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+7,4 p.p.) e Veículos, motocicletas, partes e peças (+4,5 p.p.) (Tabela 8.3).

Tabela 8.3: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista por atividades – Brasil e Ceará – 2013 a 2017

Atividades	Brasil					Ceará				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
Material de construção	6,9	0,0	-8,4	-10,7	9,2	3,5	7,8	-6,4	-21,4	17,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,9	-1,7	-1,8	-12,3	-3,1	-0,2	3,9	-25,1	-10,9	15,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,1	9,0	3,0	-2,1	2,5	17,1	4,4	6,1	-5,2	12,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,3	7,9	-1,3	-9,5	2,1	3,1	15,3	0,4	-11,6	9,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	1,5	-9,4	-17,8	-14,0	2,7	-8,1	-0,3	-18,2	-16,7	7,2
Eletrodomésticos	8,6	0,9	-13,0	-12,8	11,6	-3,6	5,8	-12,5	-28,2	2,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9	1,3	-2,5	-3,1	1,5	-0,4	2,0	-5,2	-3,1	-0,4
Tecidos, vestuário e calçados	3,4	-1,1	-8,6	-10,9	7,6	6,3	9,4	2,1	-3,3	-2,8
Hipermercados e supermercados	1,9	1,3	-2,6	-3,1	1,9	-0,5	2,4	-4,7	-2,8	-6,9
Móveis e eletrodomésticos	4,9	0,6	-14,1	-12,6	9,5	5,9	6,7	-10,8	-17,7	-10,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	2,6	-7,7	-10,9	-16,1	-4,1	-1,5	-8,4	-11,7	-21,6	-15,1
Combustíveis e lubrificantes	6,3	2,6	-6,1	-9,2	-3,3	12,2	9,8	-4,4	-4,6	-24,3
Móveis	-1,6	0,5	-16,5	-12,1	1,4	23,9	7,8	-8,0	-1,9	-27,1

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado pelo Ceará em 2017.

9 COMÉRCIO EXTERIOR

Ana Cristina Lima Maia²⁰

9.1 Balança Comercial

A Balança Comercial do Estado do Ceará nos anos de 2013 a 2017 apresentou saldo deficitário. O maior déficit nesse período foi registrado em 2016 (US\$ 2,1 bilhões). O ano de 2017 apresentou o melhor desempenho da balança comercial cearense na série analisada, embora ainda com saldo negativo de US\$ 138,6 milhões, sendo esse valor o menor dos últimos dez anos. O bom desempenho da balança comercial do Ceará em 2017 foi resultado do valor recorde exportado, que atingiu o montante de US\$ 2,1 bilhões, e pelo valor de US\$ 2,2 bilhões das importações cearenses. O grande valor exportado em 2017 pelo Ceará foi explicado principalmente pelas exportações da Companhia Siderúrgica do Pecém, que começou a exportar em junho de 2016, sendo então o ano de 2017 o primeiro a contabilizar as exportações em todo o ano.

A balança comercial da região Nordeste registrou déficit em todos os anos entre 2013 e 2017, tendo este último ano registrado o menor saldo negativo (-2.647 milhões). As exportações nordestinas em 2017 foram de US\$ 16,7 bilhões, revelando uma queda de 2,91% em relação às exportações de 2013 (US\$ 17,2 bilhões), enquanto que as importações atingiram o montante de US\$ 19,4 bilhões, 29,78% menor que o registrado em 2013 (US\$ 27,6 bilhões).

A balança comercial brasileira apresentou saldo positivo nos anos de 2013 a 2017, com exceção de 2014. O ano de 2017 apresentou o melhor desempenho da série com saldo positivo de aproximadamente US\$ 67 bilhões, valor recorde ao longo de toda a série analisada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Esse valor foi resultado das exportações no valor de US\$ 217,7 bilhões e importações de US\$ 150,7 bilhões.

O Brasil, assim como o Nordeste e o Ceará tiveram queda em sua corrente de comércio, que leva em conta a composição das exportações e importações. Para o Nordeste e o Brasil verificou-se que houve queda tanto das exportações como das importações em 2017 comparado com 2013, enquanto que para o Ceará houve queda das importações, mas crescimento nas exportações.

Tabela 9.1: Balança Comercial – CE/NE/BR – 2013 – 2017(*)

Descrição	2013			2017		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	1.420	17.262	241.968	2.102	16.759	217.739
Importação	3.307	27.637	239.681	2.241	19.406	150.749
Saldo	-1.887	-10.376	2.286	-139	-2.647	66.990
Corrente de Comércio	4.726	44.899	481.649	4.343	36.166	368.489

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE. (*) Valores em US\$ 1.000.000 FOB.

Ao longo do período de 2013 a 2017 o Ceará apresentou uma taxa média de crescimento de 8,17% nas exportações, registrando um desempenho melhor do que o verificado na região Nordeste e Brasil, que apresentaram taxas médias de crescimento negativas de -0,59% e -2,09%, respectivamente. Tem-se em comum que a taxa média de crescimento das importações foi negativa para o Ceará (-7,49%), Nordeste (-6,83%) e Brasil (-8,86). Desse modo, a Corrente de Comércio Cearense foi a que obteve a melhor taxa

²⁰ Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

média (-1,68), embora negativa, seguida da corrente comercial nordestina (-4,23%) e da brasileira (-5,22%) (Tabela 6.2).

Tabela 9.2: Taxa média de Crescimento da Balança Comercial – CE/NE/BR – 2013 – 2017

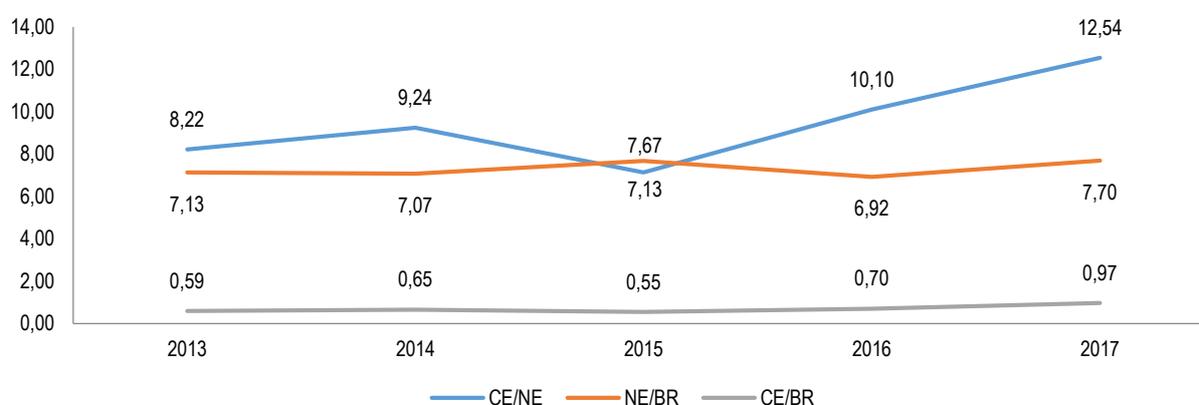
Descrição	Crescimento (%) 2013-2017		
	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	8,17	-0,59	-2,09
Importação	-7,49	-6,83	-8,86
Saldo	-40,67	-23,91	96,51
Corrente de Comércio	-1,68	-4,23	-5,22

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Em 2013, o Ceará foi o 15º estado que mais exportou no Brasil, participando com 0,59% da pauta exportadora do país. No ano de 2014 apresentou crescimento em sua participação (0,65%), caindo para 0,55%, em 2015 e aumentando para 0,70%, em 2016. No ano de 2017 a participação cearense continuou a trajetória de crescimento apresentada no ano anterior, atingindo o valor de 0,97%, tornando-se o 14º maior estado exportador do Brasil (Gráfico 9.1).

Com relação à participação das exportações cearenses na pauta da região Nordeste observou-se crescimento em quase todos os anos do período analisado. Em 2013, o Ceará era o 4º maior exportador da região do Nordeste, participando com 8,22%, em 2017 o estado continuou em 4º lugar, mas com uma participação maior (12,54%).

Gráfico 9.1: Evolução da Participação (%) das Exportações – CE/NE/BR – 2013 – 2017



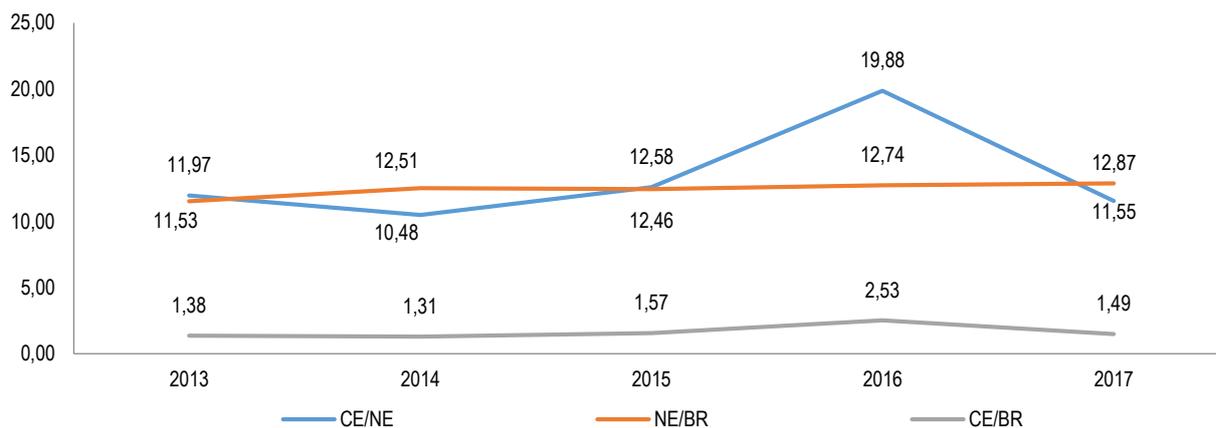
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

As importações cearenses também apresentaram ganho de participação em relação às importações brasileiras, conforme apresentado no Gráfico 6.2. Em 2013 a participação era de 1,38%, em 2017 esse valor passou para 1,49%.

Em relação à participação das importações cearenses no Nordeste, verificou-se uma pequena queda de participação, passando de 11,97%, em 2013, para 11,55%, em 2017. Portanto, o Ceará em ambos os anos foi o 4º maior importador da região Nordeste.

Em 2016 as importações cearenses atingiram sua maior participação tanto na pauta importadora da região Nordeste (19,88%) quanto na pauta brasileira (2,53%), o comportamento atípico das importações cearenses em 2016 é explicado pelo grande valor importado de máquinas e equipamentos voltados para a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

Gráfico 9.2: Evolução da Participação das Importações – CE/NE/BR – 2013 – 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

9.2 Exportações por Produtos

O início das atividades exportadoras da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), em 2016, teve grande impacto no perfil das exportações cearenses. Em 2017 os Produtos Metalúrgicos aparecem como o principal grupo exportado pelo Ceará, com o valor recorde de mais de US\$ 1 bilhão, respondendo por 51,12% da pauta do estado, vale ressaltar que em 2013 a participação desse segmento era de apenas 1,41%.

O grupo Calçados foi o segundo mais exportado em 2017, com valor de US\$ 312,9 milhões e participação de 14,88%. Em 2013 o grupo era o principal produto da pauta cearense e respondia por 22,90% do total exportado. Na comparação entre os dois anos observou-se uma queda no valor exportado de 3,80%.

Couros e Peles ocupou o terceiro lugar no *ranking* dos principais produtos exportados pelo Ceará, registrando o valor de US\$ 122,6 milhões em 2017, representando 5,84% de tudo que o estado exportou nesse ano. O valor das exportações de couros e peles apresentou queda de 36,84% em 2017, quando comparado a 2013.

A Castanha de caju foi o quarto produto mais exportado pelo Ceará em 2017 (US\$ 91,6 milhões), com participação de 4,36% da pauta exportadora do estado. As vendas externas de castanha de caju registram acentuada queda em 2017, em comparação com o ano de 2013, a retração foi de 16,47%. A produção de castanha de caju do Ceará foi fortemente afetada pelo período de seca que atinge o estado desde 2012, causando baixa produtividade e redução de área colhida. Dessa forma, observou-se que o Ceará precisou importar castanha de caju de outros países.

As exportações cearenses de produtos de Alimentos e Bebidas vêm crescendo nos últimos anos, ampliando o mercado externo, em 2017 houve um crescimento de 23,34% nas exportações do setor, comparado ao ano de 2013, embora tenha apresentado redução na participação do total exportado pelo estado. Dessa forma, o valor exportado desse segmento em 2017 foi de US\$ 90,4 milhões, influenciado principalmente pelas vendas de sucos e água de coco.

A exportação de frutas foi registrada elevada queda em 2017, comparado com 2013. Essa redução deve-se a crise hídrica enfrentada pelo Ceará, visto que a produção de frutas apresentou grande redução, principalmente melão. Dessa forma, a participação das exportações de frutas passou de 8,24%, em 2013, para 3,47%, em 2017.

Os dez principais produtos exportados pelo Ceará em 2017 responderam por 91,78% de tudo que o estado exportou. Em 2013 essa participação era de 72,62%, demonstrando uma grande concentração na cesta de produtos exportados. A pauta de exportação do Ceará ficou mais concentrada em decorrência dos produtos metalúrgicos, que sozinhos respondem por mais de 50% da pauta.

Tabela 9.3: Principais Produtos Exportados pelo Ceará – 2013 – 2017(*)

Principais produtos	2013		2017		Var % (2017/2013)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Produtos Metalúrgicos	20.022.503	1,41	1.074.613.887	51,12	5267,03
Calçados e suas partes	325.065.936	22,90	312.700.706	14,88	-3,80
Couros e Peles	194.232.187	13,68	122.673.077	5,84	-36,84
Castanha de caju,	109.696.297	7,73	91.626.269	4,36	-16,47
Produtos Ind. de Alim. e Beb.	73.304.079	5,16	90.410.713	4,30	23,34
Frutas (Exceto Castanha de caju)	117.038.556	8,24	73.016.702	3,47	-37,61
Ceras Vegetais	53.029.585	3,74	56.014.182	2,66	5,63
Lagosta	42.070.296	2,96	43.383.085	2,06	3,12
Têxteis	57.602.504	4,06	37.870.362	1,80	-34,26
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	38.936.293	2,74	27.128.100	1,29	-30,33
Demais produtos	388.548.610	27,37	172.700.249	8,22	-5,092
Ceará	1.419.546.846	100,00	2.102.137.332	100,00	48,09

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

9.3 Exportações por Países de Destino

Os Estados Unidos mantém a liderança dos destinos das exportações cearenses no período de 2013 a 2017. O valor exportado em 2017 foi de US\$ 421,2 milhões, representando um quinto de tudo que o estado exportou nesse ano. Quando comparado com 2013, verificou-se que crescimento de 62,41%, influenciado principais pelas vendas de *Ferro fundido, ferro e aço; Calçados; e Frutas*.

O México foi segundo maior destino das exportações cearenses em 2017, respondendo por 12,97% da pauta exportadora do estado. Em 2013, a participação do país representava menos de 2%. Houve um crescimento de 864,29% na comparação de 2013 e 2017. A comercialização com esse país concentrou-se principalmente nos produtos *Ferro fundido, ferro e aço; Peles, exceto as peles com pelo, e couros; Frutas; cascas de frutos cítricos e de melões; Calçados, polainas e artefatos semelhantes; e Algodão*.

Tabela 9.4: Principais Destinos das Exportações do Ceará – 2013 – 2017 (*)

Principais países	2013		2017		Var % (2017/2013)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Estados Unidos	259.357.378	18,27	421.220.486	20,04	62,41
México	28.282.741	1,99	272.727.623	12,97	864,29
Turquia	778.118	0,05	187.992.698	8,94	24059,92
Argentina	101.912.535	7,18	124.042.659	5,90	21,71
Itália	51.201.705	3,61	100.532.258	4,78	96,35
Coreia do Sul	2.157.394	0,15	94.173.717	4,48	4265,16
Alemanha	61.160.510	4,31	66.989.308	3,19	9,53
Hungria	48.087.775	3,39	64.501.061	3,07	34,13
Reino Unido	49.816.258	3,51	59.490.824	2,83	19,42
Países Baixos (Holanda)	133.323.104	9,39	56.281.191	2,68	-57,79
Demais países	683.469.328	48,15	654.185.507	31,12	-4,28
Ceará	1.419.546.846	100,00	2.102.137.332	100,00	48,09

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

A Turquia foi o terceiro maior destino das exportações cearenses, participando com 8,94% das exportações do estado, em 2013 o país participava com apenas 0,05%. O ganho de representatividade desse país no destino das exportações cearenses é explicado pelas vendas de produtos metalúrgicos, realizada pela CSP.

Assim, o principal produto destinado para o país foi *Ferro fundido, ferro e aço*; seguido de *Calçados, Vidro e suas obras*; e *Ceras Vegetais*.

Nos anos de 2013 e 2017 observou-se forte mudança na pauta para onde se destinaram os produtos cearenses. Juntos, Turquia, Coreia do Sul e México respondiam por 2,19% das exportações cearenses em 2013; em 2017 esses três países representaram 26,39% de tudo que foi exportado pelo estado.

Hungria, Reino Unido, Itália, Alemanha e Argentina apresentaram perda de participação na pauta exportadora cearense na comparação entre 2013 e 2017, no entanto, todos apresentaram crescimento no período.

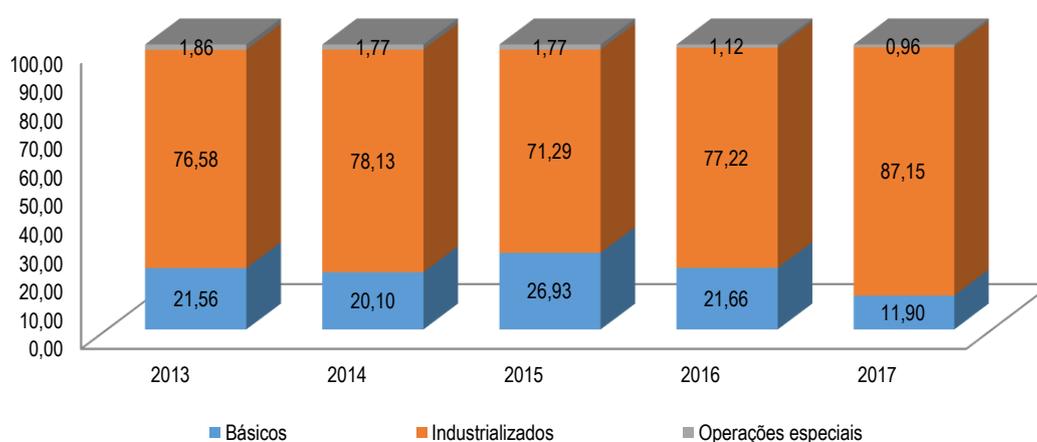
Dos dez principais destinos dos produtos cearenses, apenas a Holanda apresentou queda do valor exportado (-57,79%) entre 2013 e 2017. O principal produto destinado ao país em 2017 foi *Frutas* (76,77%), na comparação entre 2013 e 2017 houve uma queda de 41,38% na exportação do produto para o país.

9.4 Exportações por Fator Agregado

Em 2013, as exportações cearenses de produtos industrializados representaram 76,58% do total da pauta de exportações, já em 2017 houve um incremento nas exportações de produtos industrializados, ampliando a participação para 87,15% do total exportado. O valor dos produtos industrializados exportados pelo Ceará cresceu 68,52% na comparação de 2013 e 2017.

Com relação às exportações cearenses de produtos básicos, observou-se uma queda na participação de 2013 para 2017, passando de 21,56% de participação para 11,90%. A queda no valor exportado foi de 18,29% no período analisado (Gráfico 9.3).

Gráfico 9.3: Exportações por Fator Agregado – Ceará – 2013 – 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

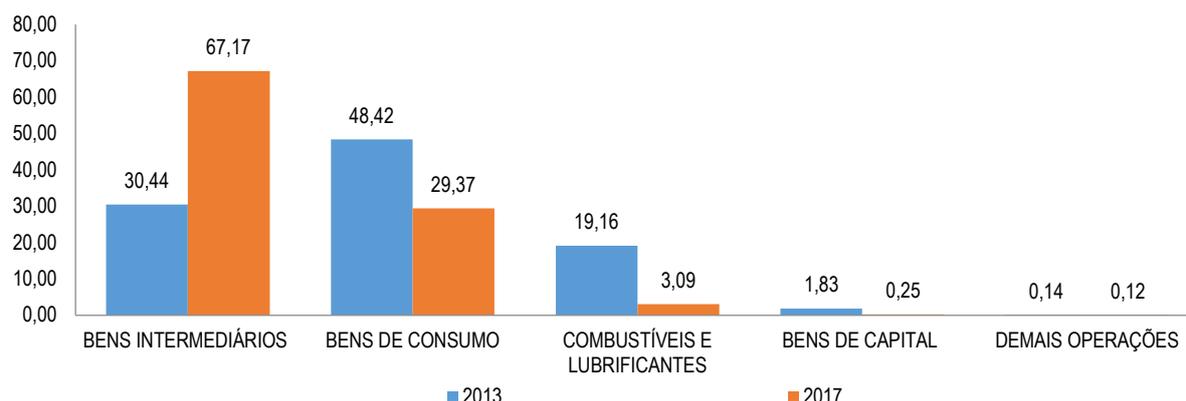
9.5 Exportações por Setores de Contas Nacionais

Em 2013, os Bens de Consumo foram os produtos predominantes nas exportações cearenses, participando com 48,42% da pauta exportadora. Em 2017 verificou-se perda de participação do setor que passou a responder por 29,37% da pauta cearense.

Em 2017, os Bens Intermediários passaram a serem os principais produtos exportados pelo Ceará, participando com 67,17% de tudo que foi exportado pelo estado no ano. Em 2013 a participação do setor era de 30,44%.

Os setores de Combustíveis e lubrificantes e Bens de Capital no Ceará tiveram uma queda de participação no total das exportações, passando de 19,16% e 1,83% em 2013, para 3,09% e 0,25% em 2017, respectivamente (Gráfico 9.4).

Gráfico 9.4: Exportações por Setores de Contas Nacionais – Ceará – 2013 – 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE

9.6 Importações por Produtos

Em 2017, o grupo de Combustíveis Minerais liderou a pauta de importação cearense, com valor de US\$ 867 milhões, respondendo por 38,69% do total importado pelo estado. Comparando com o ano de 2013, as importações do grupo aumentaram 12,73%. Os principais produtos importados pelo grupo foram *Hulha betuminosa* (tipo de carvão mineral) e *Gás natural liquefeito* (GNL). Esses produtos são utilizados como insumo para a CSP e para a Termelétrica do Pecém.

Os Produtos da Indústria Química foram o segundo maior grupo importado em 2017, com participação de 9,72% (US\$ 217,7 milhões), registrando uma queda nas importações de 11,51% em relação a 2013. Destacando-se *Glifosato* e *sal de monoisopropilamina*; e *outros pesticidas voltados para o cultivo agrícola*.

Em 2017, o grupo de Cereais ocupou o terceiro lugar na pauta de importação cearense, com valor de US\$ 206,8 milhões, com participação de 9,23%. Comparando o ano de 2017 com 2012, as importações desses produtos diminuíram 38,47%.

O grupo de Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes, responderam por 7,93% das importações do estado em 2017, com valor de US\$ 117,7 milhões, houve uma queda de 49,40% das importações desse setor, quando comparado com o ano de 2013.

Tabela 9.5: Principais produtos Importados pelo Ceará – 2013 – 2017(*)

Principais produtos	2013		2017		Var % (2017/2013)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Combustíveis minerais	769.133.481	23,26	867.074.993	38,69	12,73
Produtos Ind. Química	246.060.407	7,44	217.739.812	9,72	-11,51
Cereais	336.169.770	10,17	206.839.518	9,23	-38,47
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes	351.252.244	10,62	177.741.138	7,93	-49,40
Têxteis	169.590.934	5,13	137.915.664	6,15	-18,68
Produtos Metalúrgicos	632.077.154	19,11	128.641.468	5,74	-79,65
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	195.220.321	5,90	107.570.640	4,80	-44,90
Plásticos, Borrachas e suas obras	102.802.784	3,11	89.849.409	4,01	-12,60
Óleos de dendê	69.431.188	2,10	59.144.820	2,64	-14,82
Castanha de caju	26.395.665	0,80	28.371.129	1,27	7,48
Demais países	408.702.056	12,36	219.943.607	9,82	-46,18
Ceará	3.306.836.004	100,00	2.240.832.198	100,00	-32,24

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em 2017, o grupo de Têxteis ocupou o quinto lugar no *ranking* dos produtos importados pelo Ceará, com valor de US\$ 137,9 milhões e participação de 6,15%. Em relação a 2013, observou-se uma queda nas importações do grupo de 18,68%.

Com relação ao crescimento das importações cearenses nos anos de 2013 para 2017, observou-se que dos dez principais produtos importados pelo estado, oito produtos tiveram queda no valor importado, os dois únicos que apresentaram crescimento foram Combustíveis minerais e Castanha de Caju (Tabela 9.5).

9.7 Importações por Países de Origem

Dentre os principais países que o Ceará importou, a China foi o país de onde o estado mais comprou em 2017, com participação de 17,13% do total importado, registrando o valor de US\$ 383,9 milhões. Em 2013, esse país respondia por mais de um quinto das importações cearenses (26,40%). Na comparação entre 2017 e 2013, houve uma queda de 56,02% das importações provenientes desse país. Os principais produtos importados desse país são: *Produtos químicos orgânicos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Ferro fundido, ferro e aço; e Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.*

Os Estados Unidos foi o segundo país de onde o estado mais importou em 2017, o país participava com 12,71% do total importado pelo Ceará em 2013, e em 2017 a participação foi de 14,36%. Ainda assim verificou-se uma redução no valor importado, quando em 2013 correspondeu a US\$ 420,3 milhões e em 2017 o valor foi de US\$ 321,7 milhões, uma queda de 23,47% em cinco anos.

Tabela 9.6: Principais Origens das Importações do Ceará – 2013 – 2017(*)

Principais países	2013		2017		Var % (2017/2013)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
China	873.040.524	26,40	383.944.259	17,13	-56,02
Estados Unidos	420.354.020	12,71	321.682.895	14,36	-23,47
Colômbia	91.139.042	2,76	250.418.971	11,18	174,77
Argentina	191.070.469	5,78	199.891.571	8,92	4,62
Austrália	9.673.099	0,29	164.646.614	7,35	1602,11
Nigéria	0	0,00	140.560.916	6,27	-
Alemanha	151.190.855	4,57	86.388.885	3,86	-42,86
Índia	60.176.297	1,82	64.047.428	2,86	6,43
Moçambique	0	0,00	63.351.673	2,83	-
Angola	0	0,00	52.561.792	2,35	-
Demais países	1.510.191.698	45,67	513.337.194	22,91	-66,01
Ceará	3.306.836.004	100,00	2.240.832.198	100,00	-32,24

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

A Colômbia foi o terceiro país que mais vendeu para o Ceará em 2017, atingindo o montante de US\$ 250,4 milhões, e participação de 11,18% do total importado, em 2013, o país participava com apenas 2,16% da pauta importadora do estado. Na comparação entre 2017 e 2013, houve um crescimento de 174,77% das importações provenientes desse país. Os principais produtos oriundos desse país foram: *Combustíveis minerais; Óleos de dendê; Filamentos sintéticos ou artificiais; e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes.*

A Argentina foi o quinto país do qual o Ceará mais importou em 2017 (US\$ 199,8 milhões), respondendo por 8,92% das importações do estado, em 2013 o país participava com 5,78%. A variação do valor importado foi de 4,62%, com destaque para o aumento das importações de *trigo* e *Milho*.

Dos principais fornecedores para o estado, a Austrália foi o que apresentou maior crescimento em 2017, comparado com 2013. O país participou com 7,35% das importações cearenses, os principais produtos oriundos desse país foram *Combustíveis minerais* e *Produtos da indústria química*.

Nigéria, Moçambique e Angola não forneciam nenhum produto para o Ceará em 2013, mas em 2017 estão entre os principais fornecedores e juntos respondem por 11,45% da pauta importadora do estado. Desses países são adquiridos unicamente Combustíveis Minerais.

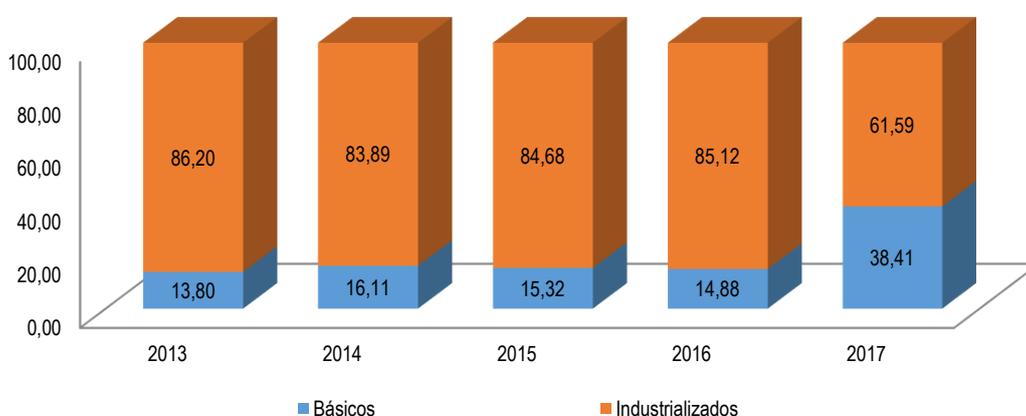
As importações cearenses caíram 32,24% em cinco anos. Em 2013, os dez principais países de onde o Ceará mais importou participaram com 54,33% do total importado, em 2017, participaram com 77,09%, ficando mais concentrado (Tabela 9.6).

9.8 Importações por Fator Agregado

Em 2013, as importações do Ceará de produtos industrializados representaram 86,2%, do total das importações, já em 2017, houve um decréscimo nas importações de produtos industrializados, passando para 61,59% do total importado. Em 2017 houve uma queda de 51,58% das importações de produtos industrializados quando comparado com 2013.

Com relação às importações cearenses de produtos básicos, verificou-se um aumento de participação de 2013 para 2017, passando de 13,80% para 38,41%. O crescimento das importações de produtos básicos foi de 88,63% quando comparado 2017 e 2013.

Gráfico 9.5: Importações por Fator Agregado – Ceará – 2013 – 2017



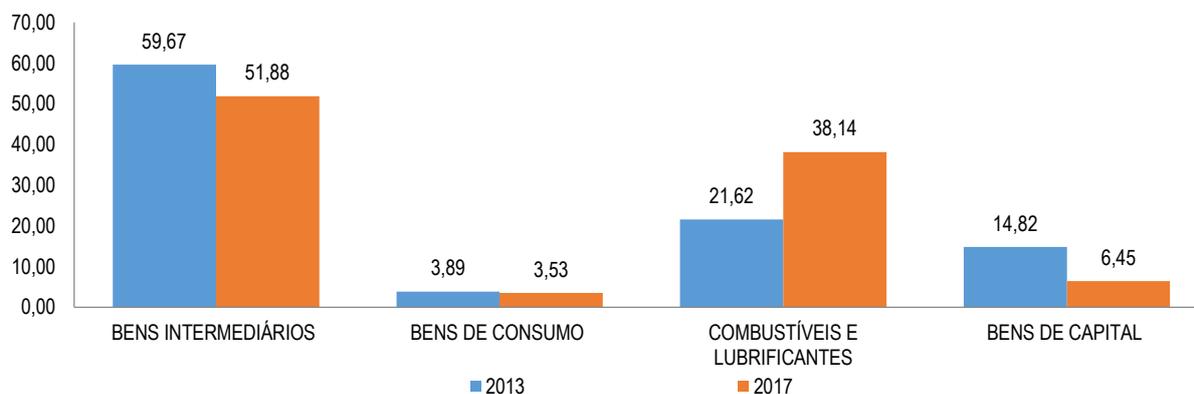
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

9.9 Importações por Setores de Contas Nacionais

Na análise das importações quanto aos setores das contas nacionais, os Bens Intermediários foram os que tiveram maior participação em 2013 (59,67%), Combustíveis e lubrificantes participaram com 21,62%, Bens de capital representaram 14,82%, e Bens de consumo 3,89%.

Em 2017, o Ceará importou mais Bens Intermediários (51,88%), embora a participação tenha sido inferior a registrada em 2013. Combustíveis e lubrificantes registraram 38,14% de participação, superior à participação em 2013. Também se verificou diminuições de participações nas importações de Bens de Capital e Bens de Consumo (Gráfico 9.6).

Gráfico 9.6: Importações por Setores de Contas Nacionais – Ceará – 2013 – 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

10 MERCADO DE TRABALHO

Daniel Suliano²¹

10.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução do Mercado de Trabalho do Estado do Ceará a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD Contínua acompanha as flutuações trimestrais e a evolução da Força de Trabalho do país no curto, médio e longo prazo fazendo parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares que visa executar e analisar a disseminação dos resultados de diversas pesquisas de forma coordenada.

Adicionalmente, a pesquisa atende as recomendações metodológicas e conceituais da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC) e da Organização Internacional do trabalho (OIT) de forma a atender estatísticas de âmbito conjuntural relativo à Força de Trabalho do país e das unidades federativas.

A PNAD Contínua iniciou-se em 2012 em substituição a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) concernente às estatísticas do mercado de trabalho. Ao substituir a PME e a PNAD, a PNAD Contínua ampliou os resultados das duas pesquisas na medida em que abrange todo o território nacional e disponibiliza informações periódicas.

Além de informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico, a produção de estatísticas de natureza econômica, social e demográfica permite uma melhor formulação de gestão e políticas públicas do país ao permitir uma investigação contínua dos indicadores conjunturais de trabalho e rendimento.

IBGE (2018c) ressalta que as informações sobre a Força de Trabalho são captadas através de um conjunto de perguntas conjunturais em todas as entrevistas do domicílio divulgadas trimestralmente e um conjunto de pesquisas adicionais divulgadas anualmente.

10.2 Aspectos Conjunturais do Mercado de Trabalho Nacional

O Gráfico 10.1 a seguir apresenta a evolução da Taxa de Desocupação (TD) do Brasil com base nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego a partir do ano de 2003, o que permite analisar a pressão no Mercado de Trabalho nacional ao longo da década de 2000 e sua transição para a década atual, onde se inicia a PNAD Contínua.

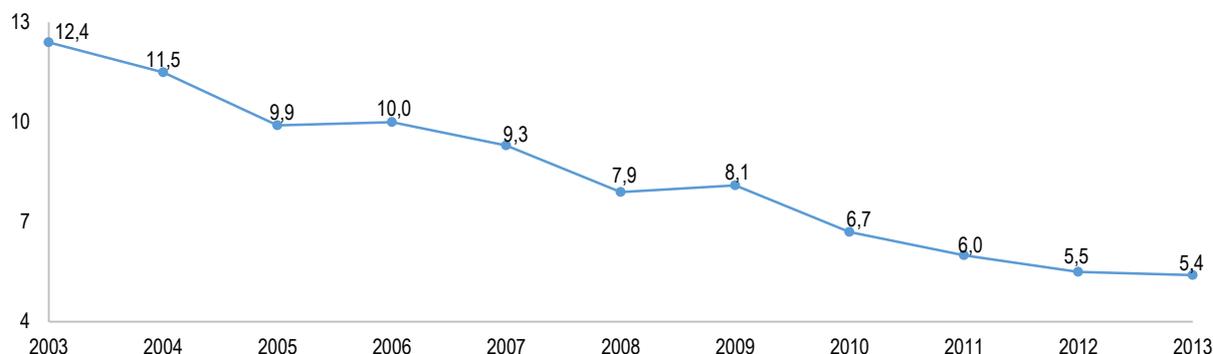
Pode-se destacar duas características do Mercado de Trabalho nacional de 2003 até 2013. Em primeiro lugar, é claro o ciclo de expansão da economia brasileira que ocorreu durante este período implicando em absorção de mão-de-obra na atividade produtiva e, por conseguinte, queda na Taxa de Desocupação.

Nesse contexto, a Taxa de Desocupação salta de um patamar de 12,4% em 2003 e atinge, em 2013, uma mínima de 5,4% em 2013, condizente, portanto, com os dados da PNAD Contínua (ver Gráfico 10.6 a seguir). Quando a Taxa de Desemprego chega a um valor mínimo da série histórica a economia tende a atingir o regime de pleno emprego. De fato, de acordo com Giambiagi e Schwartzman (2014) os dados da PME para este período revelaram que o país atingia a mínima histórica, não obstante salários estivessem crescendo acima da produtividade e aumento na demanda agregada acima da capacidade de oferta da economia.

²¹ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Estimativas de Castro Souza (2013) também revelaram que após a extraordinária taxa de crescimento do PIB em 2010 a economia brasileira começava a operar próximo ao PIB potencial com elevada demanda por trabalhadores e pressão nos salários.

Gráfico 10.1: Evolução da Taxa de Desocupação – 2003/2013 – Brasil



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: IPECE.

10.3 Movimento da Dinâmica Demográfica e da Oferta de Trabalho

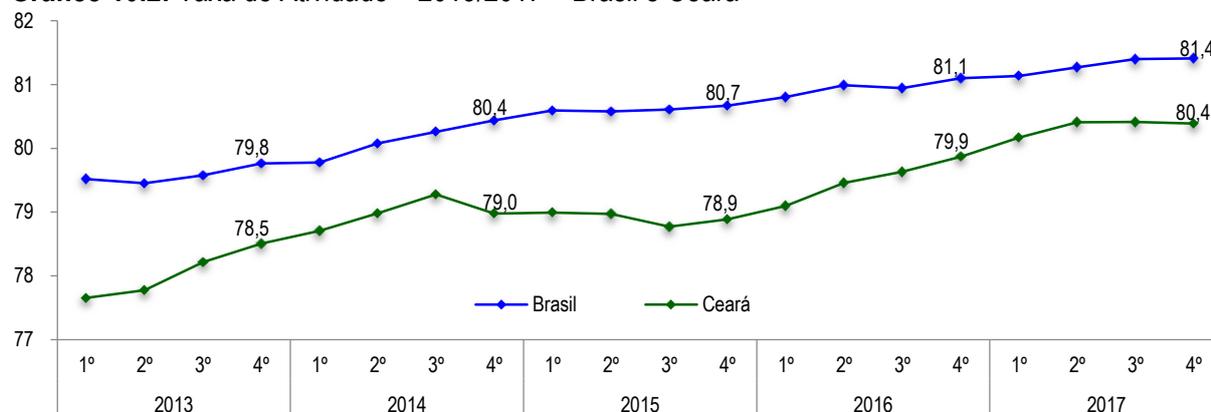
Como visto acima, o período de análise inicia-se em um cenário de forte pressão do Mercado de Trabalho, com desemprego próximo a sua taxa natural. Adicionalmente, conforme os dados do Gráfico 10.2 a seguir variáveis de dimensão demográfica exercem impacto direto na Oferta Potencial de Trabalho da economia.

A Oferta Potencial de Trabalho (PIT/POP), também denominada de Taxa de Atividade, é dada pela relação entre a População em Idade de Trabalho (PIT) e a População Total (POP).

Quando a População em Idade de Trabalho (PIT) expande-se mais velozmente que a População Total (POP) há uma maior contingente da população em idade produtiva na estrutura etária da população, criando maiores condições para o crescimento econômico. Assim, a Taxa de Atividade pode ser afetada tanto pela População em Idade de Trabalho (PIT) como pela População Total (POP).

Pode-se destacar que a Taxa de Atividade do Brasil e do Ceará tem apresentado uma tendência crescente neste período de quatro anos em razão do bônus demográfico. De forma mais específica, do quarto trimestre de 2013 ao último trimestre de 2017 a Taxa de Atividade do Ceará evoluiu de 78,5% para 80,4%, enquanto que nesse mesmo período no Brasil saiu de 79,8% para 81,4% – crescimento de 1,9 pontos percentuais (p.p.) e 1,6 pontos percentuais (p.p.), respectivamente.

Gráfico 10.2: Taxa de Atividade – 2013/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Finalmente, também é possível observar que a Oferta Potencial de Trabalho do Brasil é maior que a do Ceará em razão da PIT nacional crescer mais que sua POP em termos proporcionais (mais adultos e menos crianças resulta em Oferta de Trabalho maior). No último trimestre de 2017 a Taxa de Atividade do Brasil esteve 1,0 ponto percentual acima que a do Estado do Ceará.

10.4 Evolução da Oferta Efetiva do Trabalho e da Força de Trabalho

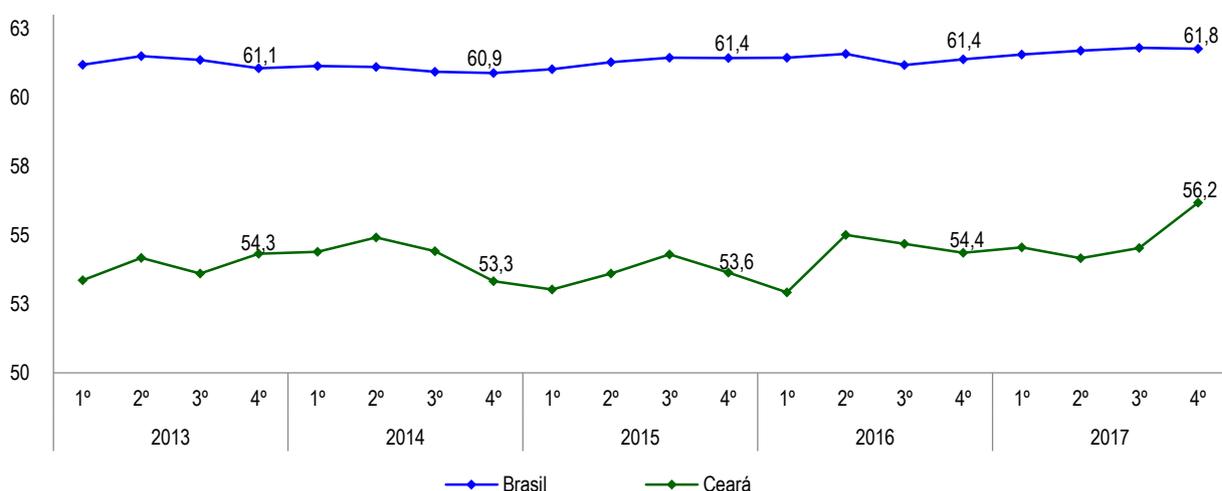
Os resultados elencados acima revelam que a Oferta Potencial de Trabalhadores é resultante de variáveis de cunho demográfica e, portanto, independente da dinâmica do Ciclo de Negócios da economia e das forças de mercado que medem a oferta e a demanda de trabalhadores no Mercado de Trabalho.

No caso da Oferta Efetiva de Trabalho, que mede a relação entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalhar (PIT), as forças que movimentam os determinantes da oferta e demanda de trabalho impactam diretamente no indicador. A Oferta Efetiva de Trabalho é denominada de Taxa de Participação (TP). Um olhar mais atento sob o Gráfico 10.3 permite três considerações.

Em primeiro lugar, observa-se que a Taxa de Participação do Brasil tem apresentado variações marginais ao longo da série histórica. De forma mais específica, no último trimestre de 2013 ao último trimestre de 2017 sua variação saltou de 61,1% para 61,8%, ou seja, crescimento de apenas 0,7 ponto percentual.

No caso do Ceará, as oscilações foram mais intensas saltando de 54,3% no quarto trimestre de 2013 para 56,2% no quarto trimestre de 2017, com variação de quase 2 pontos percentuais neste período além de neste último período ter atingindo a máxima nestes quatro anos.

Gráfico 10.3: Evolução da Taxa de Participação – 2013/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Além disso, é observada a existência de um *gap* entre Taxa de Participação do Brasil e a Taxa de Participação do Ceará. No final de 2017, essa diferença era de 5,6 pontos percentuais, muito embora tenha chegado a ser de 6,8 pontos percentuais no último trimestre de 2013.

Parte dessa diferença entre a Taxa de Participação nacional e a Taxa de Participação do Estado do Ceará ocorre por conta do Bônus Demográfico. Por sua vez, o movimento da Força de Trabalho que explica a diferença restante pode ser relacionado por questões relacionadas às especificidades do Mercado de Trabalho cearense.

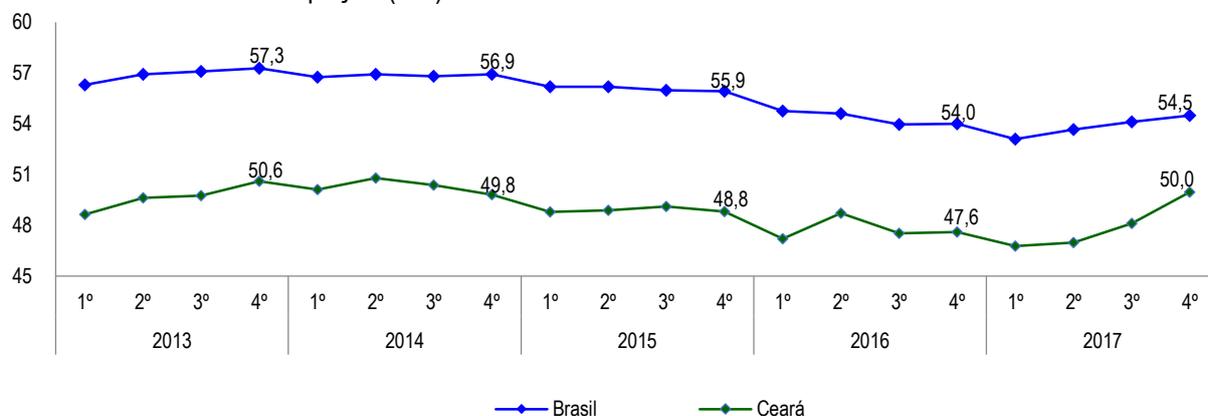
De fato, benefícios assistenciais e previdenciários aliados a um menor custo de vida local pode estimular trabalhadores a deixar a Força de Trabalho contribuindo para uma menor Taxa de Participação no estado com relação ao país. Adicionalmente, algumas pessoas podem se retirar da Força de Trabalho alocando mais tempo aos estudos ou mesmo algum tipo de treinamento técnico profissional. Neste último caso, esses efeitos não são necessariamente locais, mas também em nível nacional. Por fim, parte da na Força de Trabalho pode está ocupada em subempregos exercendo algum tipo de trabalho precário e não exercendo atividades de busca por emprego sendo, portanto, não classificados dentro da Força de Trabalho.

Dentro desse contexto, em complemento a essa análise, o Gráfico 10.4 apresenta dados da evolução do Nível de Ocupação (NO), enquanto o Gráfico 10.5 a evolução do Nível de Desocupação (ND) para o período de 2013 a 2017.

De acordo com o IBGE (2014b), são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se também como ocupadas aquelas temporariamente afastadas de trabalho remunerado que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais.

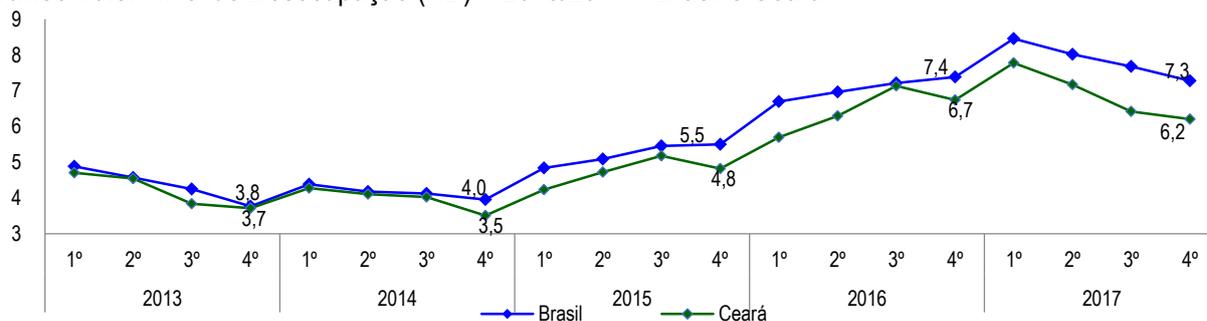
Assim também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses, afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

Gráfico 10.4: Nível de Ocupação (NO) – 2013/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Gráfico 10.5: Nível de Desocupação (ND) – 2013/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, são classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Em primeiro lugar, pode-se observar que a trajetória do Nível de Ocupação e do Nível de Desocupação até 2014 segue uma trajetória semelhante aos dados da PME observado no Gráfico 10.1 revelando, portanto, pressão no Mercado de Trabalho em nível local.

Dito de outra forma, até 2014 houve um aumento do lado da demanda de mão de obra a partir da elevação da ocupação e uma queda da oferta de mão de obra em razão da redução do nível de desocupados. A partir do primeiro trimestre de 2015 o Nível de Desocupação em ambas as áreas geográficas segue uma trajetória de aumento atingindo uma máxima no primeiro trimestre de 2017.

Para o Nível de Ocupação, ao longo de 2015 e 2016 os efeitos de recrudescimento não são tão claros, embora em 2017 sejam observadas elevações paulatinas em todos os quatro trimestres do ano. Como será observado a seguir, quando em 2017, de forma gradual, a economia retoma o crescimento o aumento da demanda de mão de obra a partir da elevação do Nível de Ocupação bem como a redução da oferta de mão de obra em termos de Nível de Desocupação é bem claro em termos de Ciclo Econômico.

10.5 Ciclo de Negócios e Impacto no Desemprego

Os efeitos decorrentes do Ciclo de Negócios pode alterar a Taxa de Participação em razão dos incentivos de busca por emprego. Por exemplo, em um ambiente recessivo trabalhadores podem se inserir na Força de Trabalho como forma de compensar a queda da renda familiar daqueles que perderam emprego, ou, alternativamente, em um Mercado de Trabalho deprimido pode levar desempregados que estão na Força de Trabalho desistir da busca por ocupação se retirando da Força de Trabalho.

Neste primeiro caso, trabalhadores fora do Mercado de Trabalho tendem a ser incorporados na Força de Trabalho seguindo uma tendência contracíclica à medida que eles se deslocam na direção oposta ao Ciclo de Negócios. Esse é o Efeito do trabalhador adicional na Taxa de Participação na Força de Trabalho (*added worker effect*).

É possível também que a Taxa de Participação na Força de Trabalho possa vir a apresentar uma tendência pró-cíclica ao reduzir seu fluxo durante as recessões e aumentar nos momentos de *boom* da economia. Neste caso, como a busca por emprego envolve custos diversos muitos desempregados se retiram da Força de Trabalho esperando o fim da recessão, sendo classificados como trabalhadores em desalento em decorrência das Flutuações Econômicas [Borjas (2012)].

Para captar esse contingente, a PNAD Contínua utiliza o conceito de Fora da Força de Trabalho (FFT) ao se mensurar a Subutilização da Força de Trabalho (*labour underutilization*) a partir de uma melhor estimativa da Demanda por Trabalho em Ocupação (*employment*). A medida de *labour underutilization* capta também o desequilíbrio entre Oferta e Demanda por mão de obra no qual se traduz em necessidades insatisfeitas de ocupação da população.

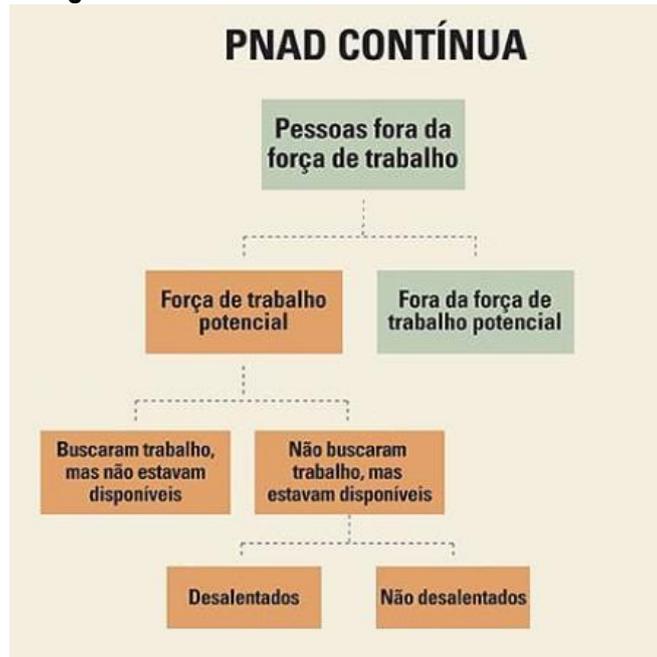
De acordo com IBGE (2016a) este tipo de indicador permite construir um panorama mais amplo e detalhado do impacto das transformações do cenário econômico no Mercado de Trabalho além da melhor compreensão das diferentes fases dos Ciclos de Negócios.

Na medida de Subutilização da Força de Trabalho são identificados três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois já integram a Força de Trabalho: i) os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas e os ii) Desocupados; a eles se somam os que integram a iii) Força de Trabalho Potencial (FTP).

Quanto às pessoas Subocupadas por Insuficiência de Horas Trabalhadas na semana de referência, são aquelas com 14 anos ou mais de idade e que: i) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos; ii) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; iii) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

Por sua vez, aqueles que fazem parte da Força de Trabalho Potencial (FTP) estão Fora da Força de Trabalho (FFT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Assim, as pessoas Fora da Força de Trabalho (FFT) podem ser classificadas como Força de Trabalho Potencial (FTP) ou Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP). A Figura 10.1 detalha melhor estas subdivisões.

Figura 10.1: Subdivisões do Mercado de Trabalho



Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

As pessoas que fazem parte da Força de Trabalho Potencial (FTP) estão fora da Força de Trabalho (FT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Assim, a Força de Trabalho Potencial é formada por pessoas que realizaram busca efetiva de trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência e pelas pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Como observado na Figura 10.1, as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência podem ser divididas entre desalentados e não desalentados.

As pessoas que realizaram busca efetiva de trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência são aquelas que começaram a procurar trabalho para começar num futuro, tais como: i) estudantes que buscam trabalho com a intenção de começar a trabalhar quando terminarem os estudos; ii) pessoas que estão com algum impedimento, como, por exemplo: saúde, gravidez etc.

A partir destas variáveis, pode-se definir um conceito mais abrangente de Força de Trabalho. Denomina-se de Força de Trabalho Ampliada (FTA) aquela que é composta pela Força de Trabalho (FT) e pela Força de Trabalho Potencial (FTP).

Ao combinar todas essas novas variáveis, pode-se definir a Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho, um indicador mais amplo e abrangente da necessidade não satisfeita de trabalho na população. Assim, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho representa o percentual da população com interesse no Mercado de Trabalho, mas que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas. Nesses termos, tem-se:

$$\text{Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho} = \frac{\text{Subocupados por Insuficiência de Horas} + \text{Desocupados} + \text{FTP}}{\text{FT} + \text{FTP} = \text{FTA}}$$

A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho ao incluir os trabalhadores desencorajados permite também mensurar o que a literatura classifica como “Desemprego Oculto”, dando uma maior amplitude do impacto do Desemprego durante as recessões mais severas ao longo das Flutuações Econômicas. De acordo com a OIT, este indicador é recomendado para fornecer um quadro mais completo da Subutilização da Força de Trabalho.

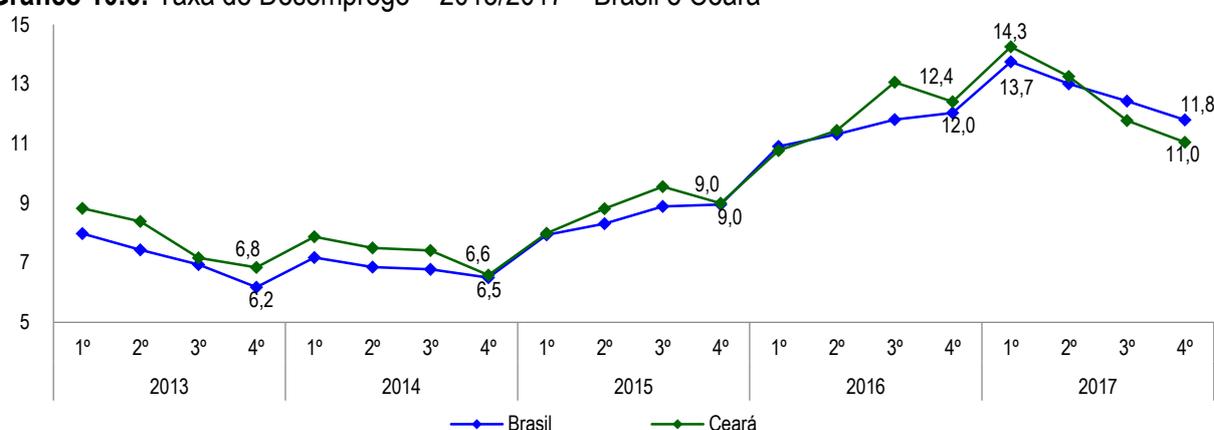
10.6 Evolução do Desemprego

A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho definida na seção anterior é uma medida mais ampla de medida de desocupação. A Taxa de Desocupação (TD), por sua vez, é um indicador que mede diretamente uma pressão sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho e que procuraram trabalho estando disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

De forma mais específica, as pessoas desocupadas são aquelas classificadas sem trabalho na semana de referência e que geram rendimentos para o domicílio, tendo tomado alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho e que iriam começar após a semana de referência.

No Gráfico 10.6 a seguir apresenta a evolução da Taxa de Desocupação para o período de 2013 a 2017 para o estado do Ceará e o Brasil. No Gráfico 10.7, por sua vez, são apresentados os dados da Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho.

Gráfico 10.6: Taxa de Desemprego – 2013/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Conforme o Gráfico 10.6, após atingir níveis históricos baixos na Taxa de Desocupação no quarto trimestre de 2014, ocorre um recrudescimento a partir do primeiro trimestre de 2015 até atingir a máxima histórica no primeiro trimestre de 2017 seguindo de quedas subsequentes. Os dados do Gráfico 10.7 para a Subutilização da Força de Trabalho como indicador de desemprego seguem tendência semelhante.

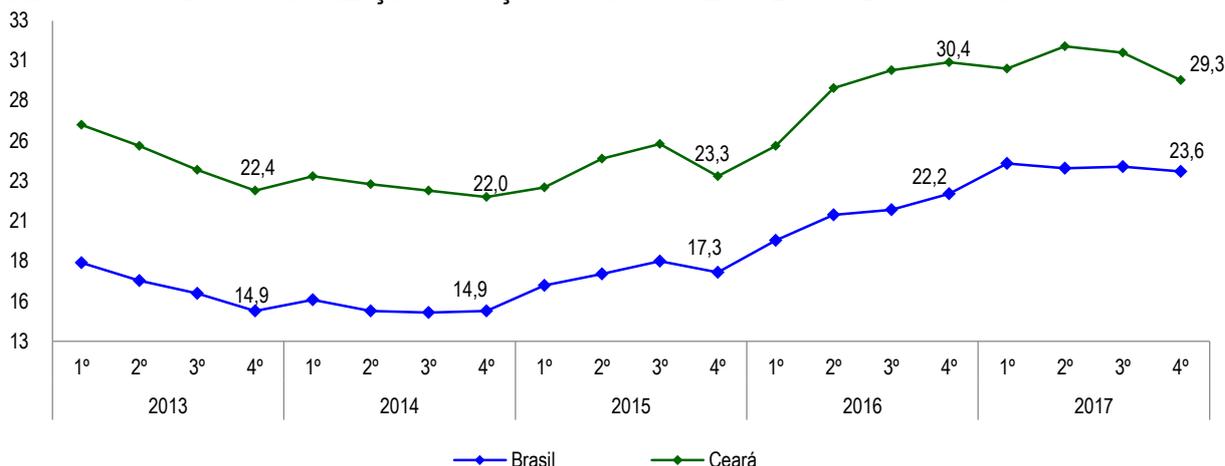
Esses resultados estão condizentes com os Comunicados de agosto de 2015 e outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) no quais identificaram o início e o fim de uma recessão na economia brasileira.

O CODACE é um comitê independente criado em 2008 com a finalidade de determinar uma cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros, estabelecida pela alternância entre datas de picos e vales no nível da atividade econômica. A datação de ciclos vem sendo realizada pelo Comitê com base em estatísticas econômicas expressas em nível, ou seja, cada ponto de máximo local (pico) do ciclo equivale ao final de um período de expansão, que será seguido, no trimestre seguinte, pelo início de uma recessão; cada ponto de mínimo local (vale) equivale ao trimestre final de uma recessão, a ser seguido, no trimestre seguinte, pelo início de uma expansão econômica.

No caso de uma recessão, o Comunicado de agosto de 2015 destaca que o pico representa o fim de uma expansão econômica que duraram 20 trimestres – entre o segundo trimestre de 2009 e o primeiro trimestre de 2014 – sinalizando a entrada do país em uma recessão a partir do segundo trimestre de 2014.

Por sua vez, de acordo com o Comunicado do CODACE de outubro de 2017 ressalta-se a ocorrência de um vale a partir do primeiro trimestre de 2017, representando o fim da recessão que teve duração de 11 trimestres e entrada da economia nacional em um período de expansão.

Gráfico 10.7: Taxa de Subutilização da Força de Trabalho – 2013/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

A defasagem de um ou dois trimestres entre a queda da atividade econômica e a elevação do desemprego ocorre em razão da existência de custos de demissão. Assim sendo, mesmo diante de um quadro recessivo as empresas relutam em demitir, reduzindo, inicialmente, o ritmo de produção ou optando pela suspensão temporária do contrato de trabalho via *lay-off*. Outro motivo é que custa caro treinar novos empregados; por conta disso, as empresas preferem manter os funcionários atuais, em vez de suspender temporariamente o contrato de trabalho, quando o produto está abaixo do normal e pedir a eles que façam horas extras, em vez de contratar trabalhadores quando o produto está acima do normal. Esse tipo de comportamento das empresas é chamado de entesouramento de mão de obra [Blanchard (2011)].

Os dados da Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho também apontam para uma diferença de 8,2 pontos percentuais entre a taxa nacional e a do Ceará. Conforme já destacado acima, existe também um *gap* entre o Nível de Ocupação do Ceará e o Nível de Ocupação do Brasil de 6,4 p.p., o que indica evidências de uma parcela significativa de trabalhadores cearenses com relação ao Brasil de ocupados em trabalho precário.

11 DINÂMICA DOS EMPREGOS FORMAIS

Alexandre Lira Cavalcante²²

11.1 Introdução

A presente seção inicia com uma análise da dinâmica do estoque de empregos formais para o Brasil e para as cinco grandes regiões nacionais no período de 2013 a 2017. Após isso, apresenta-se a evolução do número de vínculos formais para os vinte e sete estados da federação apresentando os estados que detêm os maiores e os menores quantitativos de empregos formais e também aqueles que mais criaram e que mais destruíram vínculos formais de empregos no referido período.

Depois se apresenta a evolução do estoque de empregos formais no estado do Ceará fazendo uma análise desagregada por setores mostrando aqueles que concentram a maior parte dos empregos e aqueles que mais criaram e que mais destruíram vínculos de empregos formais no mesmo período.

Por fim, apresenta-se uma análise regionalizada da dinâmica dos vínculos de empregos formais cearenses distribuídos nas regiões metropolitanas, nas regiões de planejamento e uma lista com os vinte municípios que detêm a maior e a menor quantidade de vínculos formais de trabalho no estado do Ceará no último ano da série.

11.2 Análise dos Empregos Formais no Contexto Nacional

Conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (MTb), o Brasil possuía, no ano de 2013, um estoque de empregos formais de 48.948.433 vínculos. Esse quantitativo aumentou no ano seguinte para 49.571.510 vínculos, ou seja, o maior estoque de empregos formais visto até o momento na economia brasileira. A partir de 2015, em função da crise macroeconômica que se instalara um ano antes, o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou seu primeiro resultado negativo traduzido em perda de 1.510.703 vínculos formais de empregos, ou seja, a primeira retração no estoque de empregos formais do novo milênio.

Esse fato voltou a se repetir em 2016, dado o aprofundamento da crise macroeconômica cujos efeitos foram devastadores sobre o mercado de trabalho nacional, resultando numa nova perda de 2.000.609 vínculos formais de empregos. Sendo assim, os anos de 2015 e 2016 acumularam uma perda de 3.511.312 vínculos formais de empregos, fazendo o mercado de trabalho retroceder para um nível de estoque de empregos formais observado antes de 2011.

Em 2017 observou-se certo alento traduzido em desaceleração e reversão desse quadro de destruição de vagas formais de trabalho, resultando em nova criação de vínculos formais de 221.392 empregos, finalizando a série com um estoque de empregos formais de 46.281.590 vínculos, ainda aquém do nível observado em 2011.

Entre os anos de 2013 e 2017, o país registrou uma queda de 5,4% no estoque total de vínculos formais de empregos, ou seja, uma redução acumulada de 2.666.843 vínculos. Nota-se que todas as regiões registraram queda no estoque formal de empregos no mesmo período, sendo a mais significativa observada na região Sudeste (-1.864.911 vínculos; -7,6%); seguido pelas regiões Nordeste (-383.059 vínculos; -4,3%); Sul (-278.999 vínculos; -3,3%); Norte (-101.625 vínculos; -3,7%) e Centro-Oeste (-38.249 vínculos; -0,9%).

Como resultado, a região Sudeste continuou detendo a maior parte dos empregos formais no país no ano de 2017 com um total de 22.758.090 vínculos, tendo reduzido sua participação de 50,3%, em 2013, para 49,2% em 2017. Todavia todas as demais regiões apresentaram ganhos de participação. A região Nordeste manteve-se na segunda colocação com ganho de participação de 18,2%, em 2013, para 18,5%, em 2017,

²² Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

finalizando a série com 8.543.651 vínculos. A região Sul vem logo em seguida tendo também incrementado sua participação de 17,2%, em 2013, para 17,6%, em 2017, finalizando a série com 8.136.303 vínculos.

O Centro-Oeste também incrementou sua participação de 8,7%, para 9,1%, na mesma comparação finalizando a série com 4.201.923 vínculos. Por fim, têm-se a região Norte que também avançou passando de 5,6% de participação em 2013, para 5,7% em 2017, finalizando a série com 2.641.623 vínculos, ou seja, quase um oitavo do estoque de empregos formais pertencentes a região Sudeste.

Tabela 11.1: Evolução do estoque de empregos formais – Brasil e Regiões – 2013 a 2017

Regiões	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % (2017-2013)	Var. Abs (2017-2013)
Sudeste	24.623.001	24.792.464	23.892.188	22.851.175	22.758.090	-7,6	-1.864.911
Nordeste	8.926.710	9.132.863	8.899.279	8.436.203	8.543.651	-4,3	-383.059
Sul	8.415.302	8.550.246	8.333.045	8.091.911	8.136.303	-3,3	-278.999
Centro-Oeste	4.240.172	4.294.468	4.211.711	4.101.874	4.201.923	-0,9	-38.249
Norte	2.743.248	2.801.469	2.724.584	2.579.035	2.641.623	-3,7	-101.625
Brasil	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	46.281.590	-5,4	-2.666.843

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado por 2017.

Após análise da dinâmica do estoque de vínculos formais por regiões faz-se necessária uma desagregação por estados. Entre os anos de 2013 e 2017, um total de oito estados apresentou crescimento no estoque de empregos formais, enquanto outros dezenove queda. As maiores variações percentuais foram observadas em Tocantins (+9,3%); Roraima (+8,9%); Piauí (+2,1%); Acre (+1,6%); Mato Grosso (+0,9%) para citar as cinco maiores. Por outro lado, as maiores quedas foram observadas nos estados do Rio de Janeiro (-11,8%); Pernambuco (-9,9%); Amazonas (-9,3%); Espírito Santo (-8,4%) e Minas Gerais (-6,8%). O estado do Ceará ficou na décima primeira colocação tendo registrado a terceira menor perda relativa igual a 2,1% no acumulado do período.

Em termos absolutos, os maiores incrementos foram registrados pelos estados de Tocantins (+23.938 vínculos); Piauí (+9.108 vínculos); Roraima (+8.220 vínculos); Mato Grosso (+7.517 vínculos) e Goiás (+6.027 vínculos) também para listar os cinco maiores. Na contramão, as cinco maiores perdas de postos formais de trabalho foram observados nos estados de São Paulo (-896.062 vínculos); Rio de Janeiro (-542.054 vínculos); Minas Gerais (-346.161 vínculos); Rio Grande do Sul (-180.618 vínculos) e Pernambuco (-173.702 vínculos). O estado do Ceará ocupou a décima sexta colocação tendo registrado a oitava menor perda absoluta num total de 30.975 postos formais de trabalho.

Como consequência apenas sete estados perderam participação no estoque total de empregos formais do país na comparação dos anos de 2013 e 2017, Rio de Janeiro (-0,6 p.p.); São Paulo (-0,3 p.p.); Pernambuco (-0,2 p.p.); Minas Gerais (-0,2 p.p.); Espírito Santo (-0,1 p.p.); Amazonas (-0,1 p.p.) e Rio Grande do Sul (-0,03 p.p.). Por outro lado, os maiores ganhos de participação foram observados nos estados Santa Catarina (+0,2 p.p.); Goiás (+0,2 p.p.); Paraná (+0,2 p.p.); Mato Grosso (+0,1 p.p.) e Ceará que apesar de registrar queda no estoque de empregos formais conseguiu ainda também ganhar participação de 0,1 p.p. na comparação dos dois anos.

Sendo assim, os estados que detiveram os maiores quantitativos de vínculos formais de trabalho em 2017, foram: São Paulo (13.128.278 vínculos; 28,4%); Minas Gerais (4.710.919 vínculos; 10,2%); Rio de Janeiro (4.044.736 vínculos; 8,7%); Paraná (3.028.192 vínculos; 6,5%) e Rio Grande do Sul (2.902.373 vínculos; 6,3%). A participação conjunta desses cinco estados era de 61,0%, em 2013, caindo levemente para 60,1%, em 2017.

O primeiro representante do Nordeste é a Bahia que ocupou a sexta colocação com um total de 2.223.775 vínculos e uma participação de 4,8%. O estado do Ceará aparece na décima colocação nacional com um total de 1.464.948 vínculos respondendo por 3,2% do total dos empregos formais do país, ocupando a terceira colocação dentro do Nordeste superado também por Pernambuco que ocupou o oitavo lugar no ranking nacional com 1.584.780 vínculos formais e uma participação de 3,4% do estoque de vínculos formais do país.

Tabela 11.2: Evolução do estoque de empregos formais – Brasil e Estados – 2013 a 2017

Estados	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % (2017-2013)	Var. Abs (2017-2013)
São Paulo	14.024.340	14.111.450	13.697.471	13.194.120	13.128.278	-6,4	-896.062
Minas Gerais	5.057.080	5.071.906	4.821.116	4.628.701	4.710.919	-6,8	-346.161
Rio de Janeiro	4.586.790	4.641.380	4.448.859	4.159.481	4.044.736	-11,8	-542.054
Paraná	3.121.384	3.167.134	3.113.204	3.013.105	3.028.192	-3,0	-93.192
Rio Grande do Sul	3.082.991	3.109.179	3.005.549	2.910.883	2.902.373	-5,9	-180.618
Bahia	2.314.907	2.372.583	2.312.404	2.171.345	2.223.775	-3,9	-91.132
Santa Catarina	2.210.927	2.273.933	2.214.292	2.167.923	2.205.738	-0,2	-5.189
Pernambuco	1.758.482	1.768.543	1.670.335	1.585.654	1.584.780	-9,9	-173.702
Goiás	1.509.395	1.514.532	1.501.397	1.445.943	1.515.422	0,4	6.027
Ceará	1.495.923	1.552.447	1.542.759	1.443.365	1.464.948	-2,1	-30.975
Distrito Federal	1.302.284	1.321.828	1.263.872	1.250.750	1.246.729	-4,3	-55.555
Pará	1.125.536	1.148.221	1.125.629	1.053.271	1.068.818	-5,0	-56.718
Espírito Santo	954.791	967.728	924.742	868.873	874.157	-8,4	-80.634
Mato Grosso	792.868	804.530	800.822	771.627	800.385	0,9	7.517
Maranhão	721.490	738.826	722.866	700.200	713.051	-1,2	-8.439
Mato Grosso do Sul	635.625	653.578	645.620	633.554	639.387	0,6	3.762
Paraíba	659.242	679.180	667.030	634.632	638.270	-3,2	-20.972
Rio Grande do Norte	617.645	632.140	608.866	585.969	588.373	-4,7	-29.272
Amazonas	644.411	642.920	611.161	572.035	584.318	-9,3	-60.093
Alagoas	509.125	514.391	509.275	490.272	486.763	-4,4	-22.362
Piauí	444.121	457.730	460.776	441.693	453.229	2,1	9.108
Sergipe	405.775	417.023	404.968	383.073	390.462	-3,8	-15.313
Rondônia	367.645	374.101	358.661	341.197	347.795	-5,4	-19.850
Tocantins	257.536	275.913	274.645	264.230	281.474	9,3	23.938
Acre	129.232	133.161	136.011	128.137	131.291	1,6	2.059
Amapá	126.731	132.833	121.913	125.591	127.550	0,6	819
Roraima	92.157	94.320	96.564	94.574	100.377	8,9	8.220
Brasil	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	46.281.590	-5,4	-2.666.843

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE. Nota: Ordenado por 2017.

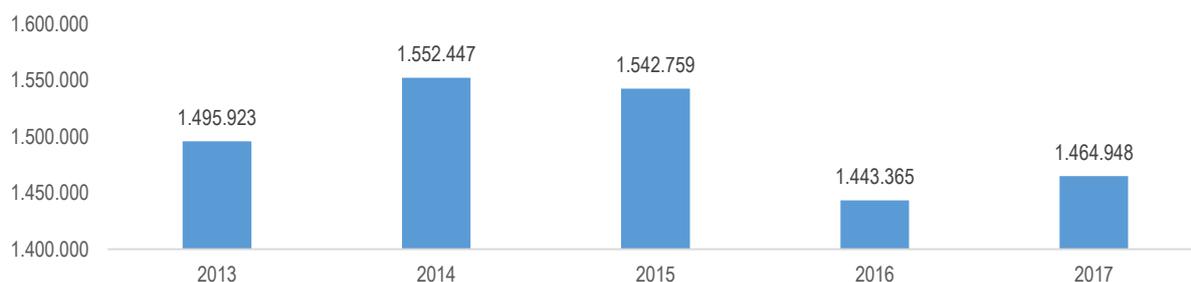
11.3 Análise dos Empregos Formais por Setores na Economia Cearense

Após uma análise mais geral sobre o comportamento do mercado de trabalho brasileiro por regiões e estados cabe um olhar mais detido na dinâmica do mercado de trabalho cearense.

O Gráfico 11.1 a seguir apresenta a evolução do estoque de empregos formais no estado do Ceará. Através do mesmo é possível notar que o estoque de vínculos formais oscilou positivamente entre 2013 e 2014, alcançando o estoque recorde de empregos formais do estado.

Em 2015, como consequência da crise iniciada em 2014, o estoque de empregos formais reduziu-se para 1.542.759 vínculos. Como consequência do aprofundamento da crise o mercado de trabalho formal cearense regrediu bastante alcançando o estoque de empregos de 1.443.365 vínculos, ficando abaixo do nível registrado em 2013.

Por fim, em 2017, nota-se os primeiros sinais de recuperação da crise com aumento no estoque de empregos para 1.464.948 vínculos, mantendo-se ainda abaixo do estoque registrado em 2013.

Gráfico 11.1: Evolução do estoque de empregos formais – Ceará – 2013 a 2017

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE.

Para se conhecer melhor o efeito da crise sobre a capacidade de geração de empregos formais no estado, faz-se necessária uma análise mais desagregada também por setores para saber quais deles foram os mais afetados pela perversa conjuntura macroeconômica observada a partir de 2014.

Entre os anos de 2003 e 2017, dos oito setores analisados, apenas três registraram crescimento no estoque de emprego formal cearense, Serviços industriais de utilidade pública (+16,2%); Serviços (+6,4%) e Administração pública (+2,3%). Por outro lado, cinco setores apresentaram queda no total de vínculos, Construção civil (-33,5%); Extrativa mineral (-24,6%); Indústria de transformação (-14,3%); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-10,0%) e Comércio (-0,3%).

Em termos absolutos, os setores que mais incrementaram vínculos formais de trabalho no estado do Ceará foram: Serviços (+29.093 vínculos); Administração pública (+9.121 vínculos) e Serviços industriais de utilidade pública (+1.266 vínculos). Por outro lado, os que registraram as maiores perdas foram: Indústria de transformação (-37.806 vínculos); Construção civil (-28.352 vínculos); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-2.590 vínculos); Extrativa mineral (-882 vínculos) e Comércio (-825 vínculos).

Como consequência, quatro setores perderam participação e outros quatro ganharam no estoque de empregos formais cearenses na comparação dos dois anos. As maiores perdas foram registradas na Indústria de transformação (-2,2 p.p.), seguida pela Construção civil (-1,8 p.p.); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-1,0 p.p.) e Extrativa mineral (-0,1 p.p.). Por outro lado, os maiores ganhos foram vistos nos setores de Serviços (+2,6 p.p.), seguido pela Administração pública (+1,2 p.p.); Comércio (+0,3 p.p.) e Serviços industriais de utilidade pública (+0,1 n.p.).

Tabela 11.3: Evolução do estoque de empregos formais por setores – Ceará – 2013 a 2017

Setores	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % (2017-2013)	Var. Abs. (2017-2013)
Serviços	454.959	489.854	490.382	483.741	484.052	6,4	29.093
Administração Pública	395.278	391.925	406.057	369.758	404.399	2,3	9.121
Comércio	259.949	274.168	273.851	260.979	259.124	-0,3	-825
Indústria de transformação	263.819	264.640	247.716	232.501	226.013	-14,3	-37.806
Construção Civil	84.619	92.801	84.265	61.516	56.267	-33,5	-28.352
Agropecuária, extração vegetal caça e pesca.	25.920	26.749	27.522	23.315	23.330	-10,0	-2.590
Serviços industriais de utilidade pública	7.796	8.974	9.609	8.556	9.062	16,2	1.266
Extrativa mineral	3.583	3.336	3.357	2.999	2.701	-24,6	-882
Ceará	1.495.923	1.552.447	1.542.759	1.443.365	1.464.948	-2,1	-30.975

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE.

Assim, o mercado formal de trabalho cearense estava ligado principalmente ao setor de Serviços com 484.052 vínculos e uma participação de 33,0% do total de empregos, seguido pela Administração pública (404.399 vínculos; 27,6%); Comércio (259.124 vínculos; 17,7%); Indústria de transformação (226.013 vínculos; 15,4%); Construção civil (56.267 vínculos; 3,8%); Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (23.330 vínculos; 1,6%); Serviços industriais de utilidade pública (9.062 vínculos; 0,6%) e por fim, Extrativa mineral (2.701 vínculos; 0,2%). A participação conjunta dos dois principais setores era de 56,8%, em 2013, aumentando ainda mais para 60,6% em 2017, revelando o aumento de importância da atividade de serviços e do setor público no mercado de trabalho formal cearense.

11.4 Análise Regional dos Empregos Formais Cearenses

Após analisado a dinâmica do saldo de empregos pelos principais setores da economia cearense, cabe agora observar a distribuição regional dos vínculos formais de trabalho dentro do território do estado.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), também conhecida como Grande Fortaleza, composta atualmente por dezenove municípios (Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi) está localizada no estado do Ceará e foi criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, que instituiu, também, outras regiões metropolitanas no país. Com 4.019.213 habitantes em 2016, a região da Grande Fortaleza é a mais

populosa do Norte-Nordeste, sendo ainda a sexta maior região metropolitana do Brasil em termos populacionais.

De acordo com o IBGE, a Grande Fortaleza fechou 2015 com um PIB de R\$ 84,8 bilhões, ou seja, 64,94% do PIB estadual. Esse número colocou a RMF naquele ano como a terceira mais rica do Norte-Nordeste - atrás da Grande Salvador e do Grande Recife - e a 11ª do Brasil.

Das quatro regiões apresentadas na Tabela 11.4, duas registraram destruição de empregos formais (Região Metropolitana de Fortaleza e Região Metropolitana de Sobral) e outras duas criação de empregos nessa categoria (Região Metropolitana do Cariri e o conjunto dos demais municípios cearenses que formam a região do Interior do estado).

A Região Metropolitana de Fortaleza foi a mais afetada pela crise macroeconômica nacional ao registrar a maior redução absoluta de vínculos formais de empregos na comparação entre 2013 e 2017 num total de 32.272 vínculos muito explicado por sua pujança econômica e populacional. Dos dezenove municípios que formam essa região, doze registraram redução no estoque de trabalho formal e outros sete aumento desse quantitativo. O município de Fortaleza apresentou a maior perda num total de 33.018 vínculos, seguido por Maracanaú (-4.078 vínculos); Pacatuba (-1.537 vínculos); Horizonte (-1.463 vínculos) e Pacajus (-1.277 vínculos) apenas para listar as cinco maiores perdas. Na contramão desse processo, São Gonçalo do Amarante destacou-se com a maior criação de vínculos formais de trabalho num total de 4.569 vínculos, seguido por Eusébio (+2.918 vínculos); Maranguape (+2.248 vínculos); Caucaia (+2.133 vínculos); Trairi (+438 vínculos) e Itaitinga (+24 vínculos).

A Região Metropolitana de Sobral também apresentou redução do número de empregos formais num total de 3.969 vínculos na comparação dos mesmos anos. Dos dezoito municípios que formam esta região, onze registraram perda de vínculos formais e outros sete aumento no estoque formal de empregos. A maior perda foi registrada no município de Sobral (-4.339 vínculos), explicada pela retração ocorrida na produção da indústria de calçados, seguido por Coreaú (-188 vínculos); Mucambo (-164 vínculos); Graça (-140 vínculos) e Alcântaras (-110 vínculos) apenas para listar as cinco maiores perdas. Por outro lado, Forquilha foi o município que mais gerou empregos formais num total de 441 vínculos, seguido por Reriutaba (+380 vínculos); Frecheirinha (+116 vínculos); Varjota (+106 vínculos) e Meruoca (+57 vínculos) também para listar as cinco maiores expansões de empregos formais (Tabela 11.4).

A Região Metropolitana do Crato apresentou aumento no estoque de empregos formais na comparação de 2013 e 2017 num total de 498 vínculos, seguindo trajetória diferente da apresentada até o momento. Dos nove municípios que formam esta região, apenas três apresentaram retração no número de vínculos formais. O município de Crato destacou-se com a maior perda de postos formais de trabalho (-3.518 vínculos), seguido por Santana do Cariri (-234 vínculos) e Nova Olinda (-171 vínculos). Essas perdas foram mais que compensadas pela geração de empregos nos outros seis municípios, em especial, em Juazeiro do Norte (+3.082 vínculos) seguido por Barbalha (+903 vínculos); Caririçu (+152 vínculos); Farias Brito (+109 vínculos); Missão Velha (+102) e Jardim (+73 vínculos).

Tabela 11.4: Evolução do estoque de empregos formais por regiões metropolitanas – Ceará – 2013 a 2017

Regiões Metropolitanas	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % (2017-2013)	Var. Abs (2017-2013)
Interior	299.592	308.172	312.573	297.602	304.360	1,6	4.768
RMC	86.291	87.772	87.020	84.793	86.789	0,6	498
RMF	1.040.514	1.087.474	1.076.979	997.717	1.008.242	-3,1	-32.272
RMS	69.526	69.029	66.187	63.253	65.557	-5,7	-3.969
Ceará	1.495.923	1.552.447	1.542.759	1.443.365	1.464.948	-2,1	-30.975

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE.

Por fim, a região composta pelos municípios que formam a região do Interior do estado foi a que mais incrementou vínculos formais de trabalho num total 4.768 vínculos. Do total de 138 municípios, setenta e quatro deles incrementaram vínculos formais de trabalho, sessenta e três reduziram e apenas um estagnou no caso Jaguaribe. No grupo dos que geraram empregos formais, destaca-se Itapipoca (+2.186 vínculos); Quixeramobim (+2.063 vínculos); Brejo Santo (+1.714 vínculos); Pereiro (+1.625 vínculos) e Jijoca de

Jericoacoara (+1.380 vínculos) apenas para listar os cinco maiores. Por outro lado, no grupo dos que destruíram postos formais de trabalho destacam-se: Russas (-2.334 vínculos); Quixadá (-2.279 vínculos); Quixeré (-1.387 vínculos); Ocara (-1.198 vínculos) e Morada Nova (-989 vínculos).

A Tabela 11.5 abaixo apresenta a evolução do saldo de empregos com carteira assinada distribuída pelas regiões de planejamento do estado do Ceará. Das catorze regiões de planejamento cearense, cinco delas registraram perda de postos formais de trabalho e outras nove criação de vínculos. No grupo das que registraram perda destaca-se a região da Grande Fortaleza (-32.272 vínculos), seguido pelas regiões do Vale do Jaguaribe (-4.254 vínculos); Sertão de Sobral (-3.969 vínculos); Maciço de Baturité (-1.098 vínculos) e Centro Sul (-569 vínculos). Por outro lado, no grupo das que geraram empregos, destaca-se o Cariri (+2.804 vínculos), seguido pelas regiões Serra da Ibiapaba (+2.614 vínculos); Litoral Leste (+1.206 vínculos); Sertão dos Crateús (+1.183 vínculos) e Sertão Central (+1.158 vínculos) apenas para listar as cinco maiores. Os ganhos observados nas nove regiões não foram suficientes para impedir a perda de postos de trabalho formal cearense.

Tabela 11.5: Evolução do estoque de empregos formais por regiões de planejamento – Ceará – 2013 a 2017

Regiões de Planejamento	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % (2017-2013)	Var. Abs (2017-2013)
Grande Fortaleza	1.040.514	1.087.474	1.076.979	997.717	1.008.242	-3,1	-32.272
Cariri	113.436	117.657	118.383	114.644	116.240	2,5	2.804
Sertão de Sobral	69.526	69.029	66.187	63.253	65.557	-5,7	-3.969
Vale do Jaguaribe	43.042	40.144	40.632	37.442	38.788	-9,9	-4.254
Litoral Oeste / Vale do Curu	32.323	32.963	34.630	35.152	33.354	3,2	1.031
Centro Sul	30.999	32.903	31.807	30.220	30.430	-1,8	-569
Litoral Norte	28.999	29.554	31.307	29.426	29.394	1,4	395
Sertão Central	27.466	29.026	27.600	26.769	28.624	4,2	1.158
Serra da Ibiapaba	24.467	25.990	26.937	25.419	27.081	10,7	2.614
Litoral Leste	23.515	24.993	25.999	21.985	24.721	5,1	1.206
Sertão dos Crateús	21.394	21.686	21.779	21.692	22.577	5,5	1.183
Maciço de Baturité	19.094	18.559	17.902	18.432	17.996	-5,8	-1.098
Sertão de Canindé	12.976	13.290	13.616	13.256	13.458	3,7	482
Sertão dos Inhamuns	8.172	9.179	9.001	7.958	8.486	3,8	314
Ceará	1.495.923	1.552.447	1.542.759	1.443.365	1.464.948	-2,1	-30.975

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE.

As Tabelas 11.6 e 11.7 a seguir apresentam a evolução dos vinte municípios com os maiores estoques de empregos formais em 2017. O município de Fortaleza se destaca por responder com um total de 773.125 empregos concentrando 51,68% do total de vínculos formais cearenses, seguido de longe por Maracanaú (53.918 vínculos; 3,60%); Juazeiro do Norte (48.843 vínculos; 3,27%); Sobral (46.150 vínculos; 3,09%) e Eusébio (38.855 vínculos; 2,60%), apenas para listar os cinco maiores. A participação conjunta desses cinco municípios era de 66,60% do total de vínculos formais cearenses em 2013, caindo para 64,23%, em 2017, movimento esse explicado pela perda de participação de Fortaleza, Maracanaú e Sobral. A participação conjunta dos vinte municípios com os maiores estoques de empregos formais em 2017 caiu para 77,90%, antes 80,15%, observada em 2013.

Por outro lado, os municípios com menor número de vínculos formais em 2017 foram: Umari (381 vínculos; 0,025%); Arneiroz (424 vínculos; 0,028%); Baixo (427 vínculos; 0,029%); Senador Sá (440 vínculos; 0,029%) e Tarrafas (445 vínculos; 0,030%). A participação conjunta dos cinco menores municípios foi de 0,142% em 2017, relativamente igual ao observado em 2013 cuja participação foi de 0,146%. Se pegarmos a participação conjunta dos vinte menores municípios era de 0,691% em 2017, caindo em relação a 2013, cuja participação era de 0,719%.

Tabela 11.6: Evolução dos vinte municípios com os maiores estoques de empregos formais em 2017 - Ceará - 2013 a 2017

Região Metropolitana	Região de Planejamento	Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % (2017-2013)	Var. Abs (2017-2013)
RMF	Grande Fortaleza	Fortaleza	806.143	838.280	823.674	773.033	773.125	-4,1	-33.018
RMF	Grande Fortaleza	Maracanaú	57.996	58.653	61.012	55.196	53.918	-7,0	-4.078
RMC	Cariri	Juazeiro do Norte	45.761	47.966	49.812	48.204	48.843	6,7	3.082
RMS	Sertão de Sobral	Sobral	50.489	50.732	46.953	44.676	46.150	-8,6	-4.339
RMF	Grande Fortaleza	Eusébio	35.937	40.880	40.411	38.316	38.855	8,1	2.918
RMF	Grande Fortaleza	Caucaia	34.608	42.764	44.027	33.290	36.741	6,2	2.133
RMC	Cariri	Crato	21.602	19.827	18.614	17.841	18.084	-16,3	-3.518
RMF	Grande Fortaleza	Horizonte	19.184	18.462	16.577	16.517	17.721	-7,6	-1.463
RMF	Grande Fortaleza	Aquiraz	16.813	16.411	17.698	16.374	16.608	-1,2	-205
RMF	Grande Fortaleza	Maranguape	13.086	13.342	13.885	13.111	15.334	17,2	2.248
Interior	Centro Sul	Iguatu	14.220	15.670	14.751	14.612	14.509	2,0	289
RMF	Grande Fortaleza	São G. Amarante	8.674	12.273	14.342	11.094	13.243	52,7	4.569
Interior	Litoral Oeste/Vale do Curu	Itapipoca	9.418	10.825	12.805	13.988	11.604	23,2	2.186
Interior	Litoral Leste	Aracati	9.845	10.539	10.914	8.671	9.989	1,5	144
Interior	Vale do Jaguaribe	Russas	12.063	12.273	11.022	9.728	9.729	-19,3	-2.334
RMC	Cariri	Barbalha	8.805	9.930	9.680	9.133	9.708	10,3	903
RMF	Grande Fortaleza	Pacajus	9.381	9.541	9.211	7.643	8.104	-13,6	-1.277
Interior	Sertão Central	Quixadá	10.222	10.119	7.809	7.135	7.943	-22,3	-2.279
Interior	Serra da Ibiapaba	Tianguá	6.749	7.344	8.098	7.138	7.832	16,0	1.083
RMF	Grande Fortaleza	Cascavel	8.028	8.327	7.965	7.305	7.269	-9,5	-759
20 Maiores Estoques			1.199.024	1.254.158	1.239.260	1.153.005	1.165.309	-2,8	-33.715
Demais Municípios			296.899	298.289	303.499	290.360	299.639	0,9	2.740
Ceará	Ceará	Ceará	1.495.923	1.552.447	1.542.759	1.443.365	1.464.948	-2,1	-30.975

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE.

Tabela 11.7: Evolução dos vinte municípios com os menores estoques de empregos formais em 2017 - Ceará - 2013 a 2017

Região Metropolitana	Região de Planejamento	Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % (2017-2013)	Var. Abs (2017-2013)
Interior	Vale do Jaguaribe	Palhano	677	862	803	521	601	-11,2	-76
RMS	Sertão de Sobral	Alcântaras	704	910	942	951	594	-15,6	-110
Interior	Litoral Leste	Itaíçaba	532	537	573	464	594	11,7	62
Interior	Sertão Central	Milhã	662	618	696	565	589	-11,0	-73
Interior	Vale do Jaguaribe	Ererê	531	517	520	531	583	9,8	52
Interior	Centro Sul	Catarina	927	904	604	530	575	-38,0	-352
Interior	Cariri	Antonina do Norte	472	474	487	565	566	19,9	94
RMS	Sertão de Sobral	Pires Ferreira	516	498	589	308	564	9,3	48
Interior	Sertão Central	Choró	751	609	673	508	559	-25,6	-192
Interior	Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	70	716	667	563	554	691,4	484
RMS	Sertão de Sobral	Moraújo	559	584	590	596	550	-1,6	-9
Interior	Sertão Central	Dep. Irapuan Pinheiro	555	509	497	442	503	-9,4	-52
Interior	Vale do Jaguaribe	São João do Jaguaribe	525	506	507	450	485	-7,6	-40
RMS	Sertão de Sobral	Pacujá	511	431	435	356	451	-11,7	-60
Interior	Cariri	Altaneira	581	520	493	464	446	-23,2	-135
Interior	Cariri	Tarrafas	507	417	425	413	445	-12,2	-62
RMS	Sertão de Sobral	Senador Sá	463	449	442	357	440	-5,0	-23
Interior	Centro Sul	Baixio	324	383	491	417	427	31,8	103
Interior	Sertão dos Inhamuns	Arneiroz	497	591	578	847	424	-14,7	-73
Interior	Centro Sul	Umari	389	440	397	336	381	-2,1	-8
20 Menores Estoques			10.753	11.475	11.409	10.184	10.331	-3,9	-422
Demais Municípios			1.485.170	1.540.972	1.531.350	1.433.181	1.454.617	-2,1	-30.553
Ceará	Ceará	Ceará	1.495.923	1.552.447	1.542.759	1.443.365	1.464.948	-2,1	-30.975

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração: IPECE.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se observar o cenário econômico vivenciado pelo Brasil entre 2013 – 2017, verificou-se que o desempenho da economia nacional medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país, apresentou um quadro de retomada de crescimento apenas a partir do ano de 2017, embora de forma modesta, com um resultado positivo de 1,0%, puxado pelo setor Agropecuário (13,0%), Indústrias Extrativas (4,3%), Indústria de Transformação (1,7%), Comércio (1,8%) e Atividades Imobiliárias (1,1%).

Este resultado de 2017 reforça a percepção de que a economia nacional está aos poucos retomando seu fôlego, dando, portanto, seus primeiros passos na direção de uma retomada de crescimento, tendo em vista que 63% do que é produzido no país é demandado pelas famílias. Entre os fatores que contribuíram para este resultado positivo, estão: a redução do processo inflacionário, aumento da massa salarial estimulada por um crescimento do nível de emprego e a redução da taxa básica de juros que permite a oferta de crédito mais barato, melhorando o poder de compra dos consumidores. No que se refere à Despesa do Consumo do Governo, esta conta apresentou uma queda de 0,6% em relação a 2016.

Neste contexto, apesar de o Brasil estar caminhando para a construção de um ambiente mais favorável ao crescimento de sua economia, ainda há muitos desafios que precisam ser encarados para uma retomada mais firme de seu desempenho, como a reversão do déficit nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil, redução da Carga Tributária Bruta, baixos investimentos públicos e privados, tarifas elevadas (preços administrados: energia, telefonia, água, combustível, transporte), altos tributos pagos pelos consumidores e trabalhadores, melhoria da produtividade do trabalho e da capacidade produtiva instalada, controle da inflação, redução do número de pessoas desempregadas no mercado de trabalho, aumento da renda real do trabalhador e da massa salarial, melhoria da Formação Bruta de Capital Fixo, reforma da previdência e da legislação trabalhista, melhoria da abertura comercial com outros países, aumento do nível de confiança dos consumidores e dos empresários, etc.

Em relação ao resultado das contas regionais verificou-se que com a crise macroeconômica brasileira iniciada em 2014, houve fortes quedas do PIB do Ceará em 2015 (-3,42%) e 2016 (-4,11%), mas com uma retomada de crescimento verificado em 2017 (1,87%). Mesmo com a crise, houve ganho de participação do PIB do Ceará, passando de 2,18%, em 2014, para 2,21%, em 2017, implicando também na queda da participação em termos *per capita*, passando de 50,02%, em 2014, para 50,79%, em 2017.

Ao analisar as participações dos valores adicionados (VA) dos setores da economia do Ceará, registrou-se um considerável crescimento do setor de serviços, no qual em 2013 a sua participação no VA do Ceará era 74,46%, passando para 76,10% em 2016. A participação do setor da agropecuária reduziu de 5,14%, em 2013, para 4,70%, em 2016. Essa participação era de 6,51% em 2011. Esta considerável queda, na comparação de 2011 com 2016, é explicada pela dependência do setor às condições climáticas, tendo em vista que nos anos de seca verificados no período 2012-2015, a produção de grãos ficou comprometida por compreender, predominantemente, culturas de sequeiro. Já o setor da indústria também apresentou queda, passando de 20,39%, em 2013, para 19,20%, em 2016, perdendo participação para o setor de serviços.

Em relação à distribuição espacial do PIB do Ceará constatou-se que de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 2.4) verificou-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2016, 64,60% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,89%) e Sertão de Sobral (4,47%). As participações de todas as macrorregiões, na comparação de 2016 com 2013, mantiveram-se com ganhos e perdas menores do que aproximadamente 1%, onde o maior ganho foi registrado na macrorregião do Sertão Central, com ganho de 0,22 pontos percentuais (p.p.), enquanto que a maior perda foi registrada na Grande Fortaleza, com 1,03 p.p. de perda.

O grande volume de investimentos públicos registrados no período 2013-2016 contribuiu para aumentar a participação do PIB do interior do Ceará, já que grande parte desses investimentos foi alocada fora da macrorregião Grande Fortaleza.

No tocante ao agronegócio, o período analisado compreendeu anos com chuvas abaixo da média para o estado, afetando a maioria das atividades do setor agropecuário. O estado é um dos mais vulneráveis a seca, sofrendo grandes oscilações no valor da produção agropecuária, apresentando comportamento de queda bem forte que o Nordeste. Enquanto que o Brasil, por ter um perfil diferenciado do setor primário, apresentou um comportamento positivo para o período.

A presença da seca agravou a escassez de água, as condições de solo e clima sofreram alterações negativas para a produção de várias culturas, principalmente as lavouras de sequeiro, como milho, feijão. A escassez de água também afetou a produção de soja. Assim, em 2016 a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas foi afetada fortemente, afetando o resultado nacional. Em 2017 apresentou boa recuperação, quando todos os estados do Nordeste voltaram a registrar crescimento na produção.

As frutas também foram prejudicadas com a falta de chuvas, pois agravou o nível de água dos reservatórios do Ceará, comprometendo a liberação de água para os perímetros irrigados. Dentre as principais frutas produzidas no estado, a banana foi a menos afetada no período de 2013 a 2017; maracujá, melão e castanha de caju tiveram fortes reduções na quantidade produzida, porém em 2017 a produção de castanha registrou um grande aumento. A produção de coco-da-baía foi mais atingida em 2017.

Com relação à pecuária, observou-se uma redução no rebanho bovino e um leve aumento no rebanho de suíno e ovino-caprino até 2016. Mas em 2017 todos os rebanhos apresentaram redução. A produção de leite também apresentou bom desempenho, em virtude de avanços tecnológicos utilizados para o aumento da quantidade e qualidade do leite. Já a produção de tilápia foi fortemente afetada pela escassez de água nos açudes; a produção de camarão também registrou queda em consequência de problemas na criação.

O Ceará passa por um período crítico com relação a situação hídrica, pois o estado registra o sexto ano com chuvas abaixo da média. Diante desse cenário reforça-se a importância da transposição do Rio São Francisco e a incorporação de práticas sustentáveis na produção, principalmente no que diz respeito à água, com eficiência do processo de produção, diminuindo desperdícios e perdas.

É importante ressaltar que essa irregularidade de chuvas é uma característica inerente ao semiárido do Nordeste, onde 93% do território do Ceará estão inseridos nesse clima. Por esta razão é essencial que o estado possua uma política de gestão de água bem fundamentada nesses longos períodos de seca, e assim evitar ou amenizar maiores danos causados pela insuficiência de água.

O processo de recuperação da indústria da transformação, interrompendo anos seguidos de retração, pode ser associada à mudança positiva do quadro econômico no país. A retomada foi influenciada, principalmente, pelas atividades principais do segmento, indicando que o perfil da indústria local pode ter favorecido o início mais rápido do processo de crescimento.

A manufatura cearense, como destacado, tem sua produção voltada para bens dedicados ao consumo final dos agentes. Tal característica tem se mantido sem modificações relevantes nos últimos anos. Neste contexto, alterações conjunturais na economia que influenciem negativamente a capacidade de compra das famílias, tais como desemprego, redução da massa salarial, alta inflação e restrições de crédito, afetam a indústria local com mais intensidade. Da mesma forma, a recuperação destas variáveis tende a favorecer um processo de recuperação mais rápido.

Sobre os demais segmentos, tanto a Construção civil como o de Eletricidades, gás e água parecem passar por um momento de ajuste. A construção, após anos de forte expansão, dá sinais de seguir uma trajetória de reposicionamento para um patamar de equilíbrio inferior ao auge do seu crescimento nos anos recentes. Tal movimento pode ter sido precipitado e intensificado pela própria crise econômica. O outro segmento parece iniciar um estágio de acomodação após expansões seguidas, o que pode estar associado à diminuição dos investimentos na geração e distribuição de energia eólica e à redução no uso das termoelétricas.

Por fim, a atividade industrial no Ceará, quando medida por indicadores próprios, demonstrou uma melhor dinâmica do que seu par em nível nacional. Neste quadro, a manufatura local ganhou relevância no cenário

brasileiro entre os anos observados. O movimento sugere uma crise econômica disseminada regionalmente, afetando mais intensamente outros estados brasileiros.

Entre os resultados da estrutura produtiva do setor de serviços, observou-se que no Brasil o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, juntamente com os serviços profissionais, administrativos e complementares, são o de maior representatividade na Receita Operacional Líquida do setor, correspondendo cada um a 29% do total no ano de 2016.

Semelhante aos resultados da Receita Operacional Líquida destaca-se a hegemonia do segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares na geração de Valor Adicionado. De 2013 a 2016, pouco mais de 1/3 do Valor Adicionado dos serviços empresariais não financeiros do Brasil foram gerados pelo referido segmento.

Mais especificamente para o Ceará, diferentemente do Brasil, os dados revelam que no Ceará o segmento hegemônico em termos de Receita Operacional Bruta são os serviços prestados às empresas seguido do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e dos serviços de informação e comunicação.

No Brasil, em contraposição aos resultados obtidos com relação à Receita Operacional Líquida, os segmentos serviços profissionais, administrativos e complementares e os serviços prestados às famílias são os que apresentam o maior percentual com relação ao número de empresas. Para os resultados do Ceará, os serviços prestados às famílias e os serviços prestados às empresas são os que apresentaram o maior número de empresas em termos percentuais no total de empresas do Estado.

Quanto a distribuição percentual do pessoal ocupado, é clara a hegemonia dos serviços profissionais, administrativos e complementares no Brasil e dos serviços prestados às empresas no Ceará, segmentos com características similares, com diferenças em termos de apenas em nomenclatura entre as áreas geográficas.

No que corresponde aos salários, a média nacional encontra-se acima da média local. No final da série histórica, ano de 2016, a média dos salários nacionais era de R\$ 2.048,00, enquanto no Ceará de apenas R\$ 1.559,00.

Quando se faz o recorte por segmento, o segmento dos serviços de informação e comunicação, que reúne empresas intensivas em capital apresenta maior remuneração média. No Brasil, o salário médio nacional corresponde a apenas 50% do setor, enquanto que no Ceará a média salarial dos serviços empresariais não financeiros do Estado era de 58% do segmento.

Os resultados para o setor de serviços a partir da PMS revelaram que o Ceará segue a tendência cíclica nacional ao longo de toda série histórica considerando que nos anos de 2013 e 2014 o crescimento do setor local foi acompanhado pelo desempenho positivo nacional. Além disso, nos anos subsequentes em que houve queda da atividade nacional o Estado também registrou contração do setor. Finalmente, Finalmente, os serviços não financeiros, excluídas as áreas de saúde e educação, tendem a apresentar maior defasagem na presença de depressão econômica, assim como o processo de recuperação econômica ser mais lento.

Dentre os segmentos, os resultados para o Brasil dos cinco grupos que compõem o setor é similar ao observado para o agregado em termos de tendência. Em particular, destaca-se que no ano de 2017 o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio apresentava recuperação ao registrar crescimento de 2,2%, enquanto os demais ainda se encontravam em terreno negativo.

Para os segmentos que compõem o Estado do Ceará o quadro é semelhante ao resultado nacional, embora apresente algumas particularidades, tal como o segmento outros serviços e os serviços prestados às famílias, que seguem uma dinâmica diferente dos demais.

Finalmente, o Índice de Atividades Turísticas (IATUR), seguiu o comportamento geral do setor tanto para o Brasil como para o Ceará ao apresentar desempenho positivo nos anos de 2013 e 2014 e queda os anos de 2015, 2016 e 2017. No entanto, a atividade cearense tende a apresentar maior intensidade quando

comparado à atividade nacional estando nos anos de 2013 e 2014 o desempenho do segmento associado a megaeventos, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Através da análise dos resultados da Pesquisa Anual do Comércio, foi possível perceber que a crise econômica vivida pelo país desde o final de 2014, resultou em redução progressiva no número de empresas comerciais no país. Todas as regiões foram atingidas, especialmente a região Sudeste, Nordeste e Sul. O resultado imediato foi perda de participação da região Sudeste no total da receita de revenda, no total da margem de comercialização e no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações na comparação dos dois anos. O Nordeste também apresentou perda de participação nacional apenas no quantitativo de unidades comerciais, todavia, destacou-se ao registrar o maior ganho de participação na margem de comercialização.

O estado do Ceará também registrou perda de participação nacional e regional apenas no número de unidades comerciais, em função da redução no quantitativo dessas empresas. Por outro lado, destacou-se pelo ganho de participação regional especialmente na margem de comercialização e na receita bruta de vendas.

Na abertura por atividades, o grande destaque foram as empresas do comércio varejista que apesar da forte redução do número de unidades comerciais, ganharam participação em todas as outras quatro demais variáveis investigadas, em especial, na receita bruta de revenda e nos gastos com salários retirados e outras remunerações. As empresas que mais sofreram os efeitos da crise econômica, perdendo participação em todas as variáveis analisadas foram as de vendas de comércio de veículos, peças e motocicletas, especialmente pela redução de participação na receita bruta de revenda, nos gastos com salários, retiradas e outras remunerações e na margem de comercialização, explicado principalmente pelo movimento de retração no número de unidades comerciais e conseqüentemente no número de pessoas ocupadas.

Pela análise dos dados referentes às vendas do comércio nacional e cearense é possível concluir que a piora na conjuntura econômica se refletiu diretamente sobre a massa salarial do pessoal ocupado no varejo, afetando drasticamente as vendas tanto no varejo comum quanto no ampliado em diferentes níveis nos diferentes estados. Observa-se que todas as atividades apresentaram um piora significativa até 2016, esboçando uma recuperação mais acentuada no país no último ano da série.

A corrente de comércio do Brasil, assim como do Nordeste e Ceará apresentaram queda em 2017, quando comparado com 2013. Para o Brasil e Nordeste a redução ocorreu tanto pelo lado das exportações como das importações. Enquanto que para o Ceará as exportações tiveram crescimento, porém as importações diminuíram. Dessa forma a redução do fluxo de comércio exterior foi mais intensa para Brasil e Nordeste e menos para o Ceará.

O comportamento das exportações cearenses de 2017 foi bastante influenciado pelas exportações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), visto que nesse primeiro momento tem sua produção voltada totalmente para a venda externa, além de ter sido o primeiro ano fechado das exportações da empresa. A participação das exportações cearenses no total do Brasil, bem como no total do Nordeste, aumentou nos anos de 2016 e 2017.

Dessa forma, verificou-se que a pauta de produtos exportados corresponde a mais de 50% por produtos metalúrgicos. A lista dos principais países de destino mudou bastante também devido as exportações de produtos metalúrgicos, pois países considerados inexpressivos passaram a ficar entre os dez maiores, a citar México, Turquia e Coréia do Sul.

Pelo lado das importações, constatou-se que a participação do Ceará no total das importações do Brasil e Nordeste registrou crescimento em 2016, mas em 2017 voltou ao patamar inferior ao ano de 2015. Vale ressaltar que em 2016 as importações cearenses foram consideradas atípicas, pois houve um grande volume de compras de máquinas e equipamentos para a instalação da CSP.

Em relação ao mercado de trabalho, destaca-se que a Taxa de Atividade do Brasil é maior que a do Ceará em razão daquela População em Idade de Trabalhar crescer mais que a População em termos proporcionais e, portanto, ter mais adultos e menos crianças, resultando em Oferta de Trabalho maior.

Adicionalmente, foi observada a existência de um *gap* entre Taxa de Participação do Brasil e a Taxa de Participação do Ceará, chegando a uma diferença era de 5,6 pontos percentuais no final de 2017. Fatores que não apenas associados à conjuntura do Mercado de Trabalho, como benefícios assistenciais e previdenciários e menor custo de vida local podem vir a estimular trabalhadores a deixar a Força de Trabalho cearense e contribuir para uma menor Taxa de Participação no estado com relação ao país.

Por sua vez, o ano de 2013, início do período da análise, é caracterizado por um ciclo de expansão da economia brasileira com elevada absorção de mão-de-obra na atividade produtiva e na Taxa de Desocupação, e economia operando próxima ao pleno emprego.

A partir do primeiro trimestre de 2015 a Taxa de Desocupação em âmbito nacional e local segue em crescimento até atingir a máxima histórica no primeiro trimestre de 2017, seguindo a partir daí de quedas subsequentes.

De acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), o primeiro trimestre de 2017 representa o fim da recessão que havia se iniciado no primeiro trimestre de 2014 e que teve duração de 11 trimestres.

Por fim, em relação aos empregos formais é possível afirmar que a crise econômica que se instalou no país após 2014 afetou sobremaneira a capacidade de previsão por parte do empresariado nacional, resultante em forte retração da atividade econômica com efeito direto sobre a capacidade de geração de novos empregos. O referido ano registrou estoque recorde de empregos formais tanto para o país quanto para o estado do Ceará. O aprofundamento da crise resultou em destruição de vagas formais de emprego nos anos de 2015 e 2016. Com isso, o mercado de trabalho nacional perdeu mais 3,5 milhões de vagas e o mercado de trabalho cearense perdeu mais de 109 mil vagas nesse período. Em 2017, foi possível notar uma retomada na geração de vagas de trabalho formal tanto a nível nacional quanto a nível local. Todavia, essa abertura de novas vagas não foi o suficiente para recuperar os postos de trabalho perdidos nos últimos dois anos. Sendo assim, o estoque de trabalho formal na economia brasileira finalizou a série num patamar abaixo do observado em 2011 e o mercado de trabalho cearense abaixo do observado em 2013, revelando que o Brasil e o estado do Ceará voltaram a atuar abaixo do nível potencial de suas economias.

No ano de 2015, os setores da Indústria de transformação, Construção civil e Comércio apresentaram redução no estoque de empregos formais comparado ao ano anterior no estado do Ceará. Em 2016, a perda de trabalho formal esteve presente em todos os oito setores, com destaque para Administração pública, Construção civil, Indústria de transformação e Comércio que apresentaram as maiores destruição de vagas de emprego formal no Ceará. Em 2017, alguns setores quatro setores registraram recuperação (Administração pública, Serviços industriais de utilidade pública, Serviços e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca), mas outros quatro ainda revelaram um quadro dramático de fechamento de vagas de trabalho (Indústria de transformação, Construção civil, Comércio e Extrativa mineral), sendo que os três primeiros registraram perdas nos últimos três anos. Com isso, nesse período a Indústria de transformação cearense acumulou perda de 38.627 vagas, seguido da Construção civil com 36.534 vagas e do Comércio com perda de 15.044 vagas, revelando o momento complicado que esses setores estão passando.

Por fim, vale destacar que as maiores perdas de trabalho formal ocorreram nas regiões metropolitanas de Fortaleza e de Sobral, ao passo que a região metropolitana do Cariri e especialmente o conjunto dos demais municípios que formam o interior do estado apresentaram criação de vagas de trabalho formal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARBACHE, J. **Serviços e Competitividade Industrial no Brasil**. CNI, 2014.
- ARBACHE, J. **Produtividade no Setor de Serviços**. IPEA, 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. Brasília: BCB, 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>>. Acessado em: 22/11/2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acessado em: 22/11/2018.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. São Paulo: Perason, 2011.
- BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012.
- CASTRO SOUZA, J. R. Produto Potencial: Onde Estamos? Para Onde Vamos?. In: GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (ORG). **Propostas para o Governo 2015/2018**. Agenda para um País Próspero e Competitivo. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- CERQUEIRA, Bráulio Santiago. **Política fiscal, demanda agregada, crescimento e crise: o investimento federal e o investimento da Petrobras no período 2003-2015**. IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: TD 027 – 2016. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>>. Acessado em: 22/11/2018.
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. **(CODACE)**, 4 de agosto de 2015.
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. **(CODACE)**, 30 de outubro de 2017.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Geral**. São Paulo: CNI. 2018.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.
- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de confiança do consumidor (ICC)**. São Paulo: Fecomércio SP. 2018.
- FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. (ORG). **Contabilidade Social**. A Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2017.
- FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. (ORG). **Contabilidade Social**. A Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- FILHO, Fernando De Holanda Barbosa. **A crise econômica de 2014/2017**. Estud. av. vol.31 no. 89. São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051>. Acessado em: 13/11/2018.
- GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. **Complacência**. *Entenda por que o Brasil Cresce Menos do que Pode*. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais, 4º tri/2017 - Indicadores de Volume e Valores Correntes, Outubro / Dezembro 2017**. Rio de Janeiro. IBGE. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2017_4tri.pdf>. Acessado em: 19/11/2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **LSPA - LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: PESQUISA MENSAL DE PREVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS SAFRAS AGRÍCOLAS NO ANO CIVIL - Dezembro 2017**. Rio de Janeiro. IBGE. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/6/lspa_pesq_2017_dez.pdf>. Acessado em: 21/11/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE : sistema nacional de índices de preços ao consumidor : INPC-IPCA - Dezembro 2017**. Rio de Janeiro. IBGE. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2017_dez.pdf>. Acessado em: 19/11/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Anual**, v. 35, n.1, p. 1-44, 2016. Rio de Janeiro: IBGE. 2018a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Serviços**, v. 18, p. 1-8, 2016. Rio de Janeiro: IBGE. 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Notas Técnicas Versões 1.5**, IBGE. 2018c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota Técnica 03/2017**, IBGE. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota Técnica 01**, Rio de Janeiro: IBGE. 2016a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota Técnica 02**, Rio de Janeiro: IBGE. 2016b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Serviços**, v. 17, p. 1-14, 2015. Rio de Janeiro: IBGE. 2015a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Serviços**, v. 42, 2015. Rio de Janeiro: IBGE. 2015b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Notas Metodológicas**, v. 1. Rio de Janeiro: IBGE. 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Serviços**, v. 16, p. 1-82, 2014. Rio de Janeiro: IBGE. 2014a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Indicador Ipea de FBCF ajustado pelos dados das Contas Nacionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/03/01/indicador-ipea-de-fbcf-ajustado-pelos-dados-das-contas-nacionais-3/>>. Acessado em: 19/11/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura (35): 2º Trimestre de 2017: SEÇÃO II Economia Mundial**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. 9 pg.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). IPECE Conjuntura. Fortaleza, v. 4, n. 04. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). IPECE Conjuntura. Fortaleza, v. 5, n. 04. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). IPECE Conjuntura. Fortaleza, v. 6, n. 04. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ipece Conjuntura**, v. 6, n. 2. Fortaleza: IPECE. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Caracterização das Pesquisas Domiciliares com Ênfase na PNAD Contínua**. Nota Técnica 64. Fortaleza, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Indicadores Econômicos do Ceará 2016**, Fortaleza: IPECE. 2018.

International Monetary Fund (IMF) (2018). **World Economic Outlook (October 2018): Gross Domestic Product (GDP) - Annual percent change**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/WEOWORLD/OAE>. Acessado em: 13/11/2018.

LUPORINI, Viviane; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A política cambial brasileira de facto: 1999-2015**. Estud. Econ., São Paulo, vol.46, n.4, p.909-936, out. Dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v46n4/0101-4161-ee-46-04-0909.pdf>>. Acessado em: 22/11/2018.

MAGALHÃES, Luís Carlos G. de; COSTA, Carla Rodrigues. **ARRANJOS INSTITUCIONAIS, CUSTO DA DÍVIDA PÚBLICA E EQUILÍBRIO FISCAL: A DESPESA “AUSENTE” E OS LIMITES DO AJUSTE ESTRUTURAL**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea (2018). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8594/1/TD_2403.pdf>. Acessado em: 22/11/2018.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial: Janeiro-dezembro 2016 e janeiro a dezembro de 2017**. .MDIC: Secretaria de Comércio Exterior. 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>>. Acessado em: 20/11/2018.

OKUN, A. M. Potential GNP: It Is Measurement and Significance. **Proceedings of the Business and Economic Statistics Section**, p. 98-104, 1962.

PAIVA, W. L. Indústria In: CAVALCANTE, A. L. (ORG). Indicadores Econômicos do Ceará 2016. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.37-43, 2018.

PAIVA, W. L. A Indústria de Transformação Cearense em 2015. Enfoque Econômico nº 137. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2016.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho. Rio de Janeiro: IBGE. 2016. 8p. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2017**. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2018, número 15. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/269444/RAD+2017/73b6e764-0a77-4c99-9f79-3a3d9e7c5c1f>>. Acessado em: 20/11/2018.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Resultado do Tesouro Nacional: Resultado Fiscal do Governo Central - Estrutura Nova (Jan/1997-Dez/2017). STN. 2018. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acessado em: 21/11/2018.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Resultado do Tesouro Nacional: Relatório de Dez/2017: STN. 2018. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acessado em: 21/11/2018.

ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo

Quadro 6: Grupamentos do Índice de Atividades Turísticas – IATUR

Descrição	CNAE 2.0
Alojamento e Alimentação	Hotéis e Similares; Outros Tipos de Alojamento Não Especificados Anteriormente; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Serviços Ambulantes de Alimentação; Serviços de <i>Catering</i> , Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada.
Atividades Culturais e de Recreação e Lazer	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares; Criação Artística; Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas; Atividades de Exploração de Jogos de Azar e Apostas; Parques de Diversão e Parques Temáticos; Atividades de Recreação e Lazer Não Especificadas Anteriormente.
Trens Turísticos, Teleféricos e Similares	Trens Turísticos, Teleféricos e Similares.
Transporte por Navegação Interior de Passageiros	Transporte por Navegação de Travessia.
Transporte Aéreo de Passageiros	Transporte Aéreo de Passageiros Regular; Transporte Aéreo de Passageiros Não Regular
Transporte por Navegação de Travessia	Transporte por Navegação de Travessia
Transportes Aquaviários Não Especificados	Transportes Aquaviários Não Especificados Anteriormente.
Locação de Automóveis Sem Condutor	Locação de Automóveis Sem Condutor.
Agências de Viagens e Operadoras Turísticas	Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo Não Especificados Anteriormente
Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento e Outros Transportes Rodoviários Não Especificados Anteriormente

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.